

Cláudio Fernando da Silva Dias Brito

Coimbra: as dinâmicas rural e urbana na construção da paisagem. Uma Proposta Pedagógica

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Doutora Adélia Nunes e coorientada pela Doutora Ana Isabel Ribeiro, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Coimbra: rural and urban dynamics in the construction of the landscape. A pedagogical proposal

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	Coimbra: As Dinâmicas Rural e Urbana na Construção da Paisagem - Uma Proposta Pedagógica
Autor/a	Cláudio Fernando da Silva Dias Brito
Orientador/a	Ana Isabel Sampaio Ribeiro
Coorientador/a	Adélia de Jesus Nobre Nunes
Júri	Presidente: Doutor João Paulo Cabral Avelãs Nunes Vogais: 1. Doutora Ana Isabel Sampaio Ribeiro 2. Doutor António Campar Almeida
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Área científica	História e Geografia
Especialidade/Ramo	Ensino de História e Geografia
Data da defesa	2-10-2013
Classificação	17 valores



À minha avó Natacha.

Agradecimentos

Ao alcançar esta pequena vitória, não pude deixar de pensar nas minhas raízes, de quem eu sou e daquilo que eu quero ser, de quem me formou, de quem me apoiou, de quem fez parte do quotidiano ou do momento, simplesmente. Acredito que nem todos têm esta honra, de vivenciar a magia de sentir a dedicação do amigo e o apoio do colega, nas mesmas figuras, num ano tão importante e determinante como este. O produto final teve personagens de bastidores, personagens de palco e figurantes, mas todos com um papel crucial na peça.

Por essas razões, quero agradecer o presente trabalho e o ano de estágio a várias pessoas, das quais destaco, primeiro, os meus orientadores de estágio, Cristina Castela Nolasco, por me ter aceitado tal como eu sou, e Pedro Cunha, por ter feito um desorganizado “mais” organizado na sua desorganização, e, em suma, por terem sido quem mais “sofreu” ao lapidar estes diamantes em bruto; aos formadores e orientadores científicos, Ana Isabel Ribeiro e Adélia Nunes, pela disponibilidade prestada, assim como as úteis correções e anotações e os conselhos; ao meu núcleo de estágio, Luís António Martins dos Santos e João Manuel Almeida Tavares, por terem demonstrado para comigo uma forte lealdade e uma disponibilidade para com as correções dos materiais, mesmo fora das nossas horas de trabalho. Amizades fortaleceram-se e outras nasceram.

Quero ainda agradecer à Clotilde Nunes por ter sido a minha companheira de trabalho, dentro e fora de horas e dentro e fora obrigações. Enfim... o pilar da tempestade.

Agradeço, num último ponto, à minha família, da qual destaco a minha avó, uma mulher sem estudos que compreendia, melhor que o intelectual, o valor da vida e das palavras. O meu braço direito, a minha “segunda mãe”, que perdi este ano; ao meu avô, que me ensinou a contar os números no elevador e a reconhecer as flores no jardim; à minha mãe, por ser uma lutadora incansável, uma “mãe” e um “pai”. Por fim, ao meu pai, que, pela sua morte prematura, conheci pouco, mas que me deixou memórias com as quais cresci e sorri.

Agradeço à demais família e amigos pelo apoio, em particular à Ana Sofia Sousa Carvalho e ao José Pedro Coelho Mendes. Longos anos passaram e cá estamos nós.

RESUMO

O presente trabalho prende-se com um estudo de caso que tem por objetivo esclarecer alguns pontos sobre a história económica e social de Coimbra e a sua geografia rural e urbana, mediante a explicitação da sua industrialização e do processo de terciarização que, entre outros fatores, contribuíram para a formação do que chamamos de uma dinâmica rural e urbana, ao longo do século XX. O objetivo do estudo é justificar como as atividades económicas foram um critério fundamental na urbanização da área concelhia de Coimbra, estabelecendo uma contração da ruralidade. A paisagem urbana e rural deixou de existir mediante uma dicotomia cidade/campo e revelou-se em mutações exacerbadas, principalmente depois da segunda metade do século XX, criando um espaço heterogéneo, através dos processos de suburbanização, periurbanização e rurbanização.

Este estudo segue um processo macro dimensional da realidade histórica e geográfica envolvente, isto é, a contemplação de fatores económicos, sociais e políticos que influenciaram Portugal ao longo do século XX e a criação de uma nova paisagem. Tais realidades, interpretadas pela historiografia e geografia, foram centradas no estudo de caso de Coimbra, no qual reside um microcosmo dessa mesma realidade, ora semelhante, ora repleto de especificidades. A análise de fontes iconográficas, estatísticas e textuais revelaram a criação de um espaço concelhio heterogéneo, de novas dinâmicas económicas, de uma amálgama funcional por área e, em suma, de um território diverso.

Estes temas foram contemplados numa proposta pedagógica, que contou com uma turma de geografia do 11º ano e uma turma de história do 9º ano, nas quais decorreu a experiência letiva. Mediante este relatório, observar-se-á que estratégias e metodologias teriam sido adotadas em caso de aplicação didática efetiva. Adotando o programa à nossa parte teórica, foi demonstrado, através de instrumentos criados de base, como transporíamos os elementos monográficos em contexto de sala de aula, moldando para o nível de ensino específico e a turma em questão. Apesar de não se ter aplicada, ficou uma proposta fundamentada, explicitada e enriquecida com materiais.

ABSTRACT

This study is based on a case study which aims to clarify some aspects of the social and economical history of Coimbra as well as its rural and urban geography. Both the process of industrialization and of the development of the tertiary sector are explained as they contributed to the emergence of the so-called urban and rural dynamics throughout the 20th century. What we will justify is how the economic activities were a fundamental criterion of the urbanisation process of the municipal area of Coimbra, establishing therefore a contraction of the rural area. The country/ city dichotomy gave place to exacerbated mutations, especially after the second half of the 20th century, creating a heterogeneous space through processes of suburbanisation, peri-urbanisation and “rurbanisation”.

This study follows a macro dimensional process of the historical and geographical reality. It contemplates the economic, social and political factors that influenced Portugal throughout the 20th century and led to new scenery. These realities, interpreted by Historiography and Geography, were focused on the case study of Coimbra, where it is possible to find a either similar or specific microcosm of this reality. The analysis of iconographical, statistical and written sources revealed a heterogeneous municipal space, new economical dynamics, and a functional amalgam per area; in short, a diverse territory.

These themes were contemplated in a pedagogical proposal put into practice in an 11th grade Geography class and in a 9th grade History class, in which the pedagogical experience occurred. This report will allow us to observe which strategies and methodologies could have been adopted in case of effective didactic application. By adapting the program to the theory, we demonstrated, based on instruments created from scratch, how we would transpose the monographic elements to the classroom, adjusting them to a specific teaching level or class. Even though it was not put into practice, our proposal was justified and enriched with materials.

RÉSUMÉ

Ce travail est une étude de cas qui a pour objectif de clarifier certains points de l'histoire économique et sociale de Coimbra, en abordant aussi sa géographie rurale et urbaine, à travers l'explication de son industrialisation et du processus de tertiarisation qui, parmi d'autres facteurs, ont contribué à la création de ce que nous appelons "dynamique rurale et urbaine", au long du XX^{ème} siècle. L'objectif principal de ce travail est d'expliquer de quelle façon les activités économiques ont été un critère fondamental dans l'urbanisation de la superficie municipale de Coimbra, provoquant une diminution de la ruralité. Le paysage urbain et rural a cessé d'exister par le biais de l'opposition ville/campagne et a engendré de grandes transformations, principalement après la deuxième moitié du XX^{ème} siècle, à travers des phénomènes de suburbanisation, périurbanisation et rurbanisation.

Cette étude passe par un processus macro-dimensionnel de la réalité historique et géographique enveloppante. Ainsi, il sera évalué les facteurs économiques, sociaux et politiques qui ont influencé le Portugal pendant le XX^{ème} siècle et la création d'un nouveau paysage. Les réalités, interprétées par l'historiographie et la géographie, ont été réunies dans une étude de cas sur Coimbra, dans laquelle réside un microcosme de cette même réalité à la fois similaire et remplie de spécificités. L'analyse des sources picturales, statistiques et textuelles ont révélé la fondation d'un espace municipal hétérogène, de nouvelles dynamiques économiques, d'un mélange fonctionnel en surface et, en résumé, d'un territoire varié.

Ces thèmes ont été insérés dans une proposition pédagogique, s'inspirant d'une classe de 11^{ème} année (1^{ère}), en géographie, et d'une classe de 9^{ème} année (3^{ème}), en histoire, dans lesquelles le stage a eu lieu. À travers ce rapport, les possibles stratégies et méthodologies (simulant, en conséquence, l'application qui aurait pu être réalisée) seront observées. Les programmes scolaires ont été liés à la théorie et ont permis d'évaluer, avec l'aide d'instruments créés pour cette étude, comment il serait possible d'adapter les éléments théoriques à la salle de classe, selon les niveaux de connaissances et les élèves en question. Bien que ce projet n'ait pas été mis en pratique durant le stage, ce rapport prétend présenter une proposition justifiée et enrichie de ressources.

ÍNDICE

Introdução.....	9
<i>1. Caracterização geral da escola, do grupo e das atividades</i>	
1.1 Contexto socioeducativo.....	12
1.2. O projeto educativo.....	13
1.3. A orgânica da escola	
1.3.1. O corpo discente.....	15
1.3.2. O corpo docente e não-docente da escola.....	15
1.4. Turmas afetas – caracterização geral.....	16
<i>2. Reflexão sobre as atividades e proposta pedagógica</i>	
2.1. Reflexão sobre as atividades desenvolvidas e o processo de lecionação nas áreas de História e Geografia.....	19
2.2 Reflexão sobre o contexto científico-pedagógico no programa do 9º ano a História e 11º ano a Geografia.....	22
<i>3. Conceitos Fundamentais</i>	
3.1.O “Urbano” – atividades e paisagem.....	25
3.2. O “Rural” – atividades e paisagem.....	28
3.3. A Agricultura.....	29
3.4. A Indústria.....	30
3.5. O Comércio e os Serviços – Atividades Terciárias.....	33
<i>4. A evolução económica do concelho de Coimbra ao longo do século XX</i>	
4.1. A Industrialização de Portugal – Da Primeira República ao condicionamento e fomento industrial do Estado Novo e adiante.....	37
4.2. A Indústria de Coimbra no primeiro quartel do séc. XX.....	48
4.3. A evolução das atividades terciárias como substituição do setor industrial.....	59
4.4.As atividades económicas na área de Coimbra: a importância da imagem.....	63

5. A paisagem urbana e rural do concelho de Coimbra ao longo do século XX	
5.1. Portugal entre o rural e o urbano – esboço de uma evolução geográfica	66
5.2. Os principais planos urbanos de Coimbra: influências e consequências - De Étienne De Gröer até aos nossos dias	73
5.3. Áreas rurais e urbanas em Coimbra.	85
5.4. O espaço periurbano de Coimbra: charneira entre o rural e o urbano?	105
5.5. A importância da imagem na análise da transformação do espaço.....	107
6. Conclusões relativas ao estudo de caso de Coimbra: reflexões histórico-geográficas	109
7. Aplicação Didática	
7.1. Proposta Didática	111
7.2. Explicitação e Metodologia.	111
7.3. Objetivos e Fundamentação.....	118
7.4. Possíveis Conclusões	127
Considerações Finais	129
Bibliografia.....	131
Fontes.....	135
Suporte Digital	141
Anexos	

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio insere-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º ciclo e Secundário e apresenta uma análise e uma reflexão crítica resultado da prática do ensino supervisionada, realizada na Escola Básica e Secundária Quinta das Flores, em Coimbra, no decorrer do ano letivo 2012/2013. É fruto de um ano de trabalho na escola onde foi exercida a prática pedagógica supervisionada e atividades curriculares e extracurriculares, ligadas a toda a esfera pedagógica envolvente do espaço escolar e tendo como centro o aluno. Acrescenta a este trabalho dois seminários semestrais, um de Geografia e outro de História, e ainda uma pesquisa científica anual sobre uma temática que se dividiu numa monografia e numa aplicação didática, correlacionada com o trabalho desenvolvido na escola. O produto disto foi o relatório de estágio, o qual se divide essencialmente em quatro momentos, **i)** a caracterização do meio escolar e das atividades; **ii)** a reflexão sobre as atividades desenvolvidas; **iii)** o trabalho monográfico relativo ao nosso estudo histórico-geográfico; **iv)** a adaptação dos conteúdos monográficos numa aplicação didática enquadrada nos programas curriculares. Numa primeira fase do trabalho, foi necessário um espírito de síntese para limitar o tema e o trabalho efetuado nesta área foi relevante para consolidar o objeto temático, de seguida o cerne do trabalho focou-se nas suas especificidades ao nível científico, o que consumiu grande parte do tempo. De facto, foi necessário delimitar um tema histórico e um tema geográfico que pudessem estar aliados e facilmente conjugados numa aplicação didática: este foi o primeiro problema, porque nos obrigava a pensar as coisas a longo prazo. Desta maneira, o tema passou, ainda, por algumas mutações, acabando por ter sido escolhido, ao nível histórico, uma parte importante da história económica e social de Coimbra que se prende com os seus setores de atividade, principalmente o processo de industrialização e terciarização e igualmente a regressão agrícola. Foi necessário, desde cedo, um estudo aprofundado da historiografia existente, desde aquela que se evidencia ao nível macro, isto é, como Portugal e a Europa impuseram ritmos económicos, sociais e políticos e ao nível micro, do nosso estudo de caso, como Coimbra os acompanhou ou não acompanhou.

Era urgente a interpretação de fontes, a leitura de várias posições historiográficas, a descoberta de monografias detalhadas ou de artigos remotos e dispersos. Foi esse o trabalho: apelar para a falta de uma história económica e social de Coimbra, também. Porém, um outro aspeto teria que ser traçado, as balizas temporais.

Acabou por ser decidido que o século XX, pela proximidade temporal dos seus fenómenos, seria o período, *grosso modo*, tratado. Com a delimitação temporal, urgia a restrição espacial e, por prolongação, a questão geográfica. Deste modo, foi escolhido como tema geográfico a construção da paisagem urbana e rural em Coimbra e todos os fenómenos subjacentes, como a suburbanização, periurbanização e rurbanização. Os temas encaixavam. A evolução de uma paisagem urbana em Coimbra dependia profundamente das atividades económicas e estas influenciavam a população das áreas em causa, o modo de vida, o modo de pensar, a morfologia, etc. O cenário urbano do século XX desenvolveu-se à custa de uma modificação e/ou aceleração dos fenómenos sociais e económicos e, assim, conseguimos encaixar os dois temas: **a)** a paisagem urbana ou rural, onde investíamos no estudo de subáreas da geografia, como a geografia rural, a geografia urbana, a geografia das atividades económicas, a geografia social; **b)** fatores ou condicionantes da evolução da paisagem urbana ou rural, com especial enfoque para o económico, político e social, onde tínhamos por base os estudos historiográficos sobre a industrialização de Coimbra, a indústria e os serviços em Portugal, as relações com o mercado internacional, a política interna e externa, os ritmos económicos, etc.

Os temas estão relacionados com os programas dos anos de escolaridade e reportam-se ao ambiente geográfico ou de proximidade geográfica de todos os alunos da escola onde decorreu o estágio, isto é Coimbra. Assim, ao nível da geografia foi proposto para o 11º ano uma atividade que engloba os saberes relativos aos conceitos de urbano e rural e, em suma, da malha urbana da cidade e uma atividade que engloba um trabalho de grupo, trabalho de campo, leitura de guiões, apresentação de dado e avaliação de trabalhos. Para a parte relativa à História foi apresentado ao 9º ano uma atividade que reunia os saberes relativos aos ritmos económicos de Portugal, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial e a paulatina industrialização e terciarização do mesmo, tendo como suporte o estudo de tabelas e gráficos, e recorrendo igualmente ao trabalho de grupo, trabalho de campo, leitura de guiões, apresentação de dados e avaliação de trabalhos. Tal como na teoria, a imagem e a fotografia, ou seja, o elemento pictórico, foi essencial nas tarefas propostas da aplicação didática. Foram criados instrumentos modelo tanto para guiar os alunos como para observar e avaliar o trabalho dos mesmos. A aplicação didática tal como a fundamentação monográfica será apresentada numa exposição conjunta dos dois anos de escolaridade, sobre Coimbra. Contudo, motivos exógenos levaram a que esta aplicação didática se limitasse a uma

proposta. Ainda assim, houve necessidade de uma fundamentação dos instrumentos de trabalho e das orientações científicas, importantes para levar aos alunos dentro da sala de aula e estarem presentes em trabalhos fora das mesmas.

Foi escolhido Coimbra concelho como o caso para estudo devido essencialmente a três fatores: **i)** proximidade geográfica com o concelho estudado e, por prolongação, proximidade com as nossas fontes de trabalho e uma maior facilidade na obtenção de bibliografia de determinadas instituições e organizações de estudos e fontes para estudo sobre a cidade; **ii)** vasta bibliografia sobre a cidade e os múltiplos aspetos, sociais, económicos e mesmo paisagísticos, que nos interessam para o estudo aprofundado; **iii)** proximidade geográfica dos alunos das turmas afetas para a realização do trabalho de pesquisa e treino de competências históricas e geográficas utilizando espaços e materiais relativos à cidade que habitam, ou seja, até mesmo da sua área de residência.

Além do cerne do trabalho, isto é a monografia e a aplicação didática, não podemos esquecer o que resultou do ano de trabalho, dado que o estágio consumiu a maior parte do tempo e levou à criação do mesmo relatório de estágio, isto é, a primeira parte, relativa ao contexto geral da escola, grupo e atividades, que permite caracterizar o local de trabalho, as turmas afetas, o núcleo de estágio e as atividades que foram desenvolvidas no decorrer do presente ano de estágio. Como não é objetivo discorrer um número de páginas em termos laudatórios sobre as características superficiais do trabalho, foi dedicado um capítulo inteiro à reflexão sobre as atividades desenvolvidas nesse meio, com essas turmas e esse grupo de trabalho. A análise de todos os tópicos enunciados permitiu a elaboração do presente relatório de estágio, que teve como objetivo tornar equilibrado os elementos científicos e aqueles relacionados com o mundo pedagógico.

1 Caracterização geral das atividades, escola e grupo de estágio

1.1 . Contexto socioeducativo

Situada na rua Pedro Nunes, na zona do Vale das Flores, a Escola Básica e Secundária Quinta das Flores em Coimbra foi a escola onde realizei o meu ano de estágio. Com efeito, erigida no limite sul de uma quinta – chamada Quinta das Flores –, que se estendia com limite no Bairro Norton de Matos até Pinhal de Marrocos, que, sendo uma área de características notoriamente rurais, tornou-se, paulatinamente, urbana ou, se preferirmos, periurbana. Alguns elementos da sua natureza rural ainda subsistem no espaço (como as zonas verdes dos arredores). A instituição iniciou a sua atividade no ano letivo 1983/1984, sendo que, inicialmente, apenas oferecia um ensino destinado a alunos do 3º ciclo do ensino básico. Porém, no ano letivo de 1986/87 começou a oferecer uma estrutura de ensino virada para o liceu (atualmente designado por secundário), talvez devido a um aumento populacional nas zonas de periferia e à confluência de alunos de várias zonas da cidade para o novo estabelecimento de ensino. A escola passou então a privilegiar o ensino secundário, construindo uma imagem virada para a inclusão e entreajuda, já que captava a maioria dos alunos de zonas residenciais mais pobres, como o atual Bairro Norton de Matos, a zona do Calhabé e Pinhal de Marrocos (possivelmente também a zona do Areeiro pois faz sentido que essa zona passasse por sérias dificuldades económicas nos anos em causa, devido, sobremaneira à incipiente atividade agrícola). A escola reinseriu, recentemente, o 3º ciclo de ensino básico nas ofertas educativas. Deste modo, criou-se a Escola Básica e Secundária Quinta das Flores, que, acompanhando a transformação dos ritmos populacionais e as suas características sociais e económicas, também diversificou o leque de ofertas educativas. No ano letivo de 2010/2011 começou a receber alunos do 2º ciclo.

No mesmo ano, incluiu-se o Conservatório de Música de Coimbra nas suas estruturas, anteriormente estabelecido na Rua Fernão Magalhães, o que trouxe uma mais-valia à escola, pois catapultou a mesma para um nível de atenção que jamais tinha obtido, no entanto trouxe uma problemática, pois a inclusão do Conservatório na escola não foi totalizada, ou seja, os organismos partilham do mesmo espaço e alunos mas

apresentam legislação substancialmente diferente. A fusão está em processo mas ainda faltará percorrer um longo caminho de aproximação perante as duas instituições.

Regista-se um notório crescimento estudantil, visto que em 1983/84 estudavam nesta escola 600 alunos e atualmente 1170 e uma modificação substancial das infraestruturas.

A escola abarca ainda os seguintes serviços: a Administração (Direção e Secretaria) o Serviço de Psicologia e Orientação Escolar, o SASE (Serviço de Ação Social Escolar), a Papelaria, a Reprografia, o Refetório, o Bar dos Professores e o Bar dos Alunos. A maioria destes serviços, concentrados no Bloco A, existia anteriormente, tendo sido acrescentado um amplo espaço de entrada e o Grande Auditório, com uma gama de tecnologias que permitem espetáculos, projeção de material audiovisual, palestras, ensaios, etc.

1.2. O projeto educativo

Destinada a alunos do 5º ao 12º ano de escolaridade, a Escola Básica e Secundária Quinta das Flores oferece uma gama diversificada de cursos de ensino geral ou profissional, incluindo várias disciplinas de opção. Assim, nos 2º e 3º ciclos de escolaridade os discentes usufruem de opções linguísticas ou artísticas. O ensino secundário tem disciplinas de opção da área das ciências, da economia e das humanidades, divididas por cinco cursos Científico e Humanísticos e por dois cursos Profissionais. A comunidade estudantil é distribuída por duas turmas do 5º e do 6º ano de escolaridade, quatro turmas do 7º, 8º e 9º ano de escolaridade e, finalmente, onze turmas do 10º, 11º e 12º ano de escolaridade.

Com o objetivo de dinamizar os resultados escolares, a escola oferece vários recursos educacionais nos supracitados cursos. Merecem referência os Planos de Recuperação e Projetos de Apoio em cadeiras de formação geral, o “Salta Barreiras” nas matemáticas e a disciplina de Português Língua Não Materna – frequentada atualmente por cinco alunos. Estes recursos extraletivos provam uma preocupação da comunidade educativa que responde a dificuldades sentidas pelos alunos e a promover uma aprendizagem mais completa. Merece referência ainda a Biblioteca/Mediateca e os Laboratórios, que permitem a consulta de um repositório catalogado das mais variadas obras (incluindo obras musicais e fílmicas) no caso do primeiro e a prática da disciplina de Química no caso do segundo

Fora do espaço letivo, deve-se fazer referência a atividades como o Clube de Ciência e do Ambiente, o Clube Europeu ou, ainda, o Desporto Escolar, praticado no próprio ginásio da instituição. Reforça-se, no entanto, que é sobretudo pela presença do Conservatório que a escola ganhou um maior dinamismo a nível das suas atividades extracurriculares. Criou-se, assim, a possibilidade de ter um ensino articulado e construir um novo arquétipo do aluno formado em educação musical pós o 6º ano de escolaridade. Deve-se ainda referir, no que toca à preservação do funcionamento harmónico, a criação do Gabinete de Mediação Disciplinar, denominado, mais comumente, GMD.

Relativamente à orgânica da escola, segundo o Regulamento Interno, esta é um espaço dirigido pelo Diretor, “responsável pela gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial da escola”. Esta figura da instituição é eleita pelo Conselho Geral, ficando de participar nas reuniões trimestrais, sem obter, contudo, direito a voto. Este último órgão é composto por Professores, Funcionários, Representantes dos Encarregados de Educação, Representantes dos Alunos do Ensino Secundário, Representantes da Comunidade Local e, ainda, por Representantes do Município. O Conselho Geral é “o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo.”

Deve-se ainda referir a existência de um Conselho Pedagógico que canaliza a sua atividade na coordenação pedagógica e educativa da escola, com o objetivo de coordenar e supervisionar as ações do pessoal discente, docente e não-docente. Este órgão é chefiado pelo Diretor e composto por Coordenadores de Departamentos, Coordenadores de Ciclo, Coordenadores dos Cursos Tecnológicos, Profissionais de Educação e de Formação, do Coordenador de Projetos de Articulação e de Complemento Curricular, de Representantes dos Serviços Técnico-Pedagógicos, de um Representante do Pessoal Não Docente, de Representantes dos Pais e, finalmente, de um Representante dos Alunos.

Por fim, o último órgão a que se deve fazer menção é o Conselho Administrativo que toma decisões e trata de assuntos a nível administrativo e financeiro. A sua composição passa por três elementos da comunidade educativa: o Diretor, o Subdiretor e o Coordenador Técnico.

1.3. A orgânica da escola

1.3.1. O corpo discente

No presente ano letivo, a escola conta com aproximadamente 1170 alunos, distribuídos pelos ensinos básico e secundário. A instituição integra uma população estudantil heterogênea em termos cultural, social e económico. O Projeto Educativo da escola faz referência a cerca de 200 discentes que apresentam algumas dificuldades sociais e económicas, os quais são apoiados pelo Serviço de Ação Social Escolar – na aquisição dos livros e do material escolar e no pagamento das senhas de refeição e do seguro escolar –, número que tem vindo a sofrer um recrudescimento com a crise económica. Acrescenta-se que o SASE ainda faculta bolsas de méritos aos alunos do ensino secundário – com o apoio de outras instituições (DREC, p.e.) – e oferece prémios aos vencedores dos concursos organizados pela escola. Numa outra consideração, devemos referir que em cada turma há a possibilidade de eleger um delegado e um subdelegado de turma, alunos representando a comunidade estudantil, nomeadamente nos Conselhos de Turma, cujas ações podem ser articuladas na Assembleia de Delegados de turma e na Associação de Estudantes.

1.3.2. O corpo docente e não docente da escola

Tendo como base o Projeto Educativo da escola, o corpo docente é constituído por aproximadamente 120 professores e a maioria pertencente ao quadro. Cada área está dividida pelos diferentes Departamentos Curriculares (Expressões, Línguas, Matemáticas e Ciências Experimentais e Ciências Humanas e Sociais), onde se integram os diversos grupos de docência e cujo espaço é representativo de um local de trabalho para os respetivos docentes. Nessas salas pode-se encontrar material de apoio á organização burocrática. É ainda importante referir que os Diretores de Turma têm uma sala própria, onde devem realizar tarefas referentes ao cargo em questão (redação das atas das reuniões, contactar e receber os pais dos alunos, organizar o dossier de turma, etc.).

Uma breve nota para o corpo não docente, o qual abrange múltiplas áreas (assistentes operacionais, assistentes técnicos, uma coordenadora técnica e uma técnica

superior, nomeadamente uma psicóloga presente diariamente no interior da escola) e sem o mesmo a escola não tem capacidade de funcionamento. Esses membros participam ativamente no bom desenvolvimento da vida da instituição, mediando as atividades quotidianas da escola e prestando serviços válidos para o bom funcionamento das várias atividade. Supervisionam a segurança da concretização das mesmas. No pessoal não docente ainda se introduz a Associação de Pais.

1.4. Turmas afetas – caracterização geral

As turmas concedidas pelos orientadores da escola onde desenvolvi o estágio ou a prática letiva supervisionada foram duas turmas do 9º ano e uma turma do 11º ano, nas quais exerci a prática letiva nas disciplinas de História e Geografia. No caso de História apenas a exerci no 9º ano Turma A e no caso de Geografia exerci-a no 9º A e B, respetivamente.

A turma A do 9º ano tem 30 alunos, dos quais pertencem todos ao articulado, isto é, exercem uma atividade musical no Conservatório. A segunda turma (9º B) tem 28 alunos, sendo que no início do ano tinha 29 e, entretanto, um aluno foi transferido para outra escola, devido a situações pessoais envolvendo a família. Coube-me fazer a caracterização de uma das turmas para apresentar em Conselho de Turma. Este foi dirigido pela Professora de Ciências Naturais, que me confiou tal tarefa e me permitiu colaborar nas reuniões intercalares, de conselho de turma e de avaliação, a fim de apresentar tal caracterização mas também emitir o meu parecer sobre qualquer tema relativo ao funcionamento e dinâmica da respetiva turma.

Mediante a análise de inquéritos e da observação direta, foi possível apurar que a turma A do 9º Ano, a nível da sua faixa etária se situava toda entre os 13 e os 14 anos, não apresentava nenhum repetente e tinha efetuado, no compito geral, até ao presente momento, um percurso de elevado sucesso académico na escola em causa. A maioria dos alunos vive em Coimbra e é natural da mesma cidade ou arredores, daí se depreender que o principal meio de deslocação é a pé ou de carro e a duração média de deslocação não ultrapassa os 15 minutos, apesar de pelo menos um aluno apresentar o tempo de deslocação como sendo uma hora. A esmagadora maioria dos alunos exhibe um agregado familiar consistente a nível da sua formação (pai, mãe e irmãos) e uma situação socio-económica relativamente estável, retirando-se tal conclusão das

profissões exercidas pelos pais dos alunos e do seu estado profissional atual, sendo a maioria de formação superior e efetivos no seu emprego.

Através dos inquéritos depreendeu-se o tipo de profissões almeçadas pelos alunos nesta etapa da sua vida, sendo que as mesmas correspondem a uma formação profissional de música e a uma formação superior efetiva. A música desempenha um papel substancial na aproximação da vida profissional às resoluções e objetivos preconizados pelos alunos da turma em causa. É através deste grupo de razões (a educação virada para a exigência profissional, ora em termos da educação musical, ora na formação efetiva dos saberes científicos, os pais com elevados níveis académicos, situação profissional estável, etc.) que se explica a principal característica apontada pelos alunos pela qual gostam ou não gostam de um professor. Salienta-se que a característica intitulada “Que saiba ensinar/exigente” aparece 11 vezes no total das respostas, o que numa turma de 30 elementos é bastante significativo. Esta característica foi expressada igualmente em Conselho de Turma pelos representantes dos pais. Relativamente a outros pontos, bastará dizer que apenas dois elementos da turma tiveram um constante nível 2 à maioria das disciplinas, enquanto os outros 28 obtiveram um *ratio* superior a 70 % de notas de nível 4 e 5, no presente ano letivo.

No que concerne à turma 9º B, esta tem um modelo de educação e uma formação de base muito mais heterogéneos, dado que advém da fusão de duas turmas, a C e a B, que, pelo que consta, também apresentavam características distintas. Os pais dos alunos, no compito geral, apresentam uma mescla entre a formação superior e a profissional técnica. As características da turma são menos homogéneas e registam-se alunos do ensino normal e do articulado, com opções curriculares diferentes e dinâmicas de trabalho distintas. A *personalidade da turma* é bastante mais flexível e diversificada, os alunos têm interesses diferentes quanto à sua formação, participam em atividades lúdicas, de formação profissional e não são tão dirigidos para o sentido pragmático das tarefas, não apresentam uma preocupação tão vincada relativamente às avaliações e registam uma participação oral mais espontânea do que metódica – o mesmo se regista ao nível da escrita. A Turma B está mais perto do aluno de um estatuto socio-económico médio ou baixo, raízes humildes, pensamento lutador, postura desportiva, bom trato e respeito mútuo. Por vezes senti, na minha prática letiva, que a Turma B compreendia o fundamental da formação como a formação em si e não a avaliação como um fim em si próprio, o que me motivou bastante a trabalhar com a turma,

nomeadamente na prática letiva das aulas de Geografia, única disciplina que lhes lecionei, sob prática pedagógica supervisionada.

Ainda no que toca às turmas afetas, é necessário focar uma outra turma, mas do ensino secundário, o 11º E/F. Com esta turma tive pouco contacto, dado que por motivos exógenos foi desvinculada da orientadora de geografia. A turma, porém, pela minha observação direta, caracteriza-se por ter características bastante heterogéneas, dado a disciplina em causa funcionar mediante a fusão de dois cursos, Humanidades e Socioeconómicas. Os elementos da turma advinham, maioritariamente, de um estrato socio-económico medio-alto, estando, na sua maioria, ligados ao Conservatório. Demonstraram ser alunos participativos, interessados, estudiosos, inquisitivos e bastante disciplinados. O relativo desinteresse e alienação de, pelo menos, dois elementos (repetente pela terceira vez, no caso de um deles) não causou nenhuma espécie de distúrbio na aula, sendo que os alunos em causa revelaram-se, igualmente, participativos aquando solicitados. No global, devido ao seu número reduzido de elementos (19), verificou-se, sempre que assisti, a um ambiente de trabalho, participação e interesse. Como foi referido, esta turma, por motivos exteriores ao nosso controlo, foi desvinculada da Professora Orientadora Cristina Nolasco, sendo que, desta forma, perdi o acesso à mesma.

Em jeito de conclusão, posso dizer que as duas turmas que contactei me forneceram uma experiência a que fiquei para sempre agradecido, pois permitiram-me tocar duas esferas de ação a nível da sua prática letiva distintas mas, ao mesmo tempo, complexas e intrinsecamente completas, devida às suas características diversa e que, por vezes, se revelaram antagónicas, mas nem por isso negativas.

2. Reflexão sobre as atividades e propostas pedagógicas

2.1. Reflexão sobre as atividades desenvolvidas e o processo de lecionação nas áreas de História e Geografia

Este subcapítulo tem como objetivo fazer uma pequena reflexão sobre as atividades desenvolvidas no ano de estágio, a nível letivo e extralectivo. Apesar de pequeno, muito devido a fatores exógenos, mas também pelo esforço de síntese impregnado na realização do mesmo, penso que este texto é relativamente significativo e importante para o presente relatório.

Começo por dizer que o estágio parece por vezes demasiado ligado à atividade letiva propriamente dita, mas na realidade toda uma esfera de ações fora desta provam que a realização do mesmo deve ser feita com o objetivo de dinamizar atividades variadas fora da prática letiva mas não da esfera pedagógica. Desta maneira traço uma evolução na prática letiva em dois momentos: um primeiro momento em que maturei a concretização da planificação na qual tive algumas dificuldades em lidar, devido, sobretudo, à forma mais espontânea que eu previa uma aula acontecer: neste momento do meu estágio tive que aprender a planificar com exatidão os vários momentos de aula, seleccionar recursos, pensar estratégias e deprender os objetivos ou competências a desenvolver das mesmas (não minhas, mas dos alunos). O facto de geografia e de história serem disciplinas cujos temas podem abranger uma vasta gama de saberes, facilitou-me a operação de recolha de materiais, porém a mesma facilidade não se verificou na transposição pedagógica até determinado momento, visto ter sido obrigado a depurar os conteúdos adaptando-os ao nível de ensino.

Um ponto que pautou o meu estágio foi sem dúvida a diversificação de materiais. Vou conceder um exemplo ao leitor: a fim de lecionar a unidade didáctica “Contrastes de Desenvolvimento” em geografia, foi apresentado um videoclipe, estudo de caso, fotografias várias, esquemas diversos e poucos registos escritos efetivos. Os recursos diversificados, aliados à boa condução do diálogo vertical/horizontal e um rigor científico permitiram uma boa transposição pedagógica desta mesma unidade.

Relativamente à execução devo dizer que, se de início se contam alguns erros estruturais, estes paulatinamente foram ultrapassados por um trabalho de base rigoroso,

sendo posteriormente trabalhado os erros de pormenor: assim conta-se como os pontos trabalhados a organização, comunicação, registos escritos, temporização dos momentos da aula, diversificação de estratégias, condução do diálogo, criação de um ambiente letivo propício para o bom desenrolar do processo ensino/aprendizagem, etc. Dentro destes pontos foram trabalhados aspetos como a gramática e a construção frásica no discurso oral que, por vezes, fluía de forma incorreta ou incoerente, devido a algum nervosismo, e ainda aspetos relativos à construção de perguntas no diálogo com os alunos, e no aproveitamento das respostas deles. Outros pontos trabalhados prenderam-se com o exercer da disciplina e a colocação de questões relativamente a um recurso projetado, etc. Estes pontos, na avaliação da execução foram tratados rigorosamente durante o período de estágio e, se de início apresentei alguma resistência à mudança, algum sentido dogmático da prática letiva e ideias muito cétricas relativamente a mutações de atitude, facilmente, num período relativamente curto, à luz do modelo atual de formação, apresentei uma significativa melhoria de todos os aspetos supracitados e outros que a mesma prática facultou e consolidou.

Relativamente a atividades extralectivas, deve-se fazer referência às seguintes atividades:

i) Assistência a um filme intitulado “O Cônsul de Bordéus”, uma biografia de Aristides de Sousa Mendes com turmas do Secundário (11º e 12º), no intuito de consciencializar os alunos do papel desenrolado por Portugal durante o Holocausto e de uma das principais figuras envolvidas na fuga dos judeus ao terror alemão;

ii) Dinamização de um concurso intitulado “Querida Anne Frank” com base no Diário de Anne Frank e que teve como objetivo primordial sensibilizar os alunos do 10º e 9º ano para a vida e obra de Anne Frank. Os alunos foram solicitados a escrever uma carta a Anne Frank ou um final alternativo para a obra da referida autora. O concurso teve grande adesão e um vencedor de cada turma e foi bem-sucedida ao perpassar a sua mensagem: o desassossego de um jovem numa época em que a adolescência foi suspensa, a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e a ascensão do nazismo;

iii) Organização de uma conferência com a Dra. Irene Pimentel, ilustre investigadora de História Contemporânea e especialista em matérias como o Estado Novo, o Holocausto, a Segunda Guerra Mundial, a fuga dos judeus, etc. A conferência promovida intitulada “Portugal, o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial” teve o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Instituto CEIS20 e contou com a adesão de várias escolas (além da escola organizadora), estudantes

universitários com várias formações e vários interessados no tema em questão. Numa sala da FLUC foram reunidos estudantes do ensino secundário e universitário que ouviram a especialista e procederam a um interessante debate sobre as questões em causa, um momento raro mas importante na divulgação das matérias consideradas;

iv) Dinamização de um trabalho de grupo e de exposição relativo aos temas do Holocausto, com base numa série de guiões (cada qual com um tema);

v) Participação numa visita de estudo à Barragem de Castelo de Bode e à Central Termoelectrica do Pego;

vi) Participação na semana da francofonia, em cooperação com o núcleo de estágio de Francês-Português, por intermédio de uma peça de teatro de elaboração própria;

vii) Contribuição com uma exposição e a leitura de um poema na semana de comemorações do 25 de Abril;

viii) Organização de uma conferência intitulada “Rio Mondego: Passado, Presente e Futuro”, com a participação do Doutor Luciano Lourenço como orador.

ix) Participação numa saída de campo com o objetivo de visitar o Museu da Água, no Parque Manuel Braga;

De focar que as atividades **v**, **viii** e **ix**, estão relacionadas com a comemoração do Ano Internacional para a Cooperação do Acesso à Água, aspeto que determinou o tema abrangente da água e dos recursos hídricos, presente nas supramencionadas atividades, no âmbito da disciplina de geografia.

De todas estas atividades tenho que admitir o quanto este grupo de estágio trabalhou no sentido de criar interessantes momentos de estímulo intelectual fora da habitual rotina letiva e a interessante e única experiência que foi participar desse trabalho. É, de facto, um momento irrepetível na jovem vida de um professor com o qual aprendi e amadureci. A dinâmica do grupo montada num sistema de ajuda mútua, em que a elaboração de qualquer material passava por todos os indivíduos constituintes do núcleo, permitiu produzir materiais de qualidade, ao nível dos projetos fora da sala de aula e das planificações para a prática letiva efetiva.

Terminado o ano de estágio, devo considerar que o trabalho continua, que foi apenas o prólogo de uma vida profissional, ou assim o espero, e que retiro o melhor desta experiência, ao nível do conhecimento da realidade letiva e do mundo pedagógico em geral, a sua renitência em colaborar com o ensino superior por vezes, mas também a

capacidade de inovar e de levar o conhecimento científico às novas mentes que constroem este mundo.

2.2. Reflexão sobre o contexto científico-pedagógico no programa do 9º ano a História e 11º em Geografia

Este subcapítulo serve para elucidar sobre as relações entre a linguagem científica e a linguagem pedagógica, portanto, em outras palavras, o que se concretiza em ciência e o que se transpõe em docência. Devemos lembrar o conteúdo científico de base deste trabalho e a sua principal tese: o que se tratará, sucintamente, é a construção do “rural” e “urbano” (as diferentes dinâmicas) do Concelho de Coimbra e ainda as atividades económicas (agricultura, indústria e setor terciário) e como se desenvolveram ao longo do século XX, influenciando o dinamismo socio-económico e a paisagem, com especial destaque para a industrialização e a terciarização.

Necessário para esclarecer esta parte do trabalho sem dúvida será a leitura de literatura internacional no intuito de averiguar quando os conceitos “rural” e “urbano” são utilizados. Explorada, a montante, alguma literatura geral¹, depreende-se que a nossa investigação nacional sobre as matérias em causa, está muito ligada à visão classicista do que é a paisagem urbana e rural. De facto, os dois conceitos implícitos representam uma mescla de elementos que não são de fácil categorização e, por isso, foi necessário aos historiadores, geógrafos, arquitetos e urbanistas, classificarem os espaços em função das suas atividades. É por essa corrente que nos vamos guiar.

O objetivo foi criar um texto monográfico em que arranjamos um terreno comum entre as atividades económicas e a construção da paisagem: constatamos que as monografias históricas sobre as atividades económicas, e mais concretamente sobre a Indústria no caso de Coimbra² estão interdependentes das conclusões científicas da geografia, e mais concretamente da geografia rural e urbana de Coimbra.³ Propomos, igualmente, ao nível da atividade didática ou prática pedagógica efetiva estes temas, o que nos leva ao segundo ponto deste subcapítulo. O aluno deve, pelos elementos presentes nos instrumentos pedagógicos (o manual, leitura por vezes unidimensional do

¹ Veja-se por exemplo, Edward Relph, (1987), *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70, e Gordon Cullen, (2008), *A Paisagem Urbana*, Lisboa, Edições Setenta;

² Tendo como base extensivamente a obra de José Maria Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

³ Tendo como base extensivamente a obra de Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009), *Campos de Coimbra, do rural a urbano*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra;

programa) estudar os elementos específicos ao nível do saber, sendo tarefa do Professor criar uma visão mais completa e estruturante da realidade, desvendando os mecanismos por trás desses mesmos saberes, ou seja, deve, pelo menos, consciencializar os alunos que, em pouco mais de uma dúzia de páginas, não é possível compreender todas as dimensões da matéria (e da realidade, histórica ou geográfica).

Aplicado ao caso específico, consideram-se os programas do 11º ano a Geografia e 9º ano a História, sendo que no primeiro as matérias em foco no relatório de estágio estão presentes no ponto 3 do programa curricular de geografia, *Os Espaços Organizados pela População*, tendo interesse especificamente os seguintes pontos: 3.2 *As áreas urbanas: dinâmicas internas*; 3.2.1 *A organização das áreas urbanas*; 3.2.2 *A expansão urbana*; 3.2.3 *Problemas urbanos* e 3.3 *A rede urbana e as novas relações cidade-campo*. Com exceção do ponto 3.2.3., que será tratado transversalmente e sem especificidade. Todos os outros merecem a nossa atenção nas propostas didáticas e materiais de transposição pedagógica, estando presentes cientificamente na monografia em causa. Não obstante, é necessário considerar que estamos a trabalhar com turmas de níveis diferentes (um básico e outro secundário) e, por essa mesma razão, o trabalho mais elaborado e mais aprofundado será pedido à turma de geografia do secundário, por terem obrigação de apresentarem mais saberes estruturantes a nível dos pré-requisitos e jogarem com mais destreza com a linguagem dos conceitos estruturantes envolvida na execução da tarefa de índole científico-pedagógica.

Quanto ao 9º ano, na disciplina de História, a parte do programa subentendida é referente ao ponto 8.2. *Os Países de Difícil Industrialização: O Caso Português (O atraso na agricultura, as tentativas de modernização, alterações das estruturas sociais)* e ainda os pontos 9.3 (*Portugal: Da 1ª República à Ditadura*) e 10.2. (*Entre a Ditadura e a Democracia*). Apesar destes últimos pontos terem referências maioritariamente ao nível das suas estruturas políticas, convém sublinhar que a lecionação de uma aula de História e a concretização de um trabalho relativo aos pontos do programa focados, terá sobretudo elementos ao nível da História Económica e Social, transversal ao programa, indissociável das múltiplas dimensões da história e produtiva se utilizada para explicar os ritmos da economia portuguesa (o que de facto se pretende, mas especificamente ao nível dos setores económicos – primário, secundário e terciário), mediante um estudo de caso, que apelas, simultaneamente, para a história local. Este último ponto será, porém, trabalhado pelos alunos, em coordenação com o Professor.

O que será demonstrado é como levar os alunos a alcançarem os saberes científicos através do estudo, pesquisa e exposição em ambiente pedagógico (dentro e fora da sala de aula). Mediante o panorama programática e face à sua contextualização e aprofundamento monográfico, é nosso dever criar instrumentos didáticos para transpor vários importantes momentos do processo pedagógico. Para tal consideramos, e exploraremos em capítulo subsequente, a planificação (médio e curto prazo), os recursos (fotografias, gráficos, imagens várias), os recursos em contexto de sala de aula, o trabalho de grupo, o trabalho de campo, os guiões das tarefas, a leitura de textos para reflexão e os produtos finais para exposição (cartazes, cartolinas, fotografias montagens, textos, etc.). O Professor tem um papel ativo mas descentralizado, orientando os alunos para informação iconográfico, bibliográfica ou textual avulsa pertinente. O que interessa de focar é que, sendo os saberes científicos deste relatório interligados (a paisagem e as atividades), têm todas as possibilidades de se efetivar mediante uma aplicação didática.

3. Conceitos Fundamentais

3.1. O “Urbano” – atividades e paisagem;

Os conceitos são guias importantes para uma reflexão orientada e uma escrita científica metódica e clara. Em ambas as disciplinas, geografia e história, tiveram direito a uma profunda reflexão ao nível conceitual, tanto aplicado ao texto científico como à proposta pedagógica.

Começo pelo conceito de “Urbano”, no qual nos debruçamos sobre vários termos ligados ao mesmo conceito base, isto é, além de tentarmos definir, em termos gerais e específicos, o que é o “urbano”, focaremos o que é a “paisagem urbana”, o “urbanismo”, o “periurbano” (ou periurbanização), o “suburbano” (ou suburbanização) e, por último, o fenómeno de “rurbanização”. Pareceu-nos importante focar todos estes conceitos, sintetizando o que nos parece mais importante nos mesmos, pois, no presente relatório, vamos, de uma maneira ou outra, utilizar os mesmos. A palavra “urbano”, provém do latim *urbs* que significa cidade e que, no seu sentido lato, expressa uma oposição clara ao campo. É a maneira mais fácil de aglomerar tudo aquilo que pertence à cidade e expressa, intemporalmente, um conjunto espacial delimitado por elementos contrastantes com o rural, desde os físicos, aos económicos, sociológicos e psicológicos. O termo é utilizado, indistintamente, por várias ciências, desde a geografia, à história, à arquitetura, sociologia, economia, etc.⁴ Alguns autores consideram existir uma “região urbana”, a qual se pauta ou caracteriza por uma elevada heterogeneidade a nível funcional e ainda padrões de flexibilidade e mutabilidade acentuados, dado o seu caráter heterogéneo ao nível dos aspetos físicos, sociológicos, económicos e psicológicos.⁵

Já no que diz respeito ao termo “paisagem urbana”, este prende-se com um conceito recente, uma noção da realidade com apenas trinta anos. O termo “paisagem”, anteriormente estava associado, apenas, aos grandes espaços rurais ou de natureza

⁴ Recomenda-se, a este respeito, a leitura de Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema, p. 398 e ainda Dulce Garrido e Rui Costa, (2006) *Dicionário Breve de Geografia*, Lisboa, Editorial Presença, p. 190.

⁵ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Campos de Coimbra, do rural ao urbano*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, p. 62.

agrícola. O conceito supramencionado refere-se, então, a tudo o que se pode observar de uma cidade a partir de um ponto de observação elevado, porém, defendemos, que a paisagem urbana pode ser heterogénea. No interior da cidade reside o verdadeiro sentido de *urbis*, mais do que fora dela. Ao olharmos de longe ou de cima para uma cidade podemos ver um amontoado de casas (telhados), ruas, arruamentos e infraestruturas de grande ou média exuberância. Não define, de todo, uma cidade. Defendemos, então, que os elementos constituintes dessa cidade são para ser observados de perto, formando assim uma imagem mais real da paisagem urbana.⁶

O conceito de “urbanismo”, é deveras importante, pois, e especialmente neste trabalho, sugere o “movimento”, ou seja o ato de “urbanizar”, porém, e não confundindo com “urbanização”, urbanismo remete para uma realidade mais específica, sendo o *conjunto de regulamentos, plantas e projetos de construção, de equipamento e vias, estabelecidos e promulgados para a criação ou extensão das cidades e aglomerados*⁷, ou seja, os elementos basilares para a construção de uma cidade, o planeamento e os projetos elaborados para a consignação de uma realização em escala e organizada. A maioria das cidades é construída ou redesenhada tendo como base as “ruínas” ou “escombros” de cidades mais antigas, este trabalho tem que apresentar uma perspectiva histórica, sociológica e, até, museológica. As cidades podem apresentar múltiplos, diversos e antagónicos traçados, dado a influência de vários povos em diversos momentos da história. Visto que as dinâmicas espaciais das cidades são altamente diferentes do campo, quem projeta um espaço urbano deve ter em contas muitos mais critérios, como as características do relevo de base, a funcionalidade dos espaços, o aproveitamento das zonas, os elementos históricos da cidade, a hidrologia, a elevação das ruas, o saneamento, a localização de espaços verdes, etc.

No que toca ao conceito de “periurbano” ou “periurbanização”, bastante foi escrito sobre tal terminologia, sendo que aceitamos que não existe, ainda, um conceito oficial sobre o fenómeno em causa. De uma forma geral, refere-se ao que está em volta da cidade ou em redor da cidade, portanto pode-se tratar de urbanizações periféricas ulteriores às urbanizações centrais, mas também de superfícies de carácter rural situadas

⁶ Contrariamente ao campo que as suas formas pela homogeneidade são de fácil caracterização, descoberta e identificação. Em todo o caso ver, em especial, Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema, p. 295

⁷ Cf. Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema, p. 398

em posições longínquas relativamente à periferia urbana.⁸ Depende da escala de observação. Não se confunda periferia urbana com periurbano, visto que são análises a escalas diferentes: no caso da periferia urbana, esta engloba as áreas periurbana, suburbana e rurbana.⁹ Considere-se que, *com o avanço da periurbanização os espaços interpenetram-se, redefinem-se fronteiras, esbatem-se limites.*¹⁰ Mediante este fenómeno, procede-se, paulatinamente, à mudança paradigmática da dicotomia cidade/campo para a continuidade entre rural/urbano.¹¹ O periurbano corresponde a uma terceira coroa da cidade, depois do suburbano.

O conceito de “suburbano” ou “suburbanização” é bastante parecido com o periurbano. Alguns autores até consideram os dois conceitos idênticos.¹² O suburbano, também como o periurbano, depende da escala de consideração. Normalmente é um fenómeno à margem do núcleo central da cidade e que engloba a formação de um conjunto de residências ou *habitats* do tipo urbano que se desenvolvem, em parte, graças ao desenvolvimento dos transportes. A criação de subúrbios está diretamente ligada, na nossa ótica, ao preço do solo: mais barato nas partes mais afastadas no núcleo da cidade. O subúrbio também se cria, muitas vezes, em áreas com aspetos rurais subjacentes que, progressivamente, se vão apresentando como urbanos. Caracterizam-se por, a determinado ponto, terem grandes afluentes populacionais, desenvolvimento infraestruturas acentuado e se pautarem por grandes áreas de “dormitório”, portanto ponto de início do movimento pendular para os empregos do núcleo central. O subúrbio corresponde a uma segunda coroa, depois do centro da cidade.

Quanto à rurbanização ou área rurbana, trata-se de um neologismo formada pelas palavras rural e urbana, e não tem ainda uma definição muito precisa. Pela bibliografia consultada¹³, depreende-se, por este fenómeno, a saída de população urbana para áreas rurais, ou seja, uma inversão de um antigo fenómeno – o êxodo rural. Mediante outra literatura, tratar-se-á simplesmente da cristalização dessa

⁸ Cf. Idem, pp. 305-306

⁹ Cf. Dulce Garrido e Rui Costa, (2006) *Dicionário Breve de Geografia*, Lisboa, Editorial Presença, p. 118

¹⁰ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus (2009), *Campos de Coimbra, do rural ao urbano*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra p. 65

¹¹ Para uma maior compreensão sobre o fenómeno da periurbanização, recomenda-se a leitura de Maria Lurdes Roxo Mateus (2009), *Campos de Coimbra: Do Rural ao Urbano*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, o cap. 3.1.3. A Identidade do Periurbano, p. 220

¹² Cf. Yves La Coste, *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema p. 368

¹³ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, o cap. 4.1.3. “Rurbanização”, urbanização ou periurbanização? p. 63

heterogeneidade, as características rurais e as urbanas num mesmo espaço. O que interessa reter é que este neologismo tem como objetivo definir situações intermédias entre o rural e o urbano. O fenómeno em causa, o rurano, representa uma invasão de uma população urbana (das franjas) mas uma manutenção das características rurais do espaço, aliás, são essas características que motivam os cidadãos: o sossego dos campos, os espaços abertos, o ar fresco, etc. Há que realçar uma dispersão urbana que, justamente, é efetuada por uma população que se dispersa para os campos. Admitimos que os possa urbanizar, dando-lhe características urbanas como a funcionalidade e o perfil do habitante, mas também somos obrigados a considerar que estes habitantes queiram manter as características rurais por razões supramencionadas. Em suma, o rurano representa uma situação de interpenetração dos elementos que se pode verificar mais intensamente na periferia mas que deverá ser analisado consoante o caso, a escala e múltiplos fatores internos.¹⁴

3.2. O “Rural” – atividades e paisagem;

Quanto ao conceito de “rural”, este advém da raiz *ruris*, que significa campo e remete para tudo o que diz respeito ao campo. Apesar de ser difícil traçar um perfil tipo, são vários os elementos que definem a ruralidade ou o campo. No que diz respeito à habitação, encontramos geralmente vivendas e residências com apenas um núcleo familiar, geralmente geminadas com anexos que remetem para a atividade agrícola desenvolvida na proximidade, em termos da sua funcionalidade, ou seja, o espaço rural não se reporta apenas à atividade agrícola por excelência, podendo abarcar o artesanato, o comércio (geralmente o alimentar), os serviços e ainda a população que trabalha em profissões mais especializadas na cidade.¹⁵ Relativamente aos fatores população e espaço, geralmente apresentam densidades populacionais baixas. O Rural é, para nós, tudo o que se reporta à ruralidade, ou seja, as atividades, a população, o perfil dos indivíduos, a sociedade e a mentalidade. No que diz respeito ao perfil dos indivíduos, estes podem não ser camponeses, agricultores, operário-camponeses, mas também população diversa, com outras características. A sociedade rural não tem que ser, obrigatoriamente, uma sociedade agrícola, visto que, com o desenvolvimento de

¹⁴ Parece-nos mais correta a definição presente em Dulce Garrido e Rui Costa, (2006) *Dicionário Breve de Geografia*, Lisboa, Editorial Presença, p. 161.

¹⁵ Cf. Yves Lacoste, (2006) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema p. 346

infraestruturas e de transportes e comunicações, se modificou por completo a estrutura da sociedade tipo. De facto, esta sociedade rural pode ter elementos apenas afetos à agricultura, como também altamente ligados a atividades industriais e terciárias, com posto de trabalho no núcleo urbano. Já no que toca às mentalidades, obrigatoriamente não se poderá dizer, de uma forma geral, que o mundo rural seja apenas um aglomerado de população afeta à agricultura, altamente conservadora e de pêndulo tradicionalista. Ainda que, algumas parcelas da população o sejam, a maioria, nos anos finais do séc. XX e dealbar do séc. XXI, apresente uma mentalidade mais aberta, mais flexível e um estilo de vida heterogêneo. No que ao caso português diz respeito, diferencia-se, caso a caso, o mundo rural, de norte a sul e do interior ao litoral.

A paisagem rural, porém, é de manifesto interesse conhecer. Além daquilo que se encontra nos campos, convém também fazer uma referência do que verifica quando se olha, ao longe, para os mesmos. A paisagem rural é aquela onde encontramos uma determinada morfologia, ligada à atividade agrária ou da pastorícia, caracterizada geralmente pelo verde dos campos, pelos espaços abertos, pela superfície organizada pelas atividades, pelas matas, florestas e outros elementos vegetais. A paisagem rural para estar definida não entende apenas critérios ao nível funcional, mas outros fatores morfológicos, como o relevo, o tipo de habitação, o tipo de caminho, a existência ou não de serras, florestas, matas, lagos, rios, etc. Como se pode compreender, o mundo rural é plural em elementos, ora de natureza funcional, como social e até psicológico. Não devemos confundir, mas admitir a relação, com paisagem agrícola.

3.3. A Agricultura;

No que diz respeito à agricultura, esta traduz-se, em geografia e num contexto mais amplo a nível científico, por aquilo como referimos como atividade primária, apesar desta última se referir igualmente às pescas e à pecuária. Desta forma, definimos, em sentido lato, agricultura como sendo o conjunto de atividades mediante as quais o Homem cultiva a terra e extrai da mesma o alimento essencial para a sua sobrevivência. A agricultura, apesar de não ser um conceito fundamental na elaboração do projeto, é (ou foi) de facto o elemento chave para a construção da paisagem rural. Porém, a paisagem rural não se pauta apenas pela atividade agrícola, tal como a paisagem urbana não se explica somente pelas atividades secundária e terciária. A conexão está no facto da construção da paisagem depender, também, da atividade, sendo esta um elemento ou

fator da construção do espaço. A agricultura, como atividade antrópica, ganha ímpeto aquando da inexistência das atividades secundária e terciária, mais próprio do século XIX (e épocas anteriores), período que não estudamos no presente estudo. Todo um jogo de conceitos estão ligados à agricultura, os quais não nos cabe explicitar de forma aprofundada neste estudo, mas, ainda assim, mencionamos o “agricultor”, “camponês” e “lavrador”, já que, por vezes, sem diferenciação, as expressões “paisagem agrícola” e “paisagem rural” são utilizadas. Quando assinalamos “agricultor” para a atividade devemos referir a “agricultura” como a atividade, mas quando referimos “agricultor” para a paisagem, esta interliga-se como paisagem rural e o “agricultor” é apenas um dos elementos da paisagem rural, tal como é o “lavrador” e o “camponês”. Serão mencionadas, evidentemente, as singularidades entre as expressões. Todavia, tentou-se construir um pensamento organizativo dos vários conceitos interligando-os, mas usando-os em casos distintos do universo científico. Para os vários conceitos aconselhamos a leitura da obra *História do Trabalho e das Ocupações Vol. III – A agricultura* ¹⁶, a fim de uma explicação do sentido filológico das várias expressões, mas também da história das atividades. Devemos assinalar as grandes transformações tecnológicas que modificaram substancialmente o universo da prática agrícola, mas não nos parece pertinente para o presente trabalho, pois desvia-se por completo do objetivo – a caracterização de uma atividade num espaço, tendo em consideração que a agrícola nem sequer é a principal referida e caracterizada.

3.4. A Indústria

A indústria é, de facto, a atividade secundária por excelência e, segundo R. Blanchard «o acto de transformar por meio de um certo trabalho, objetos em bruto (...)»¹⁷ em objetos que tenham uma aplicação. O mesmo autor refere, ainda, que pode comportar tanto a utilização como a produção de matérias-primas. Segundo o geógrafo Max Durreau, no sentido lato do termo “indústria”, esta inclui todo o artesanato e fabrico doméstico, o que torna o estudo mais denso. Porém, e segundo o mesmo autor,

¹⁶ Na obra coordenada por Nuno Luís Madureira (coord. e org.), *História do Trabalho e das ocupações*, aconselhamos a consulta do *Vol. III – A Agricultura e Vol. I – A Indústria Têxtil*, sendo que consideramos importante o seu contributo ao nível do esclarecimento concetual.

¹⁷ Citação de R. Blanchard, retirada do livro *Geografia Humana II* de Max Derruau p. 29

em sentido restrito, a indústria está dependente dos meios mecânicos para a produção em larga escala, característica da indústria moderna¹⁸.

A nova organização da vida social está também relacionada com estes processos de modernização que aceleraram o processo de industrialização, nos termos que nós o conhecemos: o modo de vida industrial (horários fixos, movimentação pendular entre residência e local de trabalho, autonomia em relação ao meio físico, etc.), a remuneração (o salário, estabelecido previamente por intermédio de um contrato, a pagar, supostamente, num dia pré-definido e todos os meses) e, ainda, a relação com outras atividades.¹⁹ Ainda merece menção o facto que a indústria tem um grau de evolução elevado, porque não depende de condições biológicas, mas sim de aperfeiçoamento mecânico ou tecnológico, estando dependente de infraestruturas para o seu desenvolvimento. Não obstante, a indústria não é toda a igual, sendo que a maior parte das atividades industriais que conhecemos pertencem ao período pós-revolução. À boa maneira do pensamento sociológico e economicista, seremos obrigados a admitir que a Revolução Industrial influenciou todos os aspetos da esfera económica mundial, sendo que Portugal foi obrigado a “sobreviver” por intermédio de estratégias políticas consignadas a outras práticas que produzissem o suficiente para equilibrar o país.

Antes de referirmos as principais transformações, devemos dedicar uma palavra ao chamado *Domestic system*, ou sistema doméstico de produção, mais próprio do século XVII, em que se usa o estabelecimento doméstico (a casa) como espaço para a produção ou transformação de materiais fornecidos por outros, normalmente fornecidos por indivíduos ligados ao mundo rural. Este tipo *Putting-out System*, ainda estava muito enraizado no século XVIII português, talvez devido à falta de infraestruturas, ou explicando-se por um atraso crónico da passagem da atividade primária para a secundária. Não é objetivo explicar este processo, mas garantimos que aprofundamento científico falta nesta área, e uma maior motivação no trabalho interdisciplinar²⁰.

¹⁸ Este último conceito, em sentido restrito, aparece repetido em vários autores e diversos artigos, não sendo apenas próprio da visão geográfica.

¹⁹ Como por exemplo – e contrariamente à agricultura – o facto de estar relacionada, em simbiose, com as atividades do setor terciário, pela criação dos assalariados, mas também pelo fornecimento de produtos para a venda ao mercado

²⁰ Veja-se, para mais informação, as entradas “Indústria – Na Idade Média”, “Indústria – Na Idade Moderna” e “Indústria – Na Idade Contemporânea”, redigidas, respetivamente, por A. H. de Oliveira Marques, Jorge Borges de Macedo e A. de C. in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, pp. 301 - 314, e, ainda, a obra fundamental *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias* (1999), de Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes, Lisboa, Publicações Europa-América, leitura que aconselhamos na íntegra para compreender uma evolução do conceito, no caso português, desde a Idade Média até ao presente;

Voltando ao cerne da questão, as principais transformações acontecem entre 1755 e 1800, com o surgimento da máquina a vapor e dos teares e máquinas de fiar na Grã-Bretanha e de seguida, em 1824, com a locomotiva²¹. A França, a Bélgica e a Alemanha só a partir da segunda metade do século XIX iniciam um processo de industrialização comparado ao da Grã-Bretanha, mas, ainda assim, menos intenso. As matérias-primas introduzidas, como a hulha, intensificam as relações entre máquina e produção e, por sua vez, entre produção e venda, desenvolvendo o setor terciário e criando novas relações no mercado moderno. As novas invenções e as técnicas associadas, ajudaram a modernizar, até ao dealbar do século XX, a indústria, criando múltiplos modelos de produção, mas também alargando as problemáticas que envolve o conceito chave, como a rentabilidade, a produção, o modelo de produção, a escala de produção, a economia, a classe trabalhadora, os direitos do trabalhador, etc. Consideramos que é a partir do século XX que a indústria entra, por intermédio de dois polos antagónicos, numa fase completamente distinta. Os dois polos são o lazer, porque o Homem aprendeu o conceito de bem-estar, e a guerra, que marca os acontecimentos da primeira metade do século XX. Daí que a indústria bélica seja, ainda hoje, uma das mais rentáveis atividades, apenas seguida da produção de produtos para o bem-estar e lazer do Homem.²² Novos modelos surgiram, como o modelo de produção de Henri Ford (baseado no Taylorismo e na produção estandardizada), aperfeiçoando cada vez mais a produção e associando à indústria a economia (produzir passou a ter objetivos muito específicos).²³

Certamente, mais próximo do conceito que esclarecemos do ponto de vista historiográfico e também de um ponto de vista universal, é de especial referência o conceito de Indústria como o *conjunto das atividades económicas que têm por objeto a produção de energia e a transformação de matérias-primas em produtos fabricados...*²⁴.

Para uma literatura geográfica mais acessível às massas sem retirar o rigor científico ao objeto de estudo, aconselha-se a leitura do *Dicionário de Geografia: Da Geopolítica às Paisagens* de Yves Lacoste. O mesmo autor não considera importante a

²¹ Cf. Max Derruau, *Geografia Humana II*, cit. p. 30

²² Pergunta-se então se se poderá traçar o paralelo entre a produção industrial de produtos de toda a ordem e a captação dos mesmos pelos indivíduos e famílias a fim de aperfeiçoar o seu bem-estar pessoal. Uma relação visceral entre mercado de consumo e indústria.

²³ Para a informação sobre os tipos de Indústria existente verificar Max Derruau, *Geografia Humana II*, cit. pp. 32-34.

²⁴ Retirado de Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema p.185;

subdivisão ou enumeração das diversas indústrias, talvez porque as mesmas são tão diferentes e acabam por justapor-se a outras ramificações da tipologia das atividades económicas, o que confundiria o leitor. Também não se pretende elaborar um artigo sobre teoria das atividades económicas e o caso da indústria em concreto, nem aprofundar desmedidamente o mesmo tema, mas apenas esclarecer, em traços gerais, o autor da diversidade do conceito. Pergunta-se “que coesão então tem esta diferente terminologia?”. A coesão subsiste no sentido lato do conceito, porque o seu sentido restrito é uma noção, provavelmente, melhor aplicada, à nata dos países industrializadores, ou seja, da Europa e nem todo o continente.

3.5. O Comércio e os Serviços - Atividades Terciárias

Quanto aos conceitos de “Comércio”, de “Serviços” e de “Atividades Terciárias” é fundamental elaborarmos um esclarecimento. Se segundo vários autores há uma clara distinção entre Comércio e atividades de prestação de serviços, para outros há uma aglomeração do primeiro conceito para o segundo e uma justaposição do terceiro com os outros dois.²⁵

Aquando da utilização da expressão “prestação de serviços”, referimo-nos a serviços em âmbito especializado, por exemplo “serviços bancários”, “serviços de lazer”, “serviços alimentares”, etc. Perante a expressão “serviços comerciais”²⁶, agregamos dois conceitos que, em determinada literatura, aparece de forma distinta.²⁷ Porém, considera-se verificável a expressão utilizada, porque, de facto, existem “serviços comerciais”, de toda a espécie, que estarão subdivididos em categorias especializadas.²⁸ Apelando de novo a Max Derruau,²⁹ o autor esclarece-nos sobre três termos que aparecem hierarquizados da seguinte maneira: as “atividades terciárias”, o “comércio” e o “turismo”. Interessa-nos apenas os dois primeiros. Recordando que as atividades terciárias reportam-se a atividades que *não [são] diretamente geradoras de*

²⁵ Apresentamos, desde já, o esclarecimento que, no seguimento deste relatório, haverá uma utilização indistinta dos termos “comércio” e “atividade terciária”, porque, no caso específico que delineamos, a diferença é mínima.

²⁶ Expressão criada pelo autor, a fim de explicitar uma nova corrente funcionalista entre o comércio e os serviços.

²⁷ Ver, na íntegra, por exemplo, os artigos de J. M. Pereira de Oliveira e Mário Antunes de Matos “Terciarização e Desenvolvimento” e Maria de Lurdes Roxo Mateus, “Terciarização dos Espaços Rurais: Breve Estudo Comparativo na Área Periurbana de Coimbra” in AAVV, (1991) *II Jornadas de Geografia Humana: Terciarização e Desenvolvimento – Actas*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, pp. 3-58

²⁸ Cabe aos especialistas da geografia das atividades económicas incidirem uma profunda reflexão sobre esta questão terminológica que surge de forma diversa e irregular.

²⁹ Max Derruau, *Geografia Humana II*, cit. pp- 77-101

*bens não transformados*³⁰ (agricultura) *nem transformadoras* (indústria), considera-se, segundo o autor supracitado, o comércio, os transportes, o exército, o ensino, a arte, a religião, o serviço doméstico, a hotelaria e demais serviços como pertencendo ao setor terciário.³¹ Teremos em conta esta base geográfica no nosso trabalho, quer ao nível da aplicabilidade didática quer ao nível da demonstração científica. Todavia, teremos que ser mais sucintos no desenvolver destas questões, não chegando a particularizar ensino, arte e religião como atividades terciárias, mas fazendo referência a serviços no seu sentido mais abrangente, que intrometerá serviços culturais, educacionais e religiosos na sua esfera de ação ou raio de alcance.

Sublinha Max Derruau, que a estrutura social urbana ou tipicamente urbana está na base das atividades terciárias, muito embora, aqui e além, se verifique, paulatinamente, uma profusão do setor terciário em outros meios, como o rural. Podemos, ainda, verificar a sua presença de uma forma temporária, como por exemplo as feiras, cuja contribuição está plenamente imbuído no espírito comerciante, sendo que pesa, a nosso ver, o facto de ser uma atividade económica paralela ao comércio. Este último ocupa um dos lugares mais importantes de toda a estrutura terciária, sendo diversificado ou dominante na forma como se apresenta na realidade económica envolvente de uma cidade. Max Durreau expõe os tipos de mercados (mercados concretos e abstratos), a extensão dos mesmos, as concentrações comerciais periódicas (mercados e feiras) e ainda os tipos de estrutura do comércio.

Inserido no considerado, verificamos evoluções e resistências: a criação de um grande mercado informatizado cada vez mais global (associado à internet) em que as trocas se efetuam em frações de segundo e grandes capitais são movidos por intermédio de *software* e feiras locais de cariz tradicional e/ou histórico que conferem alguma identidade a uma determinada comunidade, qual grupo de indivíduos que apresente o melhor dos seus produtos com a ânsia de criar um fundo de maneiio mediante a venda de expedientes.³² Em Coimbra encontraremos ambos os sistemas. Portanto dos três setores de atividade é justo, desde já, mencionar a diversidade e/ou heterogeneidade do comércio, tanto ao nível das funções e bases de trabalho como da mão-de-obra, produtos, tipos de venda, etc.

³⁰ Idem. p. 79 A utilização de [] reporta-se ao acrescento de palavras ou expressões, por parte do autor deste relatório. Tal simbologia representa o mesmo em todos os casos do presente trabalho.

³¹ Ibidem. p. 79

³² Muito embora esteja visado e considerado o caso de Coimbra, tal fenómeno até é mais evidente noutras localidades em Portugal que ainda detêm diferenciações acentuadas de cariz socioeconómico. O caso das feiras de Cantanhede é particularmente relevante.

Esta ambiguidade está também patente nos serviços. Um determinado serviço (bancário, lúdico ou mesmo comercial) pode ser mais lucrativo num dia do que certa indústria em dez anos de existência. Isto deve-se a múltiplos fatores: (i) escassa mão-de-obra e muito especializada; (ii) pouca necessidade de espaço e recursos; (iii) contratos geridos informaticamente; (iv) interajuda sucursal por intermédio de funcionamento empresarial, (v) grande abundância de capital; entre outras razões. Um exemplo claro da dimensão da atividade terciária está na questão espacial, ou seja, uma indústria pode ocupar muito mais espaço que um determinado serviço, mas pode não ser tão rentável.

Se verificarmos, no entanto, um dicionário de geografia ³³, este considera, em entradas diferentes, os conceitos de “Comércio” e “Serviços” e, à semelhança de muitas outras entradas presentes no mesmo dicionário, apresenta, em primeiro lugar, o sentido filológico das palavras, traçando de seguida um esboço evolutivo do conceito vs. realidade. Relativamente ao primeiro, este deriva do radical *merx*, que tem o significado de troca³⁴. São considerados os comércios ao nível micro (o bairro) e o macro (mundial), com múltiplas ligações e conexões cada vez mais rápidas e viscerais. Entre um e outro coexistem e agem hierarquicamente e organicamente as redes comerciais a nível nacional e regional, importantes porventura para o desenvolvimento económico das cidades médias, mas também das vilas e dos pontos-chave de interligação económica entre países ou regiões.

Apelando ao conceito que o autor supramencionado traça de “Serviços”³⁵, o geógrafo explica que serviços são no fundo “fornecimento de prestações”, sendo que as tais prestadoras de serviços podem ser do tipo lúdicas, informativas, de transporte, etc. Atualmente, consigna-se como “serviços não comerciais” aqueles prestados por escolas, entidades policiais, administração e ação social, o que nos leva a perguntar se, no contexto global, todos os outros são considerados “serviços comerciais”? Consideramos que nem todos os serviços educacionais são não comerciais, tal como nem todos os serviços de segurança são diretamente financiados (total ou parcialmente) pelo Estado.

Voltamos ao problema dos “serviços comerciais” separado de “comércio” e “serviços não comerciais”. O que devemos fazer no artigo é, como dissemos, particularizar os elementos, considerados nas suas múltiplas matérias e aplicando regras e exceções se necessário. Isto é, aplicaremos comércio para situações em que este tenha

³³ Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia: Da Geopolítica às Paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema;

³⁴ Cf. Yves Lacoste, (2005) *Dicionário de Geografia – Da Geopolítica às Paisagens*, cit. p. 93

³⁵ Cf. Idem cit., p. 355

relação com o conceito abordado, serviços (comerciais, não comerciais, de produção, de consumo) para as funções prestadoras dos mesmos e, de seguida o setor terciário no seu âmbito geral, quando abarcando os conceitos ou referindo-se em sentido lato a um deles.

Relativamente à diferenciação “serviços comerciais” e “comércio”, que nos parece bastante difícil, avaliaremos simplesmente as situações uma por uma, diferenciando exceções e regras.³⁶ Quanto aos denominados “serviços não comerciais” muitas vezes no texto estes aparecerão sobre a designação de “serviços” simplesmente, para diferenciar desde já do “comércio” e libertar-se das “amarras” do mesmo.

Por fim, e concordando com a leitura do geógrafo em causa, o setor terciário para ele³⁷ é a conjugação de todas as atividades não diretamente produtivas (apelando à proposta de Colin Clarke), ou seja, o *comércio, comunicações, transportes, serviços, administração, exército e polícia, ensino e investigação científica*. O próprio governo de um país pode ser considerado, em suma, um serviço político ou público. O autor alonga-se a explicar o que considera de “terciário superior”, ou seja as atividades da alta venda deste setor, *atividades de chefia, de investigação, grandes serviços bancários, (...) profissões raras [e] comércio de luxo*.³⁸ De referir que o aperfeiçoamento constante deste conceito é, assaz, necessário.

³⁶ Não poderemos nunca ter a audácia de criar critérios para distinguir um serviço comercial do comércio propriamente dito, o que podemos e devemos fazer é avançar com propostas, pelo que é proposto que quando se fala em “serviço comercial” a escala da atividade seja mais reduzida do que quando se fala em comércio. Para avaliar a escala de atividade poderíamos recorrer a fatores como o volume de vendas, o capital social, o grau de sofisticação, a mão-de-obra empregue, o tipo de mão-de-obra, etc.

³⁷ Cf. Yves Lacoste, *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, cit., p. 378;

³⁸ *Idem*;

4. A evolução económica do concelho de Coimbra ao longo do século XX

4.1. A Industrialização de Portugal – da Primeira República ao condicionamento e fomento industrial do Estado Novo e adiante;

Antes de iniciarmos um subcapítulo sobre a história da indústria em Coimbra ou, pelo menos, um esboço da mesma, precisamos de traçar as linhas mestras sobre a história económica e social de Portugal, durante o século XX, especialmente no que toca a esta perspetiva específica da agricultura, indústria e setor terciário.³⁹ O leitor perguntar-se-á, evidentemente, por que razão dos três setores de atividade escolhemos, em particular para este capítulo, a indústria, isto é, o setor secundário. A resposta é múltipla: primeiro, devido a um maior aprofundamento da literatura historiográfica relativamente ao nosso processo de industrialização, mais do que o processo de terciarização, em segundo porque a indústria sendo um setor intermédio, faz muitas das vezes a ponte entre a agricultura e o setor terciário (comércio e serviços, principalmente) e em terceiro porque, justificando também a segunda razão, quando na literatura consultada se fala em retrocesso do processo de industrialização ou avanço do processo de industrialização, explicitamente ou implicitamente jogamos com progressos e recuos dos outros dois setores de atividade, não numa ordem maniqueísta ou linear, mas numa ordem de consequência das dinâmicas.

Nos finais do século XIX e inícios do Séc. XX vive-se, ainda, os efeitos da primeira fase da industrialização⁴⁰, em que a energia a vapor e mecanização básica são elementos basilares para o desenvolvimento de várias indústrias, como a têxtil, a moagem, a cerâmica de construção, entre outras. É justamente neste período que se começa a consolidar uma chamada “Segunda Revolução Industrial”, que cimentou e modernizou o papel das indústrias supracitadas e instalou outras novas, como a do

³⁹ Não se pode concluir, com base no exposto, que esta perspetiva de traçar a evolução nos três setores ou pelo menos no secundário e terciário seja a única base para a criação ou estudo de uma história económica e social, pois tal seria reducionista. Muitas outras questões e especificidades, assim como generalidades, estão na base de fenómenos e interpretações que modela e remodelam a historiografia. Muito embora falemos da industrialização, pois defendemos que a indústria é o cume do desenvolvimento nos anos em causa, falamos também sobremaneira da agricultura, do comércio e dos serviços, setores dependentes ou interdependentes do primeiro.

⁴⁰ Ver Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes (1999), *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América.

cimento artificial, produtos químicos, adubos e eletricidade. Uma nota importante vai para o desenvolvimento da indústria das conservas e da indústria química, e neste último ponto é de extrema pertinência falar na CUF, do empreendedor Alfredo da Silva.⁴¹

No que toca à eletrificação, condição essencial para estabelecer nos inícios do séc. XX uma caracterização moderna de um país, esta, até 1914, não avançou com ritmo e estabilidade no país. Segundo várias leituras historiográficas, por um lado, encontramos quem defenda o chamado «salto industrial», num período mais ou menos alargado, de 1870 até os inícios do século XX, o que nos parece ser uma visão redutora, nacionalista e facciosa e, por outro lado, uma nova corrente da historiografia económico e social, que defende simplesmente que o período que vai sensivelmente de 1870 a 1890 não teve grande expansão industrial, nem registou um ciclo de crescimento rápido para se considerar um «salto industrial»⁴². Posicionamo-nos mediante uma visão mais funcionalista em que consideramos, que Portugal registou um crescimento lento de finais do século XIX a inícios do século XX, sem denotar grandes “saltos” qualitativos no seu crescimento económico ou elementos de registo de grande importância, a não ser a partir da Primeira República. Aposta-se na segurança da terra arável, a atividade agrária, o mercado colonial e a produção para o mercado interno, se possível mediante a troca mais direta possível.⁴³

O salto qualitativo não resultou na sua plenitude nos primeiros anos da República, devido a questões culturais mais do que limitações técnicas, não fossem as taxas de analfabetismo associadas, fator que consideramos de relevância para a compreensão da falta de investimentos existentes e das origens da incipiência industrial. Porém, a partir de 1914 e, especialmente, nos três anos seguintes assiste-se a uma fase de aceleração no processo de industrialização⁴⁴, tendo em conta que se considera que a guerra foi um dos fatores de prosperidade da atividade de transformação por excelência

⁴¹ Veja-se, na íntegra, a este respeito, as obras Armando da Silva Pais, (1965) *O Barreiro Contemporâneo I*, Barreiro, edição da C. M. do Barreiro; Armando da Silva Pais, (1968) *O Barreiro Contemporâneo II*, Barreiro, edição da C. M. do Barreiro e Armando da Silva Pais, (1971) *O Barreiro Contemporâneo III e Miscelânea*, Barreiro, edição da C. M. do Barreiro.

⁴² Aconselha-se a leitura de Pedro Laíns, (1995) *A economia portuguesa no séc. XIX*, Crescimento Económico e Comércio Externo. 1851.1913., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. Em relação a isto compreenda-se que poucos autores denominam ou explicitam o que entendem por “salto industrial” ou se o comparam com a expressão, muitas vezes utilizada, de “surto industrial”.

⁴³ Provavelmente, neste ponto, poderíamos encontrar uma articulação com o comportamento dos investidores no Antigo Regime, virados para a “segurança” da terra.

⁴⁴ Para uma melhor compreensão do termo «industrialização», ver José Maria Brandão de Brito (1989), cit. p. 76.

(devido à proteção do mercado interno). Mesmo depois da guerra, a indústria portuguesa continuaria, paulatinamente, a evoluir e crescer, lembrando que de 1924-30 o número de estabelecimentos aumentou para o dobro e o número de operários teve um crescimento de 28,2 %.⁴⁵ A indústria portuguesa da Primeira República começou a germinar uma ideia de desenvolvimento económico associada ao investimento técnico que, a partir de certa altura se degenerará por intermédio, curiosamente, de uma ideia propagandística e de raiz ideológica mais do que puramente racionalista e economicista.

Para o atraso crónico na Primeira República, vários analistas, ora tendo como base as ciências económicas ora voltando-se para as ciências sociais e humanas, aventam soluções, muitas delas parcas em modelos explicativos concretos e complexos. Algumas das razões inventariadas passam pela (i) dependência externa do país; (ii) estrutura económica atrasada; (iii) falta de recursos naturais; (iv) falta de exploração dos recursos endógenos existentes; (v) escassez de capitais e investimentos; (vi) incipiência da quantidade e qualidade da classe trabalhadora do setor secundário, o operariado. Nenhum destes pontos resolve e encerra por completo a questão, mas lembremos uma contribuição expressa por Jaime Reis, que acusa as *estruturas sociais e mentais da época* desse atraso.⁴⁶ Essa mentalidade tradicionalista criou uma população com receio do ensino técnico, do operário em si como figura da luta de classes, da quantidade e qualidade da figura supracitada e, por seu turno, uma população que aposta na segurança e no conforto da agricultura, parca em rendimentos mas suficiente para o quotidiano.

Quanto à questão dos recursos, parece-nos tão absurdo que não merece uma análise profunda, visto que países com menos ou tantos recursos industrializaram-se mais depressa e mais efetivamente. É a exploração dos recursos que reside a problemática. Mais uma vez, como foi supramencionado, o analfabetismo está na base dessa indústria parca.⁴⁷ Esse analfabetismo estende-se por todas as entranhas sociais do “movimento industrial”, desde a alta venda (capitalista) ao simples trabalhador.

Considerando agora a entrada na ditadura militar até à consolidação do Estado Novo, portanto o período de 1928 até 1933, devemos ter patente a conjuntura herdada e as soluções tomadas, para podermos compreender todo o processo que se desenrola ao nível industrial, com enfoque para a chamada “industrialização” e levando o leitor a

⁴⁵ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes (1999), *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, cit. p. 267

⁴⁶ Cf. Idem, cit. p. 268

⁴⁷ Relembremos que a Primeira República herdou 75 % de analfabetos

compreender como as diretrizes políticas montaram uma paisagem económica heterogénea.⁴⁸ Assim, devemos ter em conta que, tipicamente dos sistemas autoritários latinos da Europa, as diretrizes gerais foram tomadas no sentido de colocar o Estado como principal órgão controlador e investidor da economia nacional, direcionar a indústria para um mercado interno, manter os traços camponeses na mão-de-obra empregue, a dependência externa e o jogo de estratégia que permitiu a Salazar evitar a liberalização do país. Este jogo de ideias e ações pautou-se pelo chamado condicionamento industrial.

O que foi então o condicionamento industrial português? No plano ideológico, devemos então concretizar, dizendo que as teses do condicionamento advêm sobretudo das fileiras defensoras do ruralismo, os chamados tradicionalistas, que ao cristalizar uma visão utópica do passado (agrícola), resistem perante a ideia de mudança. Estes opõem-se aos defensores da ação tradicional, em que há uma continuidade com o sistema antigo, mas uma abertura à mudança, desde que não seja abrupta ou demasiado profunda. Provavelmente, o primeiro é representado por forças da burguesia rural mais conservadora, enquanto o segundo pela burguesia rural mais progressista, aquela que começa a ter acesso ao ensino técnico e à largueza e influência do capital sobre o setor transformador.

O condicionamento é o reforço ou cristalização legal (por intermédio de leis) da tese enunciadas ou implícita, tendo como principais características a construção da economia corporativa; a limitação da concorrência e o intervencionismo agudo do Estado Novo na «industrialização».⁴⁹ O corporativismo de Estado é, das três características enunciadas, a mais importante, pois não retrata o condicionamento como um fim nele mesmo, mas um meio para atingir um fim, o qual se trata do controlo das classes trabalhadoras e da venda dirigente, em contexto de indústria. A forma como vemos o condicionamento industrial, não difere muito da tese de José Maria Brandão de Brito, afirmando que este é a outra face da concorrência e que, ao anulá-la ou submetê-la a condicionamentos se alcança o corporativismo, em que assenta o intervencionismo estatal e se criam condições para a regulação dos mercados com interesses vários.

⁴⁸ Torna-se necessário realçar que as balizas políticas apenas funcionam como pontos de referência, sendo que os picos de desenvolvimento industrial e a amostragem retirada dos frutos recolhidos ou não recolhidos ao nível macro económico nem sempre se pautam por coincidir com as balizas políticas.

⁴⁹ A este respeito, consultar José Maria Brandão de Brito (1989), cit. pp. 74-83

Ao nível da legislação, não fazendo uma menção muito especial aos decretos⁵⁰ que atentam o enlamear das estruturas de crescimento de indústrias específicas (moagem, resinosas, etc.), devemos sublevar a importância do Decreto nº 19 354, o qual tem por objetivo evitar a desnacionalização da empresas, portanto acautelar a liberalização e o investimento privado. A 4 de Março de 1931 é publicado o Decreto nº 19 409, em que são enumeradas as indústrias que ficam sujeitas a tal condicionamento (restrições especificadas do Decreto nº 19 354, mencionado acima). Contudo é, mediante a Lei nº 1956, que se cristaliza o condicionamento como instrumento central da nova economia corporativa, inevitável para não liberalizar o país e construir-lhe a fundação fascista de diretriz económica emuladora do arquétipo. O que se segue, depois da cristalização legal e efetiva do condicionamento, são uma série de peripécias rocambolescas da legislação, em que se pretende colocar um travo ao condicionamento como este colocou um travo ao fomento e liberalização. No entanto, sendo a nossa sociedade de elevado pendulo conservador, à medida que avançamos, sob a égide do Decreto nº 36 443 (30 de Julho de 1947), paulatinamente se efetua uma mudança, a qual será encarada mediante as mudanças conjunturais da economia mundial, como uma necessidade à sobrevivência, e tal mudança está, acerrimamente, manifestada em Ferreira Dias Júnior. Se considerarmos a Lei nº 2002 (da eletrificação nacional), que inicia um processo, ainda que bastante leve, de liberalização empresarial, há algum estímulo ao incentivo capitalista e avanço ou evolução no nível técnico das indústrias. Ainda assim, a corrente ruralista tem um peso enorme. É só com a Lei nº 2005, do Fomento e Reorganização Industrial⁵¹, que poderemos demonstrar o primeiro passo no arranque do processo de «industrialização» efetiva e consciente, do caso português.

Se Fernando Rosas cinge em dois momentos o período de industrialização pré-Segunda Guerra Mundial, de 1926 a 33/34 um período de esperança e de 1934 a 1939 um período de desilusão, apontando como causa para o segundo o *interesse da concentração corporativa [...] dos ruralistas*⁵², então será correto, numa perspetiva temporal mais extensiva, um terceiro momento com a Segunda Guerra Mundial, em que

⁵⁰ Veja-se, além daqueles enunciados no corpo de texto, a Base 5ª do Decreto nº 12 051 de 31 de Julho de 1926 e, ainda, o Decretos-Lei nº 13 133 de 4 de Fevereiro de 1927 e o Decreto –Lei nº 14 495, de 28 de Agosto de 1927;

⁵¹ A historiografia estudada considera esta lei o primeiro passo consciente para o arranque da industrialização, muito embora se contraponha a *Lei nº 2052, de Março de 1952*, ainda de claro rumo ao condicionamento. Concordamos com uma visão funcionalista em que atitudes mais progressistas no sentido da modernização da indústria despoletaram ações de índole conservadora.

⁵² Cf. Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes (1999), *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 303

se registam efetivamente condições favoráveis para a expansão da indústria e o crescimento industrial. Nesta perspetiva, se foram aproveitadas na sua totalidade, já será outro ponto discutível, e que necessitaríamos, a fim de responder ao mesmo, de selecionarmos e analisarmos os fenómenos à escala geográfica, pois determinados locais favoreceram de condicionalismos históricos, ora pela positiva – no sentido de crescimento – ora pela negativa, no sentido de estagnação ou retrocesso, isto particularmente relevante se pensarmos no caso do Barreiro e da CUF. Porém, houve um crescimento significativo, cerca de 4,4 % de taxa anual⁵³, em indústrias como do tipo da transformadora, extrativa e de produção de eletricidade. É de salientar que houve indústrias que alcançaram um grande desenvolvimento por simbiose, como por exemplo a extrativa e a das exportações. Isto é especialmente verdadeiro se pensarmos na extração de estanho e de volfrâmio, esta última usada no fabrico de ligas metálicas especiais, com destino aos países beligerantes.⁵⁴ Não obstante, o desenvolvimento de muitas indústrias como a têxtil, a de vidros, conservas e cortiças (estas últimas com um crescimento exponencial), há quem tenha considerado este “surto industrial” uma autêntica febre de excentricidade⁵⁵, no qual se ficou entre um aglomerado de capitalistas industriais que não tinham um poder de investimento verdadeiro e uma classe de camponeses sem emancipação ou evolução económica

Apesar da concretização dos Planos de Fomento, a resposta de Portugal a um verdadeiro plano de crescimento económico maciço, que poderia efetivamente reestruturar economicamente o país, a todos os níveis e setores, foi, no mínimo paradoxal e altamente ambígua. Este plano foi o Plano Marshall⁵⁶ e a resposta dos países europeus foi, na sua maioria, uma resposta positiva. Mau grado certas exceções, devido a pressões políticas, que acabariam por escalar na chamada Guerra Fria, Salazar tinha a oportunidade, logo em 1947, de, mantendo a ditadura, reestruturar as suas

⁵³ Cf. Idem. p. 316

⁵⁴ A este respeito ver em pormenor a dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra de João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o volfrâmio (2010) O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947): atividade mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, Universidade de Coimbra, a qual elucida sobre vários aspetos os volumes comerciais do Estado Novo (referente a este produto mineiro) e uma política económica estratégica do regime durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial e, ainda, relativa a uma temática semelhante, do mesmo autor, João Paulo Avelãs Nunes, “A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço de caracterização” in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002) pp. 421-464;

⁵⁵ Ver Orlando Ribeiro “Traços essenciais da Economia” in António Telo, (1991) *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, Editora Vega;

⁵⁶ Veja-se, a este respeito, na íntegra, a obra de Michael J. Hogan (1995) *The Marshall plan: American, Britain, and the reconstruction of Western Europe*, Cambridge;

estruturas económicas. Não aceitou em primeiro lugar o Plano, acabando por, devido a uma crise financeira, solicitá-lo na mesma, obtendo, em Fevereiro de 1950, cerca de 54 Milhões de Dólares.⁵⁷ Apesar de determinados autores defenderem a chamada “internacionalização da economia portuguesa”, esta expressão parece-me um pouco exagerada, dado o atraso sistemático, apesar de algum rigor se atentarmos para o plano de comparação europeu e mundial.

Quanto aos planos de fomento, tentaremos ser breves relativamente aos principais pontos que estes introduziram para o crescimento económico português. Em primeiro lugar, devemos referir que os planos estão integrados numa superestrutura histórico-económica mais alargada, os 30 anos de grande crescimento económico que se expandiram do final da Segunda Guerra Mundial até 1973/74 com a emergência das crises petrolíferas. Também a economia portuguesa teve um crescimento muito significativo, sendo que a taxa média de crescimento do PIB atingiu de 1950 a 1973 um valor de 3,5 %.⁵⁸ A historiografia tem procurado explicar este crescimento nos anos 50 e 60, começando alguns autores por fazerem uma referência bastante importante à chamada Lei de Reconstituição Económica, que foi levada a cabo com um horizonte de 15 anos (1935-1950), coincidindo com as principais políticas de condicionamento e no sentido do corporativismo industrial, e se tornou num antepassado próximo dos planos de fomento, pois expressava as mesmas preocupações, a principal sendo o desenvolvimento a longo prazo.⁵⁹ Aliás, esta ideia de fomento aparece numa forma planificada desde sempre, mas lançada e aliada a estruturas políticas muito tarde, e num contexto ideológico ainda um pouco confuso.⁶⁰

O processo que antecedeu a descolagem teve no âmago a mesma ambiguidade que a aceitação do Plano Marshall, isto é, Ferreira Dias Júnior que tem aspirações que Portugal tende a acompanhar o desenvolvimento industrial do resto dos países da Europa, vê a sua obra continuada pelo engenheiro Daniel M. V. Barbosa que cria já em Setembro de 1947 o Fundo de Fomento Industrial, ao que lhe sucede A. J. Castro Fernandes, claramente voltado para interesses agrários do tal pêndulo conservador que

⁵⁷ Veja-se, a este propósito, Fernanda Rollo, (2004) *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁸ Veja-se, a este respeito, a fig. 1 do Anexo I, referente a Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro I da p. 928. para uma melhor compreensão da evolução económica por setores e planos.

⁵⁹ Ver Carlos Farinha Rodrigues, (1996) «Planos de Fomento», p. 140 e Fernanda Pinto Loureiro, (1956), in *Industrialização e Progresso Económico* pp. 157-160;

⁶⁰ Relembramos que vivemos um período entre o protecionismo e a liberalização, a estagnação e o desenvolvimento e o tradicionalismo e o progressismo.

falámos e, de seguida, Ulisses Cortês, o ministro responsável pela efetivação (e não criação ou lançamento) do Primeiro Plano de Fomento. À semelhança de Ferreira Dias Júnior, combaterá o intervencionismo estatal e tentará reduzir o condicionamento industrial.⁶¹ Foi com uma verba de 15 milhões de contos que se pôs em prática o Primeiro Plano de Fomento (1953 – 1958), e se se pensou que a diretriz principal seria a indústria. Porém, o primeiro objetivo expresso do mesmo, colocando preto no branco a ideologia dos bastidores, trata-se do fomento da agricultura. De facto, Salazar continua a considerar em primeiríssimo lugar o desenvolvimento da agricultura face ao da indústria, e assim segundo Lei nº 2052 de 11 de Março de 1952 o condicionamento passa de «condicionamento de produção» para «condicionamento técnico» resultando daqui um intervencionismo dirigido para a mediação da liberalização da economia, entre o Estado e os grande grupos capitalistas. A principal novidade introduzida foi o apelo à iniciativa privada e, assim, defendemos que, apesar de todas as contrariedades (mais de âmago ideológico do que propriamente material), o Primeiro Plano de Fomento (1953-1958) criou as bases para o fomento e também “atiçou” economicamente Portugal, pois criou uma mentalidade um pouco menos dogmático em relação ao “salto” industrial e consciente da importância do setor secundário no desenvolvimento do comércio e, simultaneamente, ao atenuar o exagerado protagonismo da agricultura. Fala-se da ponte entre o «Portugal essencialmente agrícola» e o «Portugal industrializado», mas dever-se-á, igualmente, falar da ponte entre o fraco dinamismo económico e a abertura de novas ideias para o crescimento deste país, a prova das suas potencialidades e do dinamismo de alguns indivíduos, mesmo que estes “joguem” sobre o jugo do Estado.

O Segundo Plano de Fomento (1959 – 1964) dá, na sua essência, continuidade ao primeiro, defendendo uma maior representatividade da iniciativa privada, fora das amarras do Estado. A indústria beneficia de uma conjuntura internacional favorável e acolhe mais investimento que a agricultura (algo que já se reparava no Primeiro Plano de Fomento), o setor terciário não tem, no entanto, um crescimento significativo e, apesar de todos estes indicadores, continuam a prevalecer ideias bastante conservadoras quanto à abertura dos mercados portugueses, sendo a prioridade dada ao mercado interno. Embora se tenha apostado capital maciço na criação e desenvolvimento da indústria pesada, esta não teve sustentabilidade, pois a sua manutenção foi

⁶¹ Repare-se bem na diversidade de tais escolhas que, no entanto, são tomadas num período temporal bastante curto, de meses até, e refletem uma realidade praticamente secular.

negligenciada, ora pelos grandes capitalistas e investidores, ora, por demasiado intervencionismo estatal. No final da década de 50, devolve-se a realidade capitalista ao crédito português, mediante uma tentativa de reorganização. Especialmente se pensarmos na EFTA, uma reação antieuropeísta da Grã-Bretanha, mas ao mesmo tempo um dos raros marcos de abertura português, o comércio externo experienciará outro travo que não o colonial. A historiografia refere, então, num «novo ciclo industrial»⁶², no qual há uma abertura aos mercados externos e um desenvolvimento do interno, o primeiro com base na indústria têxtil, ou seja, a exportação de têxteis, e o segundo através da siderurgia e das indústrias pesadas.

Relativamente ao Plano Intercalar de Fomento (1965 – 1967), este deve-se situar tendo em conta três fatores: um fator demográfico, a emigração (acentuada saída de capital humano para outros países, como por exemplo França e Alemanha), um fator bélico (o agravamento da guerra colonial, em três teatros de operação) e um fator estritamente económico, o grande investimento dado à indústria transformadora. Tal foi o desenvolvimento humano, mediante o crescimento económico, que se verificou um ajustamento da política industrial de condicionamento. Portanto, o Plano Intercalar de Fomento serve no fundo como ponto de controlo e balanço dos fenómenos económicos que, de uma forma dinâmica e natural, estavam a tomar lugar em Portugal.

O Terceiro Plano de Fomento (1968 – 1973)⁶³ já decorre de uma situação política diferente, por isso devemos analisá-lo de uma forma distinta. Em primeiro lugar, temos que contextualizar os anos de baliza: em 1968, está em descolagem o lançamento das bases do «marcelismo» e, nos anos subsequentes, Portugal assistirá a uma estratégia de mudança relativamente ao regime que se tornou mais aberto e de seguida à manutenção de uma continuidade ou mesmo um agravar das políticas repressivas do Estado Novo. A este período a historiografia chama de «primavera marcelista». Foi neste período e no âmbito do plano de fomento supracitado que se discute a revogação do condicionamento industrial, porque, simplesmente, Portugal começava a perceber o rumo da economia mundial e as leis do tal condicionamento pareciam cada vez mais atrasadas e insólitas se não mesmo isoladas no panorama da industrialização europeia e mundial, especialmente se pensarmos que estamos no

⁶² Cf. Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes (1999), *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 323-331

⁶³ A respeito dos Planos de Fomento, veja-se os documentos (fontes) *I Plano de Fomento*, vol. I (1953-1958), (1959), Lisboa, Imprensa Nacional, *II Plano de Fomento*, vol. I (1959-1964), (1964), Lisboa, Imprensa Nacional, *Plano Intercalar de Fomento*, (1965-1967), (1965), Lisboa, Imprensa Nacional e *III Plano de Fomento*, vol. I (1968-1973), (1972), Lisboa, Imprensa Nacional

momento nevrálgico da apoteose do crescimento económico dos chamados “30 anos gloriosos”. Como tal, proporcionou-se, igualmente, à relativa liberalização da economia portuguesa e liberdade para o investimento das companhias privadas. Em 1972, procedeu-se a um Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Económica Europeia (CEE) que, no entanto, não evitou as consequências das crises petrolíferas no ano seguinte principalmente e subsequentes. Chegávamos ao fim do período de ouro da economia mundial e Portugal estava a um passo de conhecer a “jovialidade” da experiência democrática. A inflação subiu cerca de 10 % em 10 anos, do início dos anos sessenta até ao início dos anos setenta. O ano de 1973 marca, antes da revolução, uma alteração importante, em que a contribuição das indústrias básicas dá lugar a uma maior relevância na utilização do capital industrial, especialmente se pensarmos nas ligações à EFTA e das exportações dos produtos da indústria têxtil. A procura interna não teve qualquer ligação à exportação, pois o que se procurava internamente (produtos metálicos, metalurgia básica e minerais não metálicos) era distinto do que o que se exportava, essencialmente, no ano em causa e ainda antes, os têxteis e a pasta de papel.⁶⁴ A indústria ligeira, todavia, tomaria um ritmo de crescimento elevado e Portugal com a entrada para o mercado internacional teria dificuldade em integrar a suas estruturas financeiras. Na nossa ótica, devido aos seguintes fatores: um grande índice de analfabetos (sem qualquer formação técnica ou intelectual básica), consequentemente uma mão-de-obra pouco qualificada e subsequentemente uma venda capitalista minoritária e, no seu âmago, com uma formação parca.

Relativamente à economia portuguesa pós- 25 de abril de 1974, assistimos a várias tentativas de normalização, com um cunho bastante europeísta num contexto de Guerra Fria e de pressões das instituições europeias, ora num primeiro momento de entrada de Portugal para a comunidade, ora num segundo de dificuldade à mesma entrada. É certo que economicamente houve crescimento, porque houve uma liberdade sem precedentes dos jugos dirigistas do Estado.

A entrada na CEE, o peso dos privados, as parcerias, as estratégias de desenvolvimento (o PEDIP, por exemplo), a sobre internacionalização dos setores económicos, as novas tecnologias, a esperança, o desencanto e a austeridade seguiram-se como momentos e movimentos em catapulta, para desembocar em períodos da

⁶⁴ Veja-se, a este propósito, a fig. 2 do Anexo I, referente a Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro nº 8, p. 946.

economia⁶⁵, nos quais Portugal depende cada vez mais dos outros para se instalar neste macro sistema económico de raízes *keynesianas*, sendo que, para sobreviver, terá que gastar o que não tem e vender o que não produz. Retomando a ideia da continuidade, ao invés da mudança definitiva, devemos citar a expressão “mercado de estado politizado” a fim de ilustrar como o Estado não deixou de estar presente na economia. Com efeito, há quem defenda que houve um reforço da intervenção estatal entre 1974 e 1975.⁶⁶ No seguimento disto, devemos dizer, porém, que todas as reservas do Banco de Portugal esgotaram-se em três anos, portanto esse processo de intervenção, digamos mais acentuado até 1977, teve uma razão de ser: não nos poderíamos deixar abater por escolhas políticas e ideológicas antagónicas ao espectro democrático de cunho liberal e por isso o Estado criou as bases da fundação da sua interajuda às grandes empresas por intermédio da injeção de capitais.

Uma ideia a focar, além do mercado interno e da substituição das exportações é o esmagador significado que o setor terciário passa a ter na vida económica portuguesa, também fruto de alguns apoios à economia nacional dirigido ao setor em causa. Logo em 1980, aquando das primeiras “negociações” com a CEE, ao contrário do que defendem autores como Pedro Laíns, o qual expressa claramente a ideia de que os apoios externos ou as ajudas financeiras estruturais da comunidade, vieram a reforçar o papel do Estado. Na nossa ótica, parece que veio a desvirtuá-lo e a criar as bases de uma dependência pouco sã. Em suma, a ideia do Estado tende a ser substituída pelo Supra Estado, o que é garantidamente um passo para dar azo a que os “contributivos líquidos” da CEE (ou futuros “contributivo líquidos”) passem a depender dos “beneficiários líquidos”. Reforça-se o papel técnico e burocrático do Estado português, desvirtua-se, efetivamente, o poder de intervenção e regulação do mesmo, pois também desvirtua o mercado interno e as leis naturais desse mesmo mercado, que Portugal não conseguiu desenvolver, numa dinâmica própria, entre 1974 e 1986, entrando numa espiral de interdependência, não obstante o crescimento.

Ao caminhar para o final do Século XX, Portugal conhecerá um período de relativa recessão no crescimento industrial, sendo que, tal como noutros períodos, este setor acabou por ser aliviado pelo setor terciário em termos de pressão económica do

⁶⁵ Diz-se “períodos da economia”, porque, e especialmente entre 1974-76, houve vários momentos de decisão, cada vez mais diversos e influenciados. Denota, também, a influência no espectro ideológico, imbuído ou sacralizado pelo modelo económico.

⁶⁶ Ver, a este propósito, Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4^ª);

próprio sistema. Apesar de se verificar uma quebra em quase todos os setores, foi o setor dos serviços e comércio que ainda garantiu uma vitalidade económica no final do século, isto é, particularmente claro ainda antes do final do Estado Novo para determinadas regiões, das quais a que escolhemos para análise é o concelho de Coimbra. Outros fatores tiveram na ordem da relativa crise crónica que enfrentamos, por ciclos, de 1973 a 1993.⁶⁷

No final de século, Portugal, com uma jovem identidade de integração europeia, e com uma aposta clara no futuro, enfrentará em breve uma recessão escabrosa e restará saber se persistirá essa identidade quando outros ventos mais negros soprarem de uma corrente económica que nós aderimos e nos tornamos.

4.2. A indústria de Coimbra no primeiro quartel do Século XX;

Depois de termos tratado os aspetos mais importantes da vida económica portuguesa, e especialmente da indústria, sem detrimento para os serviços e a agricultura que também abordamos intrinsecamente, vamos cingir o nosso espaço e o nosso tempo, focando esta parte da nossa monografia em Coimbra (Concelho) no primeiro quartel do século XX. A razão pela qual nos decidimos por Coimbra e pelo século XX tem que ver com a aplicação didática ou proposta pedagógica que norteia este trabalho. De facto, não seria possível concretizá-la, sem primeiro expandirmos o nosso olhar científico para todo o processo que se desenrolou, em termos económicos e sociais, em Coimbra. Sem isso, não poderíamos solicitar aos alunos os trabalhos que propormos no capítulo da aplicação didática.

Geograficamente é difícil considerar, em termos da sua indústria no período referenciado, todas as freguesias, áreas, zonas ou bairros de Coimbra. Desta forma, as principais freguesias que nos interessam são as chamadas tipicamente urbanas⁶⁸, ou

⁶⁷ Poderíamos ter-nos alongado sobre o fator migração, o aumento populacional interno, o papel da guerra e a absorção da mão-de-obra dos retornados após a guerra, porém temos que atender às condições logísticas do referido trabalho, ou seja, não nos podemos debruçar pormenorizadamente sobre todas as questões e fatores.

⁶⁸ A expressão “tipicamente urbanas” refere-se ao conjunto de valores, fatores e características que perfazem uma área urbana, distintamente de uma área rural. Estas questões serão exploradas com maior rigor no presente Relatório de Estágio, no qual será dedicado uma parte geográfica sobre o rural e o urbano em Coimbra. Os fatores que moldam ou concetualizam uma área (zona, bairro ou freguesia) de urbana são variadíssimos, mas podemos avançar os de ordem económica (indústria, serviços, comércio), ao nível das infraestruturas e paisagística (residências, prédios, estruturas de grande porte e incorporando vários serviços, centros comerciais, arruamentos, vias de comunicação rodoviárias, etc) e da mentalidade

seja, Almedina, Ceira, Cernache, Ribeira de Frades, Santa Clara, Santa Cruz (Loreto, Pedrulha, Coselhas, Montes Claros e Baixa da Cidade, sobretudo), Santo António dos Olivais, São Bartolomeu, São Martinho do Bispo e Souselas. Contudo, ao considerarmos estas freguesias e zonas das freguesias como urbanas, não significa que sejam todas zonas de industrialização, com efeito, como focado anteriormente, em reflexão, a indústria, como defendo, é um dos fatores da urbanização. Outros são as residências (por exemplo, a construção de um bairro apenas como área residencial), os serviços, o comércio e, ainda, as “zonas de passagem” ou “zonas de transição”, ou seja, as estradas ou ferrovias que modelam aspetos urbanos de uma determinada área. O que importa esclarecer é a que ritmo é que as zonas consideradas (todas ou parte delas) se industrializaram, que importância tiveram no período focado e porquê e como é que se industrializaram.⁶⁹ Quando falarmos, de seguida, em Coimbra, vamos tentar falar no concelho como um todo, tendo o leitor presente que nem todas as áreas se industrializaram da mesma maneira ou sequer se industrializaram. Tentaremos diferenciar por zona ou por caso, sempre que haja possibilidade para tal.⁷⁰

Em primeiro lugar, um ponto de referência para a pré-indústria que tem, no século XIX e início do século XX representatividade mediante atividades como a cordoaria, a refinação de açúcar, a pirotécnica e a pólvora. Relativamente à refinação do açúcar e atividades com especial competência para o mercado de consumo imediato (pastelaria *p.e.*), no concelho de Coimbra considera-se quatro refinarias, e das seis distritais dê-se enfoque à presença de duas sociedades (Correia, Gaito e Canas e Abreu & Piedade), sendo que há um lançamento para as atividades do setor terciário mediante esta incipiência do setor secundário. Esta atividade não foi reconvertida. Quanto à cordoaria, especial menção para as atividades que se desenvolveram no Cabouco, apesar de não nos interessar para o estudo. No que diz respeito à pirotecnia/pólvora e ainda a indústrias dos fósforos⁷¹ (ligadas, como se vê, todas, ao fogo), tiveram uma posição ambígua na história da indústria de Coimbra, dado que a segunda das indústrias (ou pré-indústrias) mencionadas desenvolveu-se com alguma pujança na área distrital de Coimbra, tendo em consideração que sete estabelecimentos se conhecem no concelho de

(consumista, dinâmica, empreendedora, intelectualizada). Ficam alguns pontos de importância incidência e reflexão.

⁶⁹ Baseamo-nos extensivamente em estudos de José Amado Mendes, Lucília Caetano, Teresa Barata Salgueiro, Maria Lurdes Roxo Mateus, Rui Jacinto, entre outros.

⁷⁰ Sempre que as fontes ou bibliografia consultada faculte informação.

⁷¹ A este respeito veja-se a obra basilar José Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra;

Coimbra e nenhum deles prosperou o suficiente para se alargar ao século XX. Como noutras indústrias ou pré-indústrias, as antigas atividades que surgem em pequenos focos, aqui e acolá, condicionadas pela matéria-prima ou pelo espírito proactivo industrial de alguma família de investidores, esta (a dos fósforos) não se modernizou⁷² (apesar deste pré-surto ou ensaio de surto), acabando por ser aglutinada pela competição, em larga escala financeira e geográfica, pela Companhia Portuguesa de Fósforos.

Com a entrada para o século XX, e especialmente se considerarmos as inovações do segundo surto industrial, Coimbra “desagua” numa fase de progresso e estabilidade económico-social. Porém, a juntar à sua faceta universitária, foi o comércio e os serviços que deram uma imagem de avidez e jovialidade à cidade dos estudantes. Outra das inovações, ou pelo menos dos pontos a considerar como de extrema importância para o desenvolvimento da cidade, foi a constituição de sociedades, sendo que, só entre 1920 e 1924, se registou uma intensificação considerável deste fenómeno. Quando falamos das empresas, pequenas e médias, em Coimbra, estamos ou a falar das atividades ligadas aos serviços ou ao comércio e à banca, sendo que, de facto, faltou um desenvolvimento mais efetivo do setor secundário. Quanto ao primário, este continuou a conhecer um desenvolvimento espontâneo e natural na vida das comunidades rurais envolventes das freguesias do núcleo urbano, dado que não se regista, na viragem do século XIX para o XX, grandes diferenças nas mentalidades, ora do agricultor das regiões periurbanas ora de quem trabalha no artesanato, mas não quer modernizar a sua própria atividade. Todavia, os ramos comerciais tiveram que estar conetados aos ramos industriais e estes mereceram, neste subcapítulo, a nossa especial atenção. Antes de partirmos para essa nova parte deste subcapítulo, uma nota de atenção para o alargamento espacial, fruto dos transportes, ou seja o contributo da tração elétrica a partir de 1 de Janeiro de 1911.⁷³ A notar que o desenvolvimento do espaço físico está conetado ao desenvolvimento dos transportes que por sua vez está relacionado com a sofisticação da tecnologia industrial.

Como dissemos anteriormente, os ramos comerciais obrigatoriamente têm que estar ligados aos ramos industriais ou ao setor primário (num primeiro momento, com certeza) e apesar da tradição, quer universitária, quer comercial, temos que considerar

⁷² Veja-se, a este respeito (da falta de modernização industrial), José Amado Mendes (1985) “Coimbra no primeiro quartel do século XX: aspetos económicos e sociais”, Sep. in *Biblos*, 60, Coimbra, pp. 385-395;

⁷³ Cf. José Amado Mendes, (1985) cit. p. 387

na mesma alguma dessa evolução indústria. Concretizou-se pela indústria alimentar e das bebidas, em particular a panificação que se encontrava dispersa praticamente por toda a área coimbrã.⁷⁴ Repare-se que a maioria das sociedades estavam localizadas no concelho de Coimbra, pelo menos para o período de 1910 – 1927, sendo que se destacava a Panificação de Coimbra, Ld.^a (1920) como uma empresa com um capital social de 40 contos e vários locais de venda de pão, dispersos pela área urbana central. Além da panificação, destacam-se a pastelaria (cuja atividade beneficiava, provavelmente das mesmas instalações de criação/transformação da matéria e venda do produto), a confeitaria e a conservaria (frutas e doces), estes últimos ligados aos cafés, que por sua vez, foram dinamizando e desenvolvendo uma longa tradição na área dos serviços ao longo das décadas (até ao nosso século). Estes cafés, que tinham associados a produção fabril (mais correto dizer que atividades industriais) encontravam-se tanto no centro urbano como na periferia, sendo interessante um exemplo que Maria Lurdes Roxo nos traz sobre uma «*taberna aberta na década de 40, [que] dá lugar a um café nos anos 70 [e se torna] um clube de vídeo em 1990*».⁷⁵ Associado ainda à indústria alimentícia (primórdios) temos a doçaria, a qual leva à formação de múltiplas sociedades.⁷⁶

A construção civil foi porventura uma das ramificações do desenvolvimento industrial que teve, em todas as áreas do país, repercussões. A causa subjacente ao desenvolvimento desta indústria prende-se com o aumento populacional sentido entre o final do século XIX e início do século XX e ainda aquele verificado entre as duas guerras. Cientificamente não é correto dizer que se notou um aumento a nível nacional, pois nem todas as áreas podem ter sentido esse aumento da sua população. O que se poderá dizer é que, considerando um grupo de anos, se verificou uma tendência para aumento. Procedeu-se á construção de residências, optando nos anos considerados (primeiro quartel do século XX) e, posteriormente, pela área periurbana e por alguns novos centros urbanos.⁷⁷ A prossecução dessas áreas residenciais desenvolveu a construção civil e, por arrasto, como acontecia no país, a cerâmica, a indústria de cal e

⁷⁴ Veja-se, no Anexo I, a fig. 3, retirado de José Amado Mendes (1984), Quadro IV, p. 65.

⁷⁵ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, “Terciarização dos Espaços Rurais – Breve Estudo Comparativo na Área Periurbana de Coimbra” in AAVV, (1991) *II Jornadas de Geografia Humana – Terciarização e Desenvolvimento*, Atas, Coimbra, Universidade de Coimbra.

⁷⁶ Relativamente à organização das sociedade de alfaiates verificar José Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra. cit. pp. 76-77.

⁷⁷ São de excecional referência os casos das freguesias de Santa Cruz, Santo António dos Olivais e Santa Clara, com bairros residenciais por excelência.

cimento, ferramentas, materiais de construção, etc. É de referir que em Coimbra, a Companhia Edificadora e Industrial, detinha 91,7 % de todo o capital social.⁷⁸ Com o aparecimento destas áreas residenciais desenvolveu-se atividades relacionadas com o quotidiano da vida pública, como o abastecimento de água, o fornecimento de gás e, por fim, a eletrificação massificada. Quanto ao primeiro caso, foi ainda nos anos oitenta do século XIX que se verifica os primários contornos de um sistema de abastecimento de água canalizada, sendo aproveitado o recurso número um no que toca ao recursos hídricos, o Rio Mondego, com particular atenção para uma estação naquilo que hoje é o Parque Manuel Braga (fator de proximidade) e dois reservatórios no Jardim Botânico e Cumeada, respetivamente. Com o expandir da malha urbana, e o aumento de população nas principais freguesias: relembro que em Santa Cruz, S. Bartolomeu, Sé Velha e Sé Nova se passou de 1890 e 1920, de 17 329 para 20 841 de habitantes. A população total de Coimbra rondava os 30.000.⁷⁹ A eletrificação viria a trazer melhorias tanto no processo de abastecimento de água, como em qualquer indústria e nos serviços. De assinalar o processo de iluminação, as melhorias nas comunicações e nos transportes, nas atividades domésticas e nos serviços vários. A fábrica de gás⁸⁰ fecha no final do ano de 1923 dando lugar então à eletricidades como uma fonte de energia com um preço mais baixo e mais acessível.

No mesmo ano mencionado, efetuaram-se remodelações na central térmica de Coimbra, o que contribuiu para a continuidade desta fonte de energia no desenvolvimento da cidade ao longo do Estado Novo. Porém, ao entrarmos naquilo que José Amado Mendes considerou por o “dealbar da indústria fãbril” devemos começar então por referir a importância que algumas indústrias tiveram no concelho de Coimbra, não obstante o seu protagonismo ao nível nacional. Começamos pela têxtil, e em particular do linho, que, infelizmente, nos anos 20, depois de algum alento da Primeira Guerra Mundial, entrou numa fase de esgotamento (só Almalaguês é que podemos, de facto, considerar como um polo da indústria do linho). A causa que normalmente se aponta prende-se com a concorrência da indústria algodoeira, a qual tem, neste momento no país (anos 20/30), uma progressão bastante significativa, e que também se sentirá na área de Coimbra concelhia (e ainda no concelho de Soure, que não nos

⁷⁸ Cf. José Amado Mendes (1984), *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra. cit. p. 89;

⁷⁹ Ver, a esse propósito, Armando Carneiro da Silva, “Evolução da população coimbrã” *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXIII, Coimbra, 1968, pp. 272-276.

⁸⁰ Veja-se, no Anexo I, a fig. 4, referente à fotografia da fábrica de gás do Amado.

interessa retratar). O desenvolvimento, a par e passo, através de medidas de sofisticação, das duas indústrias, acabou por levar a um embate que, talvez, tenha aglutinado uma à outra. Essas medidas passam pela incrementação de tecnologia, como a máquina a vapor ainda no séc. XIX e o uso de energia elétrica, a excelência dos artigos (especialmente na freguesia de Santa Clara), a mão-de-obra preparada para a fiação e, enfim, conhecimentos técnicos tanto ao nível do operariado como dos investidores e acionistas, que vieram do estrangeiro (Grã Bretanha e Espanha). Assim, a indústria têxtil algodoeira ultrapassa, ainda antes da Primeira Guerra Mundial, a indústria dos lanifícios, mas ao nível do concelho propriamente dito, no século XX, são poucos os exemplos, tendo sido apontado (como exemplo) algumas fábricas no Largo do Romal e em Coselhas e algumas sociedades sem suma importância.

Quanto à área de Coselhas, é extremamente pertinente fazer uma referência a esta, pois é umas das áreas eixo de Coimbra associada a uma tradição industrial zonal, ou seja, por zona, ou eixo se preferirmos, mediante uma série de fábricas ao largo da Casa do Sal, a mais importante sendo as correspondentes à indústria dos curtumes⁸¹. Os outros eixos mais importantes serão Loreto-Pedrulha⁸², Baixa-Arnado e Santa Clara. No entanto, estudaremos, caso a caso, que tipo de indústria floresceu (mesmo que considerada incipiente pela historiografia) nestes locais.⁸³

Voltando à nossa linha de raciocínio sobre a indústria têxtil, é de referir ainda que a indústria de malhas conimbricense se expandiu durante quase um século⁸⁴, tendo as instalações, que começaram na Rua do Gasómetro em 1906 – 1908, sido demolidas, apenas, no final dos anos 80 do mesmo século. Um exemplo da extensão temporal de certas indústrias, muito embora se admita a sua raridade e especificidade. Essa especificidade advém, e no caso da indústria das malhas propriamente dita, de uma ligação acentuada ao setor terciário e, de facto, se não se verificasse um escoamento por intermédio do mercado, não se falaria de um *boom* da supracitada indústria entre 1917-1927).

⁸¹ Ver, no Anexo I, a fig. 5, referente à fotografia da fábrica de curtumes na Casa do Sal.

⁸² Ver, a este respeito, Lucília de Jesus Caetano, (1987), “A Terciarização das zonas industriais: o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in *IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986 – Actas, os mapas das figuras 1, 4, 5 e 6, pp. 482 – 487;

⁸³ Ver, a este respeito Teresa Barata Salgueiro (1992), *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, o cap. As Zonas Industriais (p. 261), a figura 4.2. da p. 263.

⁸⁴ Sob a égide, principalmente, de Aníbal de Lima & Irmãos e sucessores.

A cerâmica foi também deveras importante, especialmente a partir do início do século XX até os anos 30.⁸⁵ Em termos de localização figuram os eixos de Loreto-Estação Velha e Arregaça-Calhabé, eixos periféricos que, no durante o séc. XX, asfixiariam economicamente por motivos de variadíssima ordem.⁸⁶ No caso dos bairros junto à Arregaça, em particular do Bairro Marechal Óscar Carmona (mais tarde Bairro Norton de Matos) e a sua localização próxima do Calhabé, compreendemos o sucesso por intermédio de um grupo de consumidores específicos de uma área residencial com elevado vínculo ao setor terciário. Porém, quando pensamos que as futuras fábricas da Cerâmica Ld.^a seriam a Lusitânia e a Lufapo, estaríamos, porventura, a adivinhar o eixo Pedrulha-Loreto, tipicamente industrial, entrando num processo de terciarização.⁸⁷ Não é por acaso que parte dos terrenos da Lufapo serão usados para outras funções, como a habitação. Porém, em concordância com o que se referiu anteriormente, a principal razão de base da indústria cerâmica prende-se com o crescimento populacional, que obriga à prossecução de grandes obras em zonas residenciais, nomeadamente no Bairro Marechal Óscar Carmona. A construção civil desenvolve-se, tendo aliada estas indústrias de cerâmica. Um ponto de referência, igualmente, para a louça doméstica (porcelana e faiança) que obtém uma elevada procura neste eixo temporal.

No que diz respeito à indústria do papel, que também tem uma elevada tradição no contexto conimbricense (remontando ao século XVII), devemos indicar sobretudo como causa a principal fonte de rendimentos da cidade – a Universidade – dado que os principais consumidores desta matéria são, exatamente, os estudantes, assim como instituições administrativas universitárias e a própria Imprensa da Universidade. Destacam-se, ainda hoje, as reprografias, lojas de artes gráficas, etc.

Um pequeno ponto de paragem e reflexão no nosso estudo: até ao momento as principais indústrias que referimos têm uma ligação visceral ao comércio, sendo que nos custa aceitar que a indústria ou o setor secundário de Coimbra tem, de facto, uma vitalidade autónoma, obrigando-nos a admitir que, pela incipiência da economia e pelo condicionamento político, provavelmente os garantes de alguma sustentabilidade económica adviessem de uma relação com o mercado. O simbolismo e a tradição estão

⁸⁵ Veja-se a este respeito José Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra cit. p. 177.

⁸⁶ Apontamos, por exemplo, a falta de desenvolvimento efetivo dos transportes, a pouca aposta no mercado interno e um escoamento deficitário de produtos para um mercado pouco preparado. Apesar de considerarmos o século XX, parece-nos mais gravosa tal situação ainda no séc. XIX.

⁸⁷ Ver, a este respeito, Lucília de Jesus Caetano, (1987), “A Terciarização das zonas industriais: o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra”, in *IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986 – Actas. pp. 481 – 490;

por detrás das relações económicas ou pelo menos das relações entre setores económicos: a indústria não tem tradição, logo não tem um *boom* explosivo propriamente dito, não há uma consciencialização efetiva sobre a importância dos serviços, mas sabe-se que são eles que colocam Coimbra num patamar ainda considerável economicamente, mediante o mercado (serviços comerciais) e a Universidade (serviços culturais ou intelectuais) e, talvez, o desporto, principalmente a partir dos anos 30 (serviços lúdicos).

No que toca à alimentação, dever-se-á referir, ainda, o arroz (atividade fabril de descasque e moagem) que, efetivamente, teve uma atividade a sublinhar nas zonas junto ao Rio Mondego, mediante as chamadas «Fábricas Mondego Ld.^a», cuja responsabilidade empresarial pertencia, em parte, à sociedade Ayres, Valadares & Matoso Ld.^a (Ameal-Coimbra). Enfoque aqui para as freguesias com conotações rurais, como por exemplo o Ameal, e ainda aquelas que usufruíam de uma afluência de recursos hídricos. Necessário focar, por exemplo, um dos cartões-de-visita, no que toca à indústria alimentícia, no concelho de Coimbra, o caso da Fábrica Triunfo Ld.^a ⁸⁸, cuja antecedente é a Sociedade de Mercarias Ld.^a fundada em 1913. É a fábrica de massas alimentícias por excelência do centro urbano e que continuou a abastecer o mercado conimbricense durante os anos 30 e posteriores, fruto de uma malha empresarial nos anos em causa, em que o desenvolvimento capitalista viria a ser saudado por novos equipamentos, infraestruturas e tecnologias (dos rolos a vapor até aos cilindros compressores modernos alimentados por energia elétrica). É nesta empresa, a Triunfo, que se cria mais uma ligação simbólica ao parco passado industrial da cidade e uma conexão poderosa com o mercado.

A indústria cervejeira, introduzida em Coimbra no final do primeiro quartel do século XX, pela mão da firma Cerveja de Coimbra Ld.^a ⁸⁹, na Avenida Emídio Navarro, manteve uma atividade notória até ser demolida em 1982, sendo de focar, nos primeiros anos de atividade, a sua resiliência ao nível do crescimento estrutural empresarial desenvolvido, resistindo, posteriormente, ao condicionamento e à primazia, ao nível nacional, pela atividade agrícola e ao nível geográfico estudado, pela atividade terciária. Seria a concentração empresarial, por intermédio de técnicas de financiamento de

⁸⁸ Ver no Anexo I, a fig.6, referente à fotografia da Fábrica de Triunfo.

⁸⁹ Cf. José Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra cit. pp. 215-217.

múltiplas fontes, que, por fim, asseguraria a vitalidade económica da firma até aos anos oitenta.

É importante esclarecer um ponto ao leitor que expressamos, por si só, aquando da tomada de consciência da rápida degradação da indústria de Coimbra: nem tudo é exceção e nem tudo é regra, visto que várias indústrias sobreviveram para além de 1930 (apesar de manifestamente poucas), mas que tiveram a sua “explosão” no primeiro quartel do século referente. Se pensarmos, caso a caso, são vários os fatores que estão na ordem da resiliência ou, pelo contrário, da efemeridade ou fugacidade das indústrias, contando com alguns que já podemos elencar: a proximidade física com os dois setores de atividade (o primário e o terciário), com maior relevância para o comércio e serviços, a ligação com um sistema empresarial capitalista estruturado e organizado em que há, de facto, uma permissão efetiva para o investimento de privados (algo que viria a ser dirimido durante os primeiros anos do Estado Novo), a noção clara das potencialidades do espaço (os fatores endógenos - condição para exploração e fator de urbanização na constituição de novas indústrias), as necessidades do Homem (a construção de áreas residenciais que trazem novas indústrias e necessitam de outras tantas) e, por fim, a condição dos tempos, ora voltada para a liberalização ora para o dirigismo, ora numa situação de *superavit* ora de *défi*ce. O leitor repare nestes dois documentos⁹⁰. Num período cronológico mais ou menos coincidente é possível determinar que se situa uma explosão do setor terciário a partir dos anos 50 e com maior relevância nos anos 60, justamente depois do Terceiro Plano de Fomento e com uma cristalização efetiva no Plano Intercalar de Fomento. A indústria tem também um crescimento mas, como já referimos no subcapítulo anterior, é preciso atentar ao fator geográfico, pois temos que ter em conta que a esmagadora remessa de proventos do setor secundário advém dos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal e não do distrito de Coimbra, muito menos do concelho deste. Todas as análises estão submetidas a uma escala de comparação, mas não significa que expressem uma realidade efetiva: por exemplo se atentarmos ao mapa “quotas concelhias no emprego industrial do continente – 1986”⁹¹ parece que Coimbra é um concelho altamente industrializado, quando as “carcaças industriais” proliferam mais do que nunca fruto de um esmagador declínio deste setor.

⁹⁰ Ver no Anexo I, as figs. 7 e 8, referentes, respetivamente a Maria de Lurdes Roxo Mateus, (2009) cit. Figura 2.16, p. 185 (fonte referida) e Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Gráfico nº 1, p. 938.

⁹¹ Ver *Seminário Internacional Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Intemacional de Coimbra, 1989* (1990), Coimbra, Comissão da Coordenação da Região Centro (org.), mapa “quotas concelhias no emprego industrial do continente – 1986”, p. 106;

Relativamente às indústrias residuais, é necessário referir a indústria dos curtumes que tem uma importância significativa no eixo Coselhas, especificamente na Casa do Sal, porém é fulcral salientarmos, antes de mais, que foi no século XIX que a produção de couros teve um surto notório. Apesar de tudo, foi uma indústria que se modernizou bastante tarde, tendo, efetivamente, sentido os efeitos da mecanização em Coimbra onde uma empresa (Raposo, Amado, Godinho & Ld.^a) procede, com um capital modesto, ao arrendamento das instalações conhecidas como Fábrica de Curtumes de Coimbra, na Casa do Sal, outro dos cartões-de-visita da cidade e que permaneceria em laboração até 1984. Torna-se um dos locais dinâmicos na indústria de Coimbra, mas ao mesmo tempo segregado e, mediante o condicionamento industrial, sem possibilidade de expansão. Não obstante tudo isto, mais um dos casos localizados, que devemos apontar, da resiliência industrial, por fatores de investimento e, sobretudo, a capacidade empresarial. Quanto à indústria pesada propriamente dita, aquela que se prenderia à metalurgia e metalomecânica e ainda de minerais metálicos, nada a apontar de verdadeiramente significativo na área de Coimbra, especialmente se considerarmos que, e particularmente nos anos que estudamos, a produção de instrumentos metálicos consignava-se a alfaias agrícolas e pouco mais, sendo que tudo o resto eram produtos localizados.

Concluindo, podemos começar por considerar a descoberta de vários eixos industriais, correspondentes de *grosso modo* às freguesias urbanas, sendo eles o Arnado-Baixa, Coimbra B-Casa do Sal (e na prolongação deste eixo o complexo industrial Loreto-Pedrulha), Santa Clara e, ainda, Arregaça-Calhabé, que teve como principal caráter a absorção para os serviços e respetiva terciarização. Por fim, não poderíamos deixar de fazer referência, não àquilo que considerámos eixos mas, pelo menos, às zonas de intensiva, porém localizada, exploração industrial, são os casos de Relvinhas, Coselhas, Ameal, Eiras, Largo do Romal, entre outras. De seguida, consideramos os fatores que proporcionaram o desenvolvimento industrial localizado e axial em determinadas zonas, como até já tínhamos referido acima, sendo estes (i) a localização junto de recursos endógenos; (ii) as necessidades das populações de terem acesso a novas oportunidades de trabalho mas também beneficiarem de produtos que não pertencem exclusivamente ao setor primário (isto é, produtos transformados); (iii) a proximidade física e económica com o mercado; (iv) a dinamização de serviços; (v) a aposta em investimentos empresariais vastos e de magnitude diversificada. Além destes fatores à micro escala (que bem poderiam ser aproveitados para outros casos, além do

de Coimbra), apontámos as conjunturas nacionais e as superestruturas económicas inerentes. Aludimos então aos fatores que não proporcionaram o desenvolvimento da indústria em Coimbra: desde já, numa perspetiva economicista, consideramos a absorção de maior parte da vida económica para o setor terciário mas, considerando isto puramente reducionista, temos que concluir que a tradição anti industrial ou rural, simplesmente, implícita no simbólico tradicional do povo, acabou por não dinamizar um movimento operário forte e não proporcionar um espírito industrial na cidade universitária. Não sendo suficiente, teremos que apontar o elevado analfabetismo existente e ainda a relativa escassez de contactos estrangeiros ao nível de informação e equipamento.

Fugindo um pouco ao eixo temporal que nos interessa, são relevantes as seguintes informações: em 1950 cerca de 28,3 % de ativos estavam representados no setor secundário do concelho de Coimbra⁹², a maior média de entre os concelhos e superior à média distrital que era 18 %⁹³, tendo registado uma subida ao nível concelhio na década seguinte, e sofrendo uma descida de 3 % em 1970, apenas compensada pela dinâmica de terciarização, igualmente, registada. Ainda devemos enunciar que em 1981 o concelho em causa do nosso estudo ocupava o sétimo lugar, no que toca à população ativa afeta ao setor secundário, comparado com os outros concelhos do distrito – uma quebra enorme se pensarmos que em 1970 estava em segundo lugar (Lousã em primeiro).⁹⁴ A autora e geógrafa Doutora Maria Lurdes Roxo Mateus aponta os expedientes da mão-de-obra das autarquias e a conseqüente afetação às atividades terciárias. Concordamos com a justificação mas rematamos com fatores intrínsecos mais profundos: a falta de uma industrialização planeada ao nível nacional, o relativo afastamento do desenvolvimento da economia regional em articulação com a nacional e a falta de infraestruturas fabris inovadoras e bem exploradas. Em 1991 continuava uma quebra acentuada no referido setor. Acabaríamos o capítulo por perguntar, e seguindo uma estruturação natural dos percursos económicos, como sobreviveu economicamente Coimbra? Mediante um desenvolvimento resiliente e sólido do setor terciário, indústrias

⁹² Os dados apresentados servem sobretudo para demonstrar como meras estatísticas não representam a realidade envolvente, pois Coimbra, apesar de se apresentar como um dos concelhos mais industrializados de entre o distrito, vários problemas surgem nesta constatação e comparação. Um dos mais evidentes prende-se com o facto dos restantes concelhos apresentarem ainda níveis muito baixos de industrialização, pois as vias de comunicação estavam pouco desenvolvidas (não é por acaso que a Lousã se apresenta mais desenvolvida neste aspeto, dado que beneficia da Linha da Lousã como contacto com o centro urbano de Coimbra)

⁹³ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus (2009), cit. p. 179

⁹⁴ Idem. p. 180

parcas e localizadas e uma agricultura complementar? São questões que esperamos responder ou pelo menos elucidar.

4.3. A evolução das atividades terciárias como substituição do setor industrial;

Antes de iniciarmos este subcapítulo, temos que sublinhar a escassez de bibliografia específica e aprofundada sobre o tema, daí que tenhamos colhido informações de vários artigos, gráficos e obras gerais que, por vezes, dedicam algumas páginas à temática. De facto, apelamos, desde já, à necessidade de um estudo aprofundado sobre as atividades terciárias durante o período consignado de todo o século XX, em especial a sua importância em dois momentos: o comércio tradicional no início do século e a proliferação de serviços diversificados ao caminharmos para a segunda metade do mesmo.

Apelamos para dois momentos distintos de terciarização: o comércio tradicional de início do século XX (que tem as suas fundações muito antes) e as grandes superfícies que começaram a proliferar com um avultado significado na zona periurbana ou mesmo rural periurbana de Coimbra, a partir dos anos oitenta. Se pensarmos nos termos nacionais, é apenas depois de 1974 que podemos considerar um peso tremendo dos supermercados.⁹⁵ Necessário, no nosso entender, apontar uma característica destas grandes superfícies: apesar de serem, sem dúvida, fatores de urbanização, pois captam um movimento residencial e uma população consumista na área enfoque⁹⁶ são muitos os exemplos em que estes se estabeleceram em áreas tipicamente rurais, devido sobretudo a fatores de ordem geográfica: a extensão espacial e os recursos.⁹⁷

Tenhamos em conta este excerto da obra de Teresa Barata Salgueiro, *O nosso tempo é a época do terciário*.⁹⁸ Somos obrigados a concordar mas não plenamente com

⁹⁵ Veja-se, a este respeito, a figura da pág. 340, “A difusão dos mercados no continente (nº de supermercados por mil habitantes)”, retirada de *Public. da DGCI*, in Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana* (1ª ed. 1992).

⁹⁶ Pense-se por exemplo no *Coimbrashopping* na área do Vale das Flores, pertíssimo do Bairro Norton de Matos, e o seu papel na urbanização das áreas adjacentes, em consonância com outros serviços, como os educacionais (Escola Secundária Quinta das Flores) e ainda os médicos especializados (Instituto de Paralisia Cerebral João de Barros).

⁹⁷ Ver em anexo II, as figs. 9 e 10 referentes ao Liceu Dona Maria em 1947 e ao Estádio Municipal nos anos 40. São bons exemplos de serviços – educacionais e lúdicos – que se estabeleceram numa paisagem rural.

⁹⁸ Cf. Teresa Barata Salgueiro (1994), cit. p. 297

esta frase, pois, se atentarmos ao caso que focamos no nosso estudo, Coimbra tem uma tradição no setor em causa que remonta muito antes do século em questão, porém se considerarmos que “o nosso tempo” é apenas o final do século XX no panorama nacional, então, é bastante oportuna a observação.

De facto, Coimbra tem um longo historial de atividades que pertencem ao setor terciário, começando por referir que logo em 1911⁹⁹ o contributo do carro elétrico (serviços de transporte) criou uma engrenagem económica de veras importante para o acesso a outras atividades, anulando os vazios espaciais e criando “pontes de acesso” entre o centro e a periferia ou arredores se preferirmos. Coimbra é, desde há muito, um importante centro de mercado e serviços (tenhamos cuidado com a definição que damos a serviços neste contexto), em que a localização beneficia este dinamismo (como ponto de passagem) e no qual estão presentes, sem dúvida, e como referido anteriormente neste trabalho, os serviços universitários, ou seja, a Universidade. Os serviços intelectuais/culturais estabelecidos e fornecidos arrastam populações urbanas e criam espaços para a economia urbana centralizada.

A capacidade empresarial e comercial de Coimbra seria posta à prova durante a Primeira Guerra Mundial e especialmente a partir de 1916, dado que os recursos estavam consignados à atividade de transformação e o capital humano foi escoado para uma guerra com uma razão colonial intrínseca. Deveremos constatar que importantes remodelações no setor terciário conimbricense foram efetuadas, associadas porventura à difusão dos transportes e ainda à mentalidade capitalista de determinados financiadores, com aposta clara numa situação geográfica particularmente oportuna e uma tradição rica (a proximidade com o Rio Mondego e as fundações antigas de mercado nas áreas centrais).¹⁰⁰ A constituição de sociedades pós-primeira guerra mundial fomentou, indubitavelmente, o espírito empresarial e multiplicou os ramos comerciais (as malhas, vestuário, calçado,) e ainda o setor industrial alimentar (cerveja, massas, bolachas, etc.). Difundiu-se, no entanto, em freguesias tipicamente urbanas (ou que se começavam a afirmar como urbanizadas) ou naquelas em que se verificou uma ação intensiva dos empresários, pois também fomentou a concentração populacional nessas áreas (p.e. Santa Cruz, partes de Santo António dos Olivais, Almedina, Santa Clara, São

⁹⁹ Veja-se, a este propósito, José Amado Mendes (1985) “Coimbra no primeiro quartel do século XX: aspetos económicos e sociais”, Sep. in *Biblos*, 60, Coimbra, p. 388.

¹⁰⁰ Repare-se na notícia do *Diário de Coimbra*, nº 1787, de 28 de janeiro de 1936, a qual refere «Coimbra que, há uma vintena de anos [isto é, a partir de 1916], vivia quasi exclusivamente da condição universitária da cidade, preside hoje à atividade comercial da sua enorme esfera de influência económica» in José Amado Mendes, (1985), cit. p. 391

Bartolomeu, entre outras). Um outro tipo de serviços, além dos de transporte, que está associado à renovação ou regeneração económica, são os serviços bancários, em particular se pensarmos no apoio a empresas comerciais, prestado pela Agência do Banco de Portugal na inserção de capitais e também pela Caixa Geral de Depósitos¹⁰¹, esta fomentando um desempenho mais real ao injetar capital para atividades de variadíssima ordem e articuladas entre si. A banca desenvolve-se em Coimbra, a par e passo com o setor terciário, mas também secundário.¹⁰²

Consideremos o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha que, tendo uma feição rural própria para implantação de atividade fabril, muito à semelhança das áreas ao longo da Estrada Nacional 1 e do Vale de Coselhas. No entanto, na área da Pedrulha, sucede um fenómeno complementar do caminhar para a segunda metade do século XX: a sua terciarização fruto de um declínio industrial, especialmente a partir dos anos setenta. As atividades de substituição passam pelo comércio grossista e os armazéns¹⁰³, sendo especialmente pertinente apoiar-nos no argumento que o consumo *in loco* dos produtos transformados elevou tais atividades, acabando por serem coordenadas em simbiose. Porém, ao investir-se nesse comércio sem a devida incrementação industrial, a zona, sem definitivamente perecer, acabaria por ver reduzida a sua atividade, e pense-se nos casos da Lufapo e da Saturno, em que a função residencial e comercial aglutinam o espaço industrial.

No que toca à criação de novas centralidades devido ao fenómeno de terciarização repare-se na lomba Arregaça-Calhabé, no Bairro Marechal Óscar Carmona (atual Bairro Norton de Matos), nas zonas do Vale das Flores, Pinhal de Marrocos, Quinta da Nora, etc. São áreas que ainda hoje, se as fotografarmos, veremos na paisagem resíduos da atividade rural, função residencial, resíduos da atividade industrial e, por fim, existência cimentada do setor terciário por intermédio ora de serviços comerciais ora especializados, aqueles que também chamamos de consumo.¹⁰⁴ No entanto, esta importância da terciarização é também efetiva em espaços rurais, como dissemos, especialmente pelo comércio por «grosso», devido à falta de espaço e a uma

¹⁰¹ Estabelecida no desembocar da Avenida Sá da Bandeira, a Caixa Geral de Depósitos, travou laços importantes com a Associação Comercial e Industrial de Coimbra.

¹⁰² Para uma informação mais aprofundada sobre este tema ver a obra de José Amado Mendes, (1984), *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra. cit. cap. V “Empresas e Financiamento” p. 317.

¹⁰³ Cf. Lucília de Jesus Caetano, (1987) “A Terciarização das zonas industriais: o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in *IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986 – Actas pp. 481-490,

¹⁰⁴ A este respeito recorde-se o exposto no subcapítulo 1.3. do presente trabalho.

clientela diversificada¹⁰⁵, visto, também, que, com o avançar dos tempos e as influências múltiplas de outros ritmos económicos e inovações empresariais, se verifica um aumento do poder de compra dos habitantes dessas zonas que, apesar da mentalidade tradicional, tendem a estabelecer postos de venda (incipientes), como tabernas, cafés, minimercados, etc.

Atividades de consumo final como as lúdicas, educacionais, sociais, religiosas e administrativas proliferaram em certos espaços rurais que se foram urbanizando, como por exemplo em Cernache, Pedrulha, Calhabé, Covões, etc. Um maior dinamismo, porém, é necessário, admitindo que no controlo estatal do financiamento regional reside um dos maiores problemas. Procede-se, paulatinamente, à «urbanização» das mentalidades rurais e, nesse fenómeno, os eixos rodoviários e ferroviários tomam o papel ao serviço do deslocamento de novas informações pertinentes para o surgimento de uma população mais diversificada à medida que nos aproximamos dos anos 60. No concelho de Coimbra, é de extrema relevância os casos de S. Martinho do Bispo, Taveiro e Arzila. Antes dos tais serviços mais especializados, um pré-serviço está também na base do desenvolvimento: este diz respeito ao estabelecimento de estruturas comerciais do ramo alimentar, na qual jogou a tradição da atividade primária. Segue-se o comércio não-alimentar e, por fim, os serviços. O *boom* desta terciarização é referente aos anos oitenta.¹⁰⁶ Nesta década regista-se um declínio industrial igualmente, e não coincidente. É necessário ter em conta que em Coimbra, por volta de 1950, o setor terciário apresentava valores de 23,7 % no emprego da população ativa¹⁰⁷, e que Coimbra detém uma média superior aquela da distrital em quase o dobro, com 42,8 %. Este valor sobe na entrada das décadas de sessenta e setenta, respetivamente com 56,1 % da sua população entregue aos serviços e ao comércio, o que representa mais de metade da população, e 64,4 % no início dos anos oitenta. Efetivamente não nos custa admitir, aludindo ao exposto e com base nestes dados, que com a tendência para o crescimento destas atividades, especialmente depois de alterações políticas

¹⁰⁵ Ver, a este respeito, Maria de Lurdes Roxo Mateus, “Terciarização em Espaços Rurais – Breve Estudo Comparativo na Área Periurbana de Coimbra” in *II Jornadas de Geografia Humana – Terciarização e Desenvolvimento*, Actas (1991), cit. p. 41.

¹⁰⁶ Idem, fig. 3 da p. 57;

¹⁰⁷ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2006), Quadro 2.23 p. 215

significativas ao nível nacional, Coimbra dependerá mais da atividade terciária e terá, cada vez mais, um vínculo urbano¹⁰⁸.

Concluindo: **a)** o setor terciário teve uma importância simbólica tradicional no contexto urbano do concelho de Coimbra, mas também um efeito decisivo na economia da cidade; **b)** os serviços, em particular os educacionais e os de saúde, estiveram na base do desenvolvimento da cidade universitária e também do fenómeno de periurbanização; **c)** Coimbra tomou consciência rapidamente que o rumo industrial estava em manifesto declínio e que apenas o comércio poderia servir as ações dos dois outros setores, sendo o apoio da banca de extrema importância; **d)** O setor terciário tornou-se, como quase sempre foi, o mais importante setor, obtendo, pela primeira vez, uma maior pujança ao nível dos resultados económicos; **e)** a transformação do espaço, alargamento e modificação das características sociais e económicas do mesmo, dependeu da articulação “industrialização das zonas rurais” e “terciarização das zonas rurais”, como também, noutros parâmetros, a “terciarização das zonas industriais”, sendo que os fatores população e transportes muito estiveram na base de tais desenvolvimentos do sentido da dinâmica da terciarização. Uma conclusão que retiramos dos referidos estudos é o paralelismo traçado entre o processo de desindustrialização de Coimbra e o nacional, assim como o processo de terciarização de Coimbra e o nacional. Para um aprofundamento das atividades e da monografia necessária das mesmas, certas obras surgem, com mais ou menos detalhe, mas que não nos interessa explorar na íntegra.¹⁰⁹

4.4. As atividades económicas em fotografias na área de Coimbra: a importância da imagem

Antes de terminarmos esta análise monográfica da nossa matéria e passarmos, por fim, para a explicitação da aplicação didática, devemos fazer uma curta mas importante menção para os protagonistas da execução da proposta pedagógica, mas também os veículos do *insight* retirado da evolução económica de Coimbra. São eles as fontes pictóricas, ou seja, as fotografias captadas ao longo do nosso trabalho que possibilitaram de facto, assim como inspiraram, a consignação do mesmo.

¹⁰⁸ Veja-se, a este respeito, Seminário Internacional *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional* de Coimbra, 1989 (1990), Coimbra, Comissão da Coordenação da Região Centro (org.) o mapa “Taxas de Urbanização-1981”, p. 105.

¹⁰⁹ Veja-se, por exemplo, a dissertação de mestrado (relatório de estágio no âmbito do mestrado em sociologia) de Susana Margarida Valente da Silva, (2009) *Deambulando pela baixa de Coimbra: o comércio tradicional em contexto urbano*, Coimbra, Universidade de Coimbra;

A fotografia é usada, como pudemos observar, de uma forma errada ou incipiente na análise da paisagem urbana conimbricense e das atividades económicas (o que mais nos interessa), encontrando-se dispersa por uma dúzia de manuais turísticos sem um aprofundamento histórico preciso. A fonte pictórica torna-se um instrumento necessário para compreender esses “vazios” históricos ao nível da concretização de uma verdade história económico e social de Coimbra, pretendendo com isso admitir a sua relevância para o impacte das medidas económicas ao nível macro e micro, mas também o espaço antes e depois dessa modificação. Ao alargar este conceito de fontes, apenas estamos a melhorar a nossa investigação e, por sua vez, a criar vários recursos para um projeto pedagógico cuja transposição empírica suscita de nós, na sala de aula, o mesmo esforço que na interpretação científica, fora da sala de aula, no arquivo e na produção científica. Ao reunir variadíssimas fotografias sobre Coimbra ao longo do século XX, pudemos constatar uma evolução paisagística também fruto de inovações ao nível das infraestruturas dos dois setores de atividade privilegiados neste estudo (secundário e terciário), sem dirimir a atividade agrícola. De facto, se atentarmos por exemplo a uma fotografia da periferia urbana de Coimbra nos anos 30 (por exemplo a zona do Calhabé-Arregaça), comparamos uma fotografia da mesma zona nos anos 50/60 e depois com uma fotografia atual, podemos constatar como determinadas estruturas ganharam ímpeto, relativas à evolução significativa de certos setores de atividade e à regressão de outras. Esta atividade (de comparação e cruzamento de dados) tem inerente o treino do olhar atento e crítico (das fontes sobretudo) do historiador e não menos do geógrafo, se bem que deixaremos esta parte para outros trilhos.

Voltando-nos para o específico da nossa análise científica, devemos salientar, desde já, que as fotografias não foram meras ilustrações, foram sobretudo confirmações e meios de interpretação. Relativamente à captação das atividades económicas na fotografia, vejamos a periferia de Coimbra e consideremos as zonas relativas ao Bairro Norton de Matos e Calhabé. Pelas fotografias¹¹⁰, retiradas em datas distintas, conseguimos colher conclusões proveitosas: **a)** contração da atividade primária que resultou numa diminuição substancial da paisagem rural envolvente; **b)** expansão das características tipológicas do urbano, a função residencial e em particular de atividades envolvendo serviços, em específico aqueles relativos à educação (Escola Secundária

¹¹⁰ Ver, no Anexo I, as figuras 11 e 12, referentes a uma fotografia da vista aérea do Bairro Norton de Matos (na altura Bairro Marechal Óscar Carmona) nos anos 30/40 e outra fotografia com a vista aérea da mesma área atualmente.

Dona Maria) e lazer (Estádio Municipal de Coimbra); **c)** desenvolvimento das vias de comunicação que permitiram uma ligação importante com o centro urbano de Coimbra, servindo assim de “dormitório” no movimento pendular; **d)** industrialização nula ou pouco eficaz, sendo que se aponta a indústria da construção numa primeira fase como notória; estas conclusões são retiradas diretamente da fonte pictórica, tendo como auxílio informações de vários autores e leituras diversificadas.

5. A paisagem urbana e rural do concelho de Coimbra ao longo do século XX

5.1. Portugal entre o rural e o urbano – esboço de uma evolução geográfica;

Portugal sempre teve uma expressão geográfica eminentemente rural. Tal é especialmente verdadeiro se pensarmos que nos anos trinta e quarenta a política de condicionamento industrial, levou, conseqüentemente, a uma política de reestruturação agrícola. O espaço continuou dominado pelo campo e pelas atividades agrárias e da pastorícia. Porém, a partir dos anos cinquenta e sessenta, principalmente, a crescente população urbana começaria a afluir às cidades, especialmente às duas metrópoles, construindo um sistema bicéfalo, com várias cidades médias e um pendor de litoralização bem patente.

Se entre o séc. XVI e o séc. XIX não se verificou grandes alterações na taxa de urbanização, muito embora a população tenha aumentado para o dobro¹¹¹, no séc. XX, a cidade, mediante uma nova dinâmica nas atividades económicas, ganhou ímpeto e a paisagem urbana revitalizou-se. Em 1950, há ainda um crescimento efetivo da população rural sobre a urbana, fruto talvez desse atraso crónico da nossa industrialização, porém a partir dessa data os números confirmam o pendor de urbanização do país.¹¹² Do período que vai de 1950 a 1960 a população urbana tem um aumento de 15, 62%, o que corresponde em números absolutos a 322.061, enquanto a população rural passa de 592.070 para 57.091.¹¹³ Como se compreende, a quebra é acentuada. As razões para isto prendem-se essencialmente com o êxodo rural, o aumento do bem-estar e qualidade de vida nas cidades, a crescente industrialização, a existência de novos mercados, a circulação mais rápida de capitais e a propagação de investimentos. Em suma, o camponês e o agricultor adquiriram a hipótese de procurar melhores condições de vida.

A população urbana cresce mais aceleradamente entre 1961 e 1981, sendo que o aumento entre 1970 e 1981 foi de uma média de 66.400 pessoas por ano.¹¹⁴ Aumentou

¹¹¹ Cf. Teresa Barata Salgueiro, (1999) *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, p. 41

¹¹² Cf. Idem, Quadro 1.4., p. 42, em especial o período que vai de 1950 a 1960

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Ibidem. p. 43.

também o número de espaços para habitar e as cidades médias começaram o tomar protagonismo na vida urbana do país, sendo que a cidade média portuguesa tem, no princípio do século, 19.400 habitantes (em média) e aproxima-se, em 1981, de 23.000. Lisboa e Porto absorvem a maior parte da população urbana, criando áreas de influência notórias (Fig.1), e partilhando a população com outros centros urbanos que se vinham a afirmar, como Aveiro, Faro, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, etc.

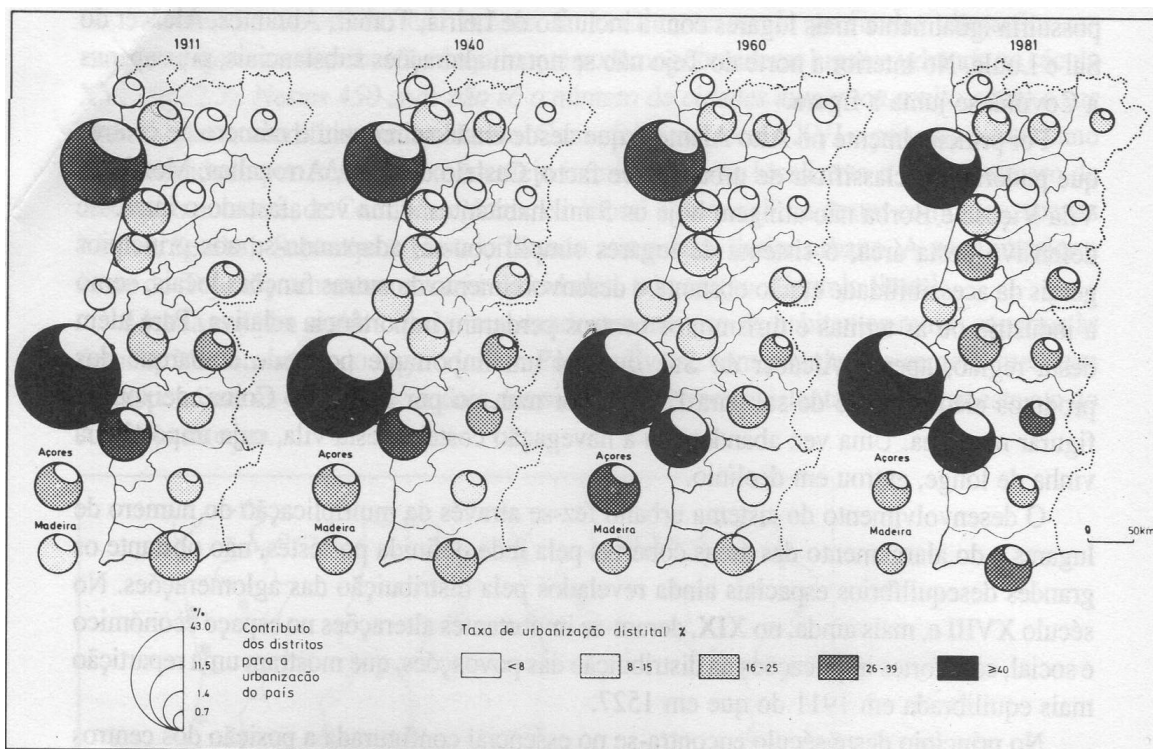


Fig. 1. A população urbana distrital e o contributo para a urbanização.

Fonte: SALGUEIRO, Teresa Barata, (1999) *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, p. 62

Não obstante, Lisboa e Porto não são, seguramente, os únicos portos de abrigo desta população urbana. Pelo contrário, a partir de certa altura, este movimento de magnetismo começa a sofrer a sua reviravolta. As cidades médias oferecem novas condições de emprego, novas formas de vida e, no geral, um maior bem-estar. A população começa a fixar-se nestas cidades médias, como é o caso de Coimbra e ainda Viseu. A península de Setúbal, Évora, Guarda, Braga, Amadora, Aveiro, Viana do Castelo e Leiria viram a sua população aumentar, devido a uma posição intermédia que captou, ao longo do século XX, as vagas de deslocação do campo para a cidade e do interior para o litoral. Mesmo assim, atualmente, é em Lisboa e Vale do Tejo que se

fixam a maioria da população, considerando ainda um avanço do Norte, Centro e, especialmente, do Algarve. (Quadro 1)

Local de residência (NUTS - 2001)	Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes (%) por Local de residência (NUTS - 2001); Anual (1)	
	Período de referência dos dados	
	2004	
	%	
Norte		33,72
Centro		25,57
Lisboa e Vale do Tejo		44,47
Alentejo		19,50
Algarve		43,79

Quadro 1 - Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes (%) por Local de residência (NUTS – 2001);

Fonte: INE;

Creeceram essencialmente ao nível industrial e terciário, beneficiando de novas vias rodoviárias e ferroviárias. Tenhamos em conta, também, que os *distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém têm uma posição de transição entre o norte menos urbanizado e o sul mais citadino.*¹¹⁵ Algarve, pelo seu magnetismo turístico, capta uma população urbana, ainda assim heterogénea, pois em vagas que movimentam economicamente a área, mas podem não a desenvolver efetivamente. A região centro de Portugal, apresenta, por sua vez, uma evolução constante e um panorama urbanizado mas díspar nos anos oitenta.¹¹⁶

Nos aspetos morfológico, sociológico e paisagístico, Portugal sofreu, ao longo do século XX, bastantes alterações, fruto das razões supracitadas: **a)** movimentação da população rural para a cidade e mutação das populações camponesas para populações urbanas; **b)** proliferação de cidades médias que viram aumentar, em média, o seu número de habitantes; **c)** multiplicação de novas atividades do setor secundário e terciário, em concreto a indústria (mineira, metalúrgica, metalomecânica e de construção) e do comércio (a grosso e a retalho, e em especial mais diversificado do comércio alimentar do campo; de grandes superfícies que criam suburbanizações, processos de periurbanização e novas centralidades); **d)** procura de um novo estilo de

¹¹⁵ Cf. Ibidemp. 59

¹¹⁶ Cf. Seminário Internacional *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional* de Coimbra, 1989 (1990), Coimbra, Comissão da Coordenação da Região Centro (org.), em particular o Mapa I – Taxas de Urbanização – 1981, p. 105.

vida e consequente deslocação espacial em prol de um novo bem-estar, associado à dinâmica urbana.¹¹⁷

Ao nível morfológico, várias importantes transformações se passaram, como por exemplo a estrutura de exploração agrícola e ainda a ocupação e planeamento urbano. Ao nível da exploração agrícola esta foi diminuindo em número e, em certos casos, aumentado em dimensão, mantendo-se um determinado sistema tradicional, dos latifúndios a sul e os minifúndios a norte. Por sua vez, a morfologia mudou, em virtude das novas tecnologias da informação e comunicação que alteraram o espaço. A exploração agrícola e a paisagem agrária começaram a apresentar, ao longo da segunda metade do século XX e especialmente a partir dos anos oitenta, um grau de sofisticação notório, em que a enxada e o arado dão lugar ao trator e ao motocultivador, assim como a casa, o anexo, a quinta e o jardim outrora facetas da pobreza rural, são elementos substituídos por outros mais modernos e com traços e equipamentos claramente urbanos. O espaço rural, como o espaço urbano, torna-se heterogéneo, cheio de influências simbióticas e mútuas, que morfológicamente se expressam. O espaço urbano, pelo seu movimento aglutinador, transforma espaços periféricos que, outrora, viveram uma dinâmica rural, e, por sua vez, pelo acentuado desenvolvimento do setor secundário e terciário (dependendo do caso) criam uma periferia urbana com novas funcionalidades. Formam-se os subúrbios e as periurbanizações, de origem rural, estendendo o urbanismo, e apresentando espaços com novas funcionalidades.

Apesar de Coimbra ser o nosso estudo de caso, não podemos deixar de alertar para os casos de Castelo Branco, Lamego, Leiria, Aveiro, Braga, Almada, etc. Se, por um lado, algumas cidades apresentam um claro dinamismo rural ainda em pleno século XX, outras, devido à sua localização junto à costa, dependem fundamentalmente das pescas e da indústria transformadora. É o caso do Barreiro, que se tornou o exemplo de excelência de uma urbanização efetiva, mediante a CUF.¹¹⁸

Contudo, são os planos de urbanização e os planos de ordenamento territorial e requalificação que expressam as necessidades dessa nova ordem morfológica, tentando

¹¹⁷ Como se poderá compreender, devido a questões ao nível do número de caracteres permitido para o presente relatório, não poderemos debruçar-nos pormenorizadamente sobre as características e dinâmicas rurais e urbanas de Portugal, daí que façamos apenas um pequeno esboço, dando realce aos fatores demográficos, sociais, económicos, morfológicos e paisagísticos, aqueles que pautam o nosso trabalho. Para conhecimento mais aprofundado veja-se, por exemplo, Teresa Barata Salgueiro, (1999) *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento.

¹¹⁸ A este respeito, para uma obra mais específica, consultar Fernando Sobral, (2008) *Alfredo da Silva: A CUF e o Barreiro: um século de revolução industrial em Portugal: um país, dois sistemas*, Lisboa, Bnomics.

aglutinar de uma forma mais ou menos homogénea um princípio de urbanização da cidade em causa, sem esquecer, para o efeito, a sua interdependência com a periferia rural envolvente, de uma morfologia em transformação.

A cidade, ao expandir-se tomou lugar em novas dinâmicas e, como foi salientado, mesclou-se com o campo, criando uma justaposição urbano-rural.¹¹⁹ A paisagem urbana é portanto uma paisagem difícil de definir, pois não há um critério pré-estabelecido para concordar onde começa o rural e acaba o urbano ou vice-versa. Por sua vez, o que aceitamos como “paisagem urbana” é o que a literatura e o nosso poder de observação nos transmitem como uma paisagem urbana. Uma paisagem altamente povoada, apresentando uma elevada densidade populacional e um número elevado de população total, dinâmica economicamente, especialmente ao nível do setor secundário e terciário, com enfoque para os serviços, equipada com infraestruturas várias, vias de comunicação e residências em altura (prédios, habitações coletivas, etc.). Os novos processos urbanos, como a suburbanização e periurbanização, utilizam espaços altamente rurais de origem e, por isso, é normal encontrar nas franjas de certas cidades um espaço heterogéneo, de pendor urbano mas com uma dimensão rural, tal é o caso de Coimbra (Concelho) que focamos neste estudo de caso e no presente relatório de estágio.

Relativamente aos aspetos sociológicos e psicológicos, a população urbana e rural também sofreu grandes mutações. Devido a essa interpenetração ao nível funcional e, mediante a abertura a novas ideias socioeconómicas, as mentalidades, de cariz tradicionalista dos campos, vieram a adotar novas formas de agir, vestir e, enfim, pensar. A vaga de industrialização e terciarização criou a figura do camponês-operário. O camponês tornou-se, pouco a pouco, assimilado da cidade, e adotou a postura de anonimato do mundo urbano, apostando na sua formação técnica.¹²⁰

Com a entrada na União Europeia, Portugal aderiu a um espaço que, em trinta anos, se tornaria um dos mais urbanizados do mundo. Os países do centro da Europa apresentam valores de urbanização à roda dos 80 %.¹²¹ A União Europeia tende a unificar as suas políticas em prol de um urbanismo que confira qualidade de vida às populações, ao nível urbano concretamente e também ambiental. Ao sair de uma

¹¹⁹ A este respeito ver, Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009), *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, em particular o Cap. 4.1.1. “Relações cidade/campo: simbiose, antagonismo ou justaposição?” p. 58

¹²⁰ Para o estudo sobre a figura do operário-camponês cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Os campos de Coimbra: do rural ao urbano*, Coimbra, dissertação de doutoramento, FLUC, o cap. 4.3. A situação do operário-camponês, pp. 78-82.

¹²¹ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009), *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, p. 207

ditadura de quase cinquenta anos e com uma jovem democracia a braços, onde se insere Portugal neste quadro urbano?

Nos primeiros anos procedeu a uma urbanização bastante desorganizada, confusa e, de um modo geral, sem controlo, que contribuiu para problemas a vários níveis: **i)** ao nível urbanístico, devido ao modelo de cidade adotada; **ii)** ao nível ambiental, por causa dos problemas que advieram da má gestão do espaço e dos recursos; e **iii)** ao nível funcional, porque, no nosso entender, não foi positivo o exacerbar da concentração económica em duas grandes cidades, Lisboa e Porto. A criação de subúrbios foi nefasta nos primeiros anos de Democracia. Sem lei, nem controlo, autênticas cidades foram criadas em espaços que não estavam minimamente preparados para esse fim. O aglomerado correspondente nas franjas de grandes cidades foi prejudicial para a qualidade de vida das populações rurais, em certos casos. Noutros exemplos, houve um planeamento rigoroso.

A vaga de imigração e, em especial, a vinda de retornados, obrigou à aceleração da indústria de construção e, em simbiose, de outras indústrias, como a de fornecimento de eletricidade e água que criou verdadeiros subúrbios os quais, ao longo dos trinta anos que se seguiram, foram assimilados pela rede ou malha urbana, estabelecendo contactos nevrálgicos com o centro da cidade. Porém, apesar desse crescente populacional, apenas 141 cidades concentravam em si cerca de 4 milhões de indivíduos (39% da população recenseada em 2001).¹²² Estas cidades representavam, em termos espaciais, 2 % do território nacional, registando uma densidade populacional média de cerca de 2. 187 hab/Km².¹²³ A este urbano concentrado, apresenta-se, cronicamente, um rural de baixa densidade populacional e pouco dinâmico ao nível da sua funcionalidade, de um modo geral, especialmente se pensarmos no interior do país e em determinadas regiões do sul. Mesmo antes da entrada oficial na CEE, este quadro rural-urbano estava bem patente em Portugal (Fig.2)

¹²² Cf. Idem.

¹²³ Retirado de ATLAS das Cidades de Portugal, Vol. II, 2004 in Maria Lurdes Roxo Mateus, *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, p. 208

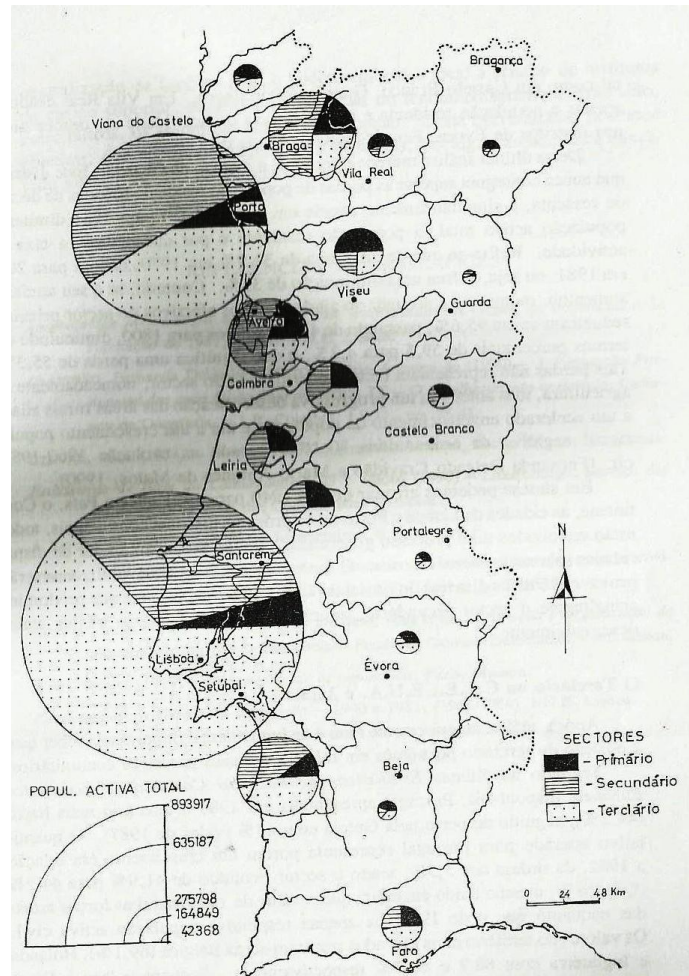


Fig. 2. População ativa por distritos, 1981.

Fonte: OLIVEIRA, J. M. Pereira de e MATOS, Mário Antunes de, (1991) "Terciarização e Desenvolvimento" in *Jornadas de geografia humana - terciarização e desenvolvimento*, Actas, Coimbra, p. 35

Como se pode verificar pelo mapa (Fig. 2), em 1981, o litoral, em particular, as duas grandes cidades, Lisboa e Porto, apresentavam índices baixos no setor primário e elevados no setor secundário e terciário. À medida que nos deslocamos para o interior a agricultura começa a ganhar algum peso, a estrutura da população ativa, no geral, a diminuir e o setor dos serviços e transformador a perder população ativa. Na região centro e, em particular, no eixo Coimbra-Aveiro-Viseu, denota-se a importância da litoralização das atividades e subentende o papel das vias de comunicação, já que a ruralidade decresce à medida que nos aproximamos do litoral e, ao nível da funcionalidade propriamente dita, Coimbra e Aveiro apresentam-se mais afetos, no que toca à estrutura da sua população ativa, ao setor secundário e terciário do que Viseu. No Sul do país, em particular Faro e Beja, excluindo a península de Setúbal (de longa tradição industrial), os índices de população afeta à atividade primária são também

elevados. Se nos guiássemos apenas pelo fator funcionalidade, estaria aqui traçada uma das razões para a forte ruralização do interior e do sul do país e, subseqüentemente, a urbanização do litoral e algumas zonas do centro e norte do país.

Uma nova vaga do crescimento demográfico deve-se sobremaneira ao aumento do perímetro urbano, ou seja, aos fenómenos de suburbanização e periurbanização. A rurbanização também toma um papel de grande enfoque, especialmente na conjugação do espaço heterogéneo supracitado com novas formas de economia no campo.¹²⁴ A criação de centros urbanos secundários e as *auréolas* populacionais à volta deles, que têm uma função de satélite à volta das cidades médias, traduz este fenómeno de rurbanização.¹²⁵ São exemplos disto, no distrito de Coimbra, Lousã, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo.¹²⁶

Portugal apresenta-se assim no início do século XXI como um país cujas territorialidades dependem dos fenómenos de suburbanização, periurbanização e rurbanização e os limites administrativos, extensão artificial da cidade, determinam o crescimento populacional e a situação da população urbana, ao invés do crescimento demográfico efetivo.¹²⁷ A criação de espaços e populações heterogéneas expressam um crescimento do centro para a periferia e uma necessidade de se voltar para o urbano, porém a ruralidade extrema e a falta de infraestruturas para uma industrialização e terciarização efetiva determinam a existência de muitos e diferentes espaços dentro de Portugal.

5.2. Os principais planos urbanos de Coimbra: influências e consequências - De Étienne De Gröer até aos nossos dias

Seguidamente, explorar-se-á os três planos que mais causaram impactos ao nível da paisagística urbana de Coimbra, ou pelo menos que ascendem como as principais ações de transformação urbana que a cidade sofreu, o Plano De Gröer, dos anos 40, o Plano Almeida Garrett, dos anos 50 e o Plano Cota Lobo, dos anos 70.

¹²⁴ Economia, mas também sociedade e estilo de vida, em geral.

¹²⁵ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) cit. p. 209

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Aconselha-se, para um estudo específico da população rural e urbano, ler o artigo de Francisco Sobral, (1987/88) "O gradiente urbano rural no crescimento estatural da população portuguesa entre 1930 e 1980" in Sep. Garcia da Orta, Sér. Antropobiologia, Lisboa, 5 (1-2), 27-34. Esteja o leitor ciente que o artigo referido privilegia os distritos do Sul de Portugal, no caso Lisboa, Setúbal, Évora e Beja.

O Plano De Gröer, de 1940, é um plano urbanístico emanando os ditames e características mais vincadas do Estado Novo português. Começamos por dizer que o seu criador, o engenheiro belga Étienne De Gröer foi, no seu tempo e formação, extremamente influenciado pelas ideias provenientes da corrente urbanística que defendia e exaltava o ideal anti industrial, portanto a Cidade-Jardim.¹²⁸ O urbanista foi influenciado pelos trabalhos de Ebenezer Howard (Fig. 3 e 4) e, deste modo, levou a cabo o primeiro plano urbanístico da cidade universitária.

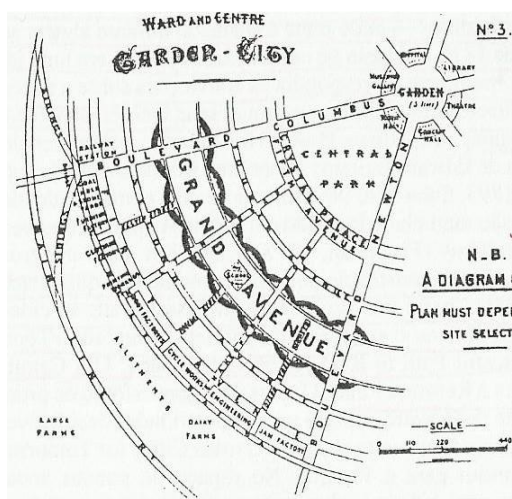


Fig.3. Diagrama da Cidade-Jardim.

Fonte: RELPH, Edward, (2002)

A Paisagem Urbana Moderna

p. 58

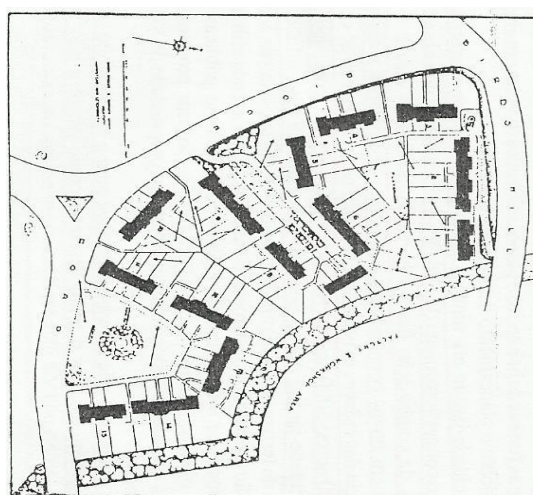


Fig.4. Diagrama da Cidade-Jardim (2). Fonte:

Fonte: RELPH, Edward, (2002)

A Paisagem Urbana Moderna

p. 58

Por muito que o urbanista quisesse fazer a cidade um ponto de grande dinamismo económico (funcionando como um relógio) teria que industrializar a cidade. Esse processo não se verificou com De Gröer e veio a atrasar significativamente os desígnios da cidade. Constatou-se, no entanto, algumas mudanças: de facto, o plano

¹²⁸ Cf. Lusitano dos Santos, (1983) *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra: 1- O Plano De Gröer, Anos 40; 2- O Plano Regulador, Anos 50; 3- O Plano Costa Lobo, Anos 70*, Museu Nacional Machado de Castro, Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp.9-11. “Cidade –Jardim” ou “Garden-City” trata-se de uma corrente urbanística lançada nos anos 20/30 nos Estados Unidos da América que, explicando sumariamente, defendia que os espaços verdes deviam contrabalançar o excesso de urbanismo existente na cidade. A cidade, por sua vez, devia ser dividida em espaços pequenos, zonas, com uma determinada função e rodeadas por uma cintura verde. Para informações especializadas a este respeito recomenda-se a leitura das obras Gordon Cullen (2008), *A Paisagem Urbana*, Lisboa, Edições Setenta e Edward Relph (1987), *“A Paisagem Urbana Moderna”*, Lisboa;

propôs ligar a Avenida de Santa Cruz à Praça 8 de Maio e à Avenida Emídio Navarro, ou seja, uniu três elementos chave da cidade: a Igreja da Santa Cruz, a Câmara e o Mondego.¹²⁹

O próprio urbanista admitiu *que um plano de urbanismo não pode ser senão um programa destinado a dirigir, em linhas gerais, o desenvolvimento duma cidade ou duma região, durante um certo número de anos.*¹³⁰ Consideramos que De Gröer tinha reservas para com o seu plano e que se vieram a verificar, pois os objetivos de construir uma Cidade-Jardim, ou seja, de limitar a população, de limitar a industrialização, de propor a construção de moradias unifamiliares isoladas, de aplicar o conceito do zonamento¹³¹ e de dividir rigidamente as zonas habitacionais por classes sociais, foram, algo malogrados, devido à interpenetração existente do rural e o do urbano e, por prolongação, das funcionalidades das áreas.

Relativamente aos planos de desenvolvimento do urbanista¹³², compreendemos essencialmente que a sua ideia de Coimbra era maioritariamente como unidade residencial, com uma extensão com limites a S. Sebastião, Pedrulha, Coselhas e Cruz de Morouços, a *grosso modo*, na qual as vias de comunicação tinham um papel significativo. A freguesia de Santo António dos Olivais beneficiava do plano ao nível da sua unidade residencial e teria, em suma, um dinamismo voltado para a terciarização. Quanto à industrialização, repare-se que a zona industrial segue o troço EN1, voltado para Loreto, Pedrulha, Coselhas, Relvinha, etc. A zona rural por excelência estava situada igualmente numa área central, na freguesia correspondente a Santa Cruz e S. Martinho do Bispo. Tal zona rural, não transpõe a realidade rural efetiva envolvente, muito mais abrangente, especialmente nos anos quarenta nas aldeias satélite decididas por De Gröer.¹³³

¹²⁹ Veja-se, a este respeito, no Anexo I, a fig. 13.

¹³⁰ Cf. Lusitano dos Santos, (1983) cit. p. 15, cuja fonte original se verifica na nota de rodapé (5) da mesma página.

¹³¹ Zonamento refere-se à divisão restrita de zonas por funcionalidade, como por exemplo a zona industrial, zona residencial, etc.

¹³² Ver, a este respeito, no Anexo I, as figuras 14 e 15.

¹³³ As aldeias satélite reportam-se a uma extensão, segundo o urbanista Étienne De Gröer, para Coselhas, Tovim, Chão do Bispo, Carvalhosa e Várzea.

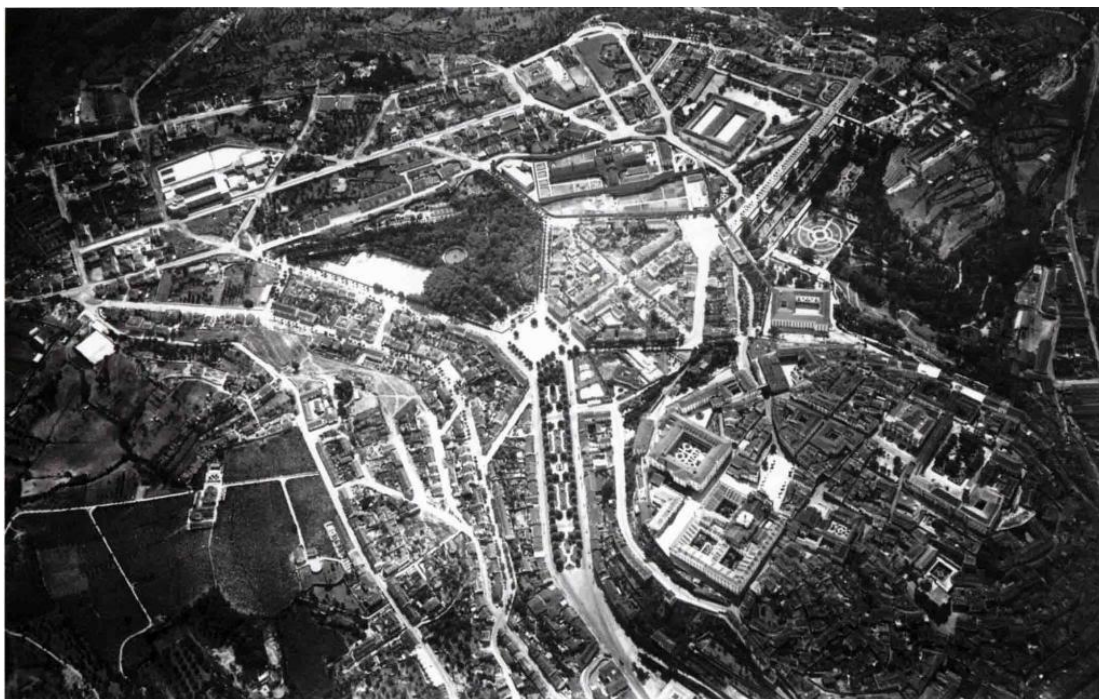


Fig. 5. Vista aérea sobre as áreas dos Bairros de Santa Cruz, Celas, Olivais e o Penedo da Saudade, nos anos 40.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Como se pode depreender pela figura 5, a jeito de comparação entre o projeto (as plantas e mapas) e a realidade efetiva, o rural ainda está muito visceralmente presente com o urbano e vice-versa, mesmo nos anos 40, com a incidência do plano de urbanização em causa. Rodeando os bairros de Santa Cruz e de Santo António dos Olivais, aparecem espaços agrícolas ou pelo menos espaços verdes de grande extensão.

Segundo o urbanista, haveria também áreas a desenvolver e polos/centralidades já existentes.¹³⁴ As centralidades já existentes prendem-se com o processo de suburbanização/periurbanização que se vinha a efetivar desde os anos 30, com enfoque para as áreas respeitantes da freguesia de Santo António dos Olivais, Eiras, S. Paulo de Frades, S. Bartolomeu, S. Martinho do Bispo e, do outro lado do rio, Santa Clara e Ribeira de Frades. Estas freguesias começaram a afirmar-se como novas centralidades mas não a partir deste plano de urbanização, apesar do contributo dado pelo mesmo. De Gröer, viria a reconhecer que era necessário expandir a área de influência de Coimbra ligando-a a outras “cidades-jardim”, segundo o conceito que defendia, as quais se estendiam pelas freguesias de traços altamente rurais, como é o caso de Trouxemil,

¹³⁴ Veja-se, a este respeito, no Anexo I, a fig. 16.

Brasfemes, Taveiro e Cernache. Destas, não tentando adiantar a evolução das territorialidades, distinguir-se-ão as últimas duas.

Em jeito conclusivo, consideramos que o plano apresentou graves deficiências, ao nível de uma fundamentação legítima. Passados poucos anos, com o final da Segunda Guerra Mundial, as suas diretrizes e a ideologia de base não se enquadravam de maneira nenhuma com a necessidade de vitalidade económica que uma cidade como Coimbra devia (e queria) apresentar.

De Gröer esqueceu o desenvolvimento da cidade por intermédio de uma verdadeira industrialização. Industrialização que foi contemplada na zona norte e centro da cidade, ocupando os terrenos do vale de Coselhas e a faixa da Estrada Nacional Porto-Lisboa, porém incipiente. O caminho evolutivo das funcionalidades do centro do concelho, assim como das áreas periféricas, não seguiu esta diretriz e planos de remodelação extensos foram necessários.

O Plano Almeida Garrett, também conhecido como Plano Regulador, desenvolvido nos anos 50, foi uma revisão do plano de urbanização de De Gröer, e teve como fundamento para o desacerto do último razões que se prenderam com **a)** a impossibilidade de se concretizar uma Cidade-Jardim num território escasso em terrenos próprios para as edificações e **b)** o facto de se ter considerado o antepiano como oficial.¹³⁵ Muito embora, esta última razão seja meramente burocrática, o engenheiro Almeida Garrett apresenta uma posição totalmente renovadora, tendo como principais objetivos: a ligação de Coimbra por intermédio de linhas ferroviárias e estradas (linha férrea da Lousã e o troço da Estrada Nacional 1), a expansão comercial e industrial dos terrenos nas margens do Mondego (lembramos o exemplo da Fábrica da Triunfo), o desenvolvimento das ligações da zona Alta com a Baixa e para sudeste, a urbanização efetiva do território com a criação de uma heterogeneidade de zonas habitacionais por classe, a organização do centro para a periferia e, finalmente, o estabelecimento de uma rede de esgotos eficientes. São estes os principais pontos que pautaram a ação do Plano Regulador dos anos 50.

¹³⁵ Cf. Lusitano dos Santos, (1983) cit. p. 41

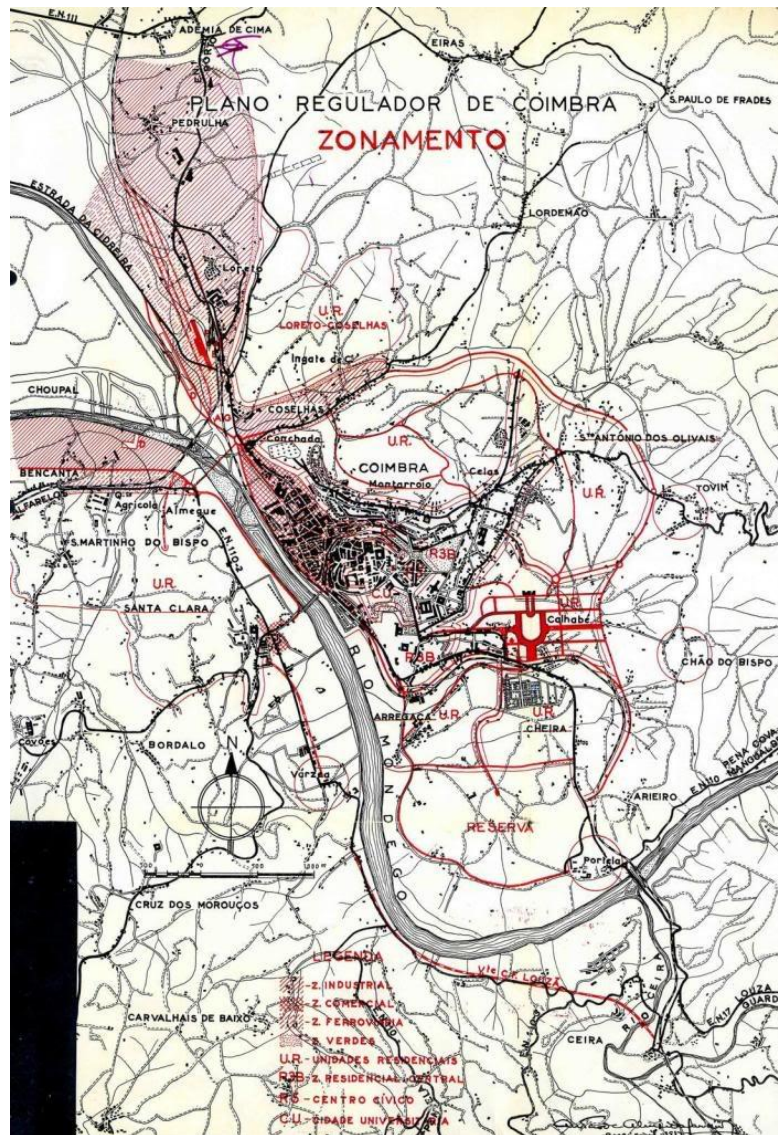


Fig. 6. Plano Regulador (anos 50), segundo o princípio do zonamento, pelo engenheiro Almeida Garrett.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

O princípio do zonamento esteve na base do trabalho do engenheiro, porém, como é possível determinar pela figura 6, o zonamento defendido é de extensão e não contração. De facto, Almeida Garrett estende a zona industrial, alargando-a consideravelmente no centro e norte da cidade, aproveitando os alicerces naturais da mesma e o plano de De Gröer. Cria, igualmente, uma zona ferroviária e zona comercial que correspondem sensivelmente às freguesias do núcleo central, cada vez mais estendidas numa progressão Norte/Nordeste. Inventa as U.R. (Unidades Residenciais), conferindo especial enfoque para a lomba da Arregaça, Calhabé (Fig. 7), Cheira e zonas envolventes da Solum e atual Bairro Norton de Matos.

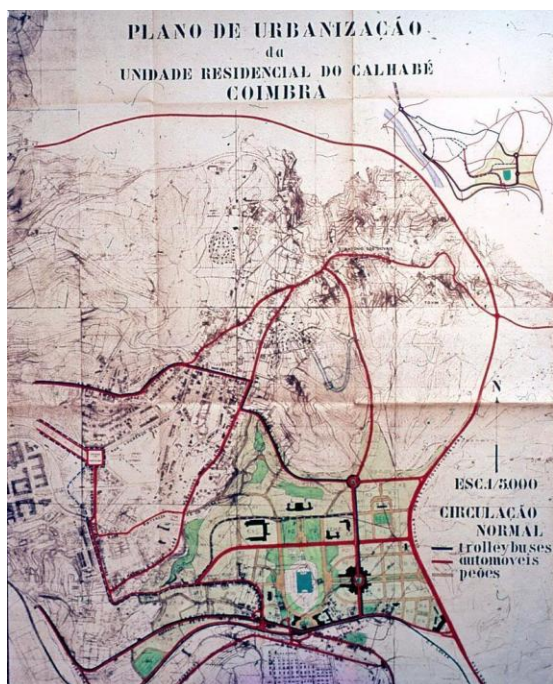


Fig. 7. U.R.¹³⁶ do Calhabé, segundo Almeida Garrett.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

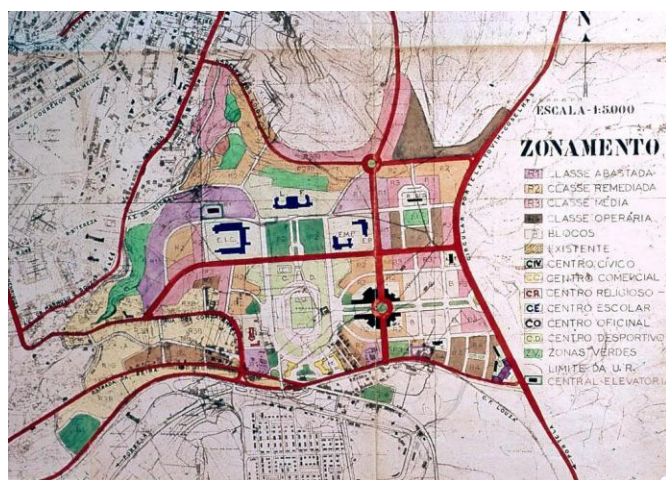


Fig. 8. Zonamento segundo classe e espaço habitacional, mediante o plano de Almeida Garrett.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Como se reparará na figura 8, houve uma tentativa de, nas unidades residenciais, criar um zonamento, segundo classe e espaço habitacional, isto é a classe operária, a classe média, a classes abastada e ainda o centro comercial, centro religioso, centro escolar, etc. Este tipo de zonamento em classes e espaços definidos muito rigidamente foi uma importação (à maneira de De Gröer e da Cidade-Jardim) do princípio de zonamento americano.

¹³⁶ *Unidade Residencial.*

O urbanista almejou a criação de um ideal progressivo de desenvolvimento, muito embora o fomento industrial ainda estivesse imbuído de um sentimento de condicionamento real. Nos anos 50, preservava-se a ruralidade e os tradicionalistas rejeitavam o salto industrial.

O engenheiro tentou que Coimbra fosse grande com aparência de pequena. Regeu o seu movimento urbano, de novo, pelo ideal do zonamento e manteve a estrutura proposta pelo antepiano, sendo que as grandes diferenças se verificaram a nível das zonas residenciais (que se tornaram heterogéneas quanto às classes sociais e começaram a admitir a expansão populacional) e das zonas industriais. Nestas últimas surge a primeira grande desilusão, porque, apesar de uma expansão clara de duas para seis zonas (Coselhas, Loreto, Cheira, Arregaça, e Bencanta, sendo que a última servia para a indústria pesada), permanece o mesmo erro, que se prende com a separação do que é urbano e do que é industrial, sendo isto um entrave para a vitalidade económica da cidade em causa. O plano tornar-se numa regulação ou regeneração da paisagem, se esta tomar comportamentos anárquicos ou perder a total vida económica.

Com efeito, perder a vida económica é destruir a paisagem urbana e exacerbar essa vitalidade é construir, sem regras, a mesma paisagem, isto é, o significado que os urbanistas antigos davam ao plano urbano não se coloca mais no caso de muitas cidades europeias, e Coimbra (um pouco mais tarde é certo) sentirá isso mesmo. Os planos transformam-se, desta maneira, em entidades importantes do ponto de vista regulador ou regenerador da vida e imagem de uma cidade.¹³⁷

O plano em causa teve um efeito na paisagem e morfologia urbanas e rurais, tomando o pêndulo urbanizador em certas áreas periféricas, que se tornaram, pouco a pouco, no caminho para os anos setenta, novas centralidades de Coimbra. Tal se prendem com as freguesias de Santo António dos Olivais, S. Bartolomeu, S. Paulo de Frades, Eiras, Santa Clara, S. Martinho do Bispo e Santa Cruz, essencialmente.

¹³⁷ Veja-se, a este respeito, no Anexo I, a fig. 17.



Fig. 9. Avenida Emídio Navarro, anos 50.

Fonte: IBMC (Imagoteca, da Biblioteca Municipal de Coimbra)



Fig. 10. Vista aérea sobre o Bairro Norton de Matos, em 1959.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Se observarmos estas duas áreas (Fig. 9 e 10), mais ou menos na data da atuação do plano de Almeida Garrett, tiramos duas conclusões essenciais: o processo de

urbanização efetiva da periferia e a afirmação dos transportes no centro urbano. Porém, uma outra conclusão contrapõe as duas primeiras, trata-se da esmagadora envolvimento rural presente na paisagem da primeira fotografia (Fig. 9) e, de um modo geral, a proliferação ou promiscuidade da atividade agrícola na segunda (Fig. 10) que, à entrada dos anos sessenta e durante a maior parte dos anos desta década, continuaria a manifestar-se nos arredores da zona residencial do Calhabé. Com o exacerbar do setor terciário e com o advento de grandes superfícies comerciais e serviços de toda a ordem, estas zonas passam a fazer parte de um *continuum* urbano com o centro, muito embora se desenvolvam mediante os fenómenos de suburbanização e periurbanização, especialmente o Vale das Flores. Por essas razões, a paisagem apresentará, durante muito tempo, e até atualmente, características sincréticas, entre o rural e o urbano.

O plano Costa Lobo foi o P.U. mais criticado entre os três colocados em prática, antes do fim do Estado Novo. Apesar de ter sido redigido antes de ser instaurada a Democracia em Portugal, foi apenas aprovado após o 25 de abril de 1974.¹³⁸ Propunha uma visão muito mais radical, quanto à organização urbanística da cidade, que não foi aceite sem contestação. Com efeito, criticou-se essencialmente as estruturas organizativas da comissão que elaborou e aprovou o plano apresentando uma concepção de anti-plano, ou seja, a comissão advogava que a cidade se regulamentava por uma orgânica urbana própria e, por isso, esse organismo autónomo devia apenas ser balizado, mais do que modificado. Como está escrito no plano, este apresenta-se como *um plano-processo que tem, além daquele, a dimensão tempo*.¹³⁹

Outro aspeto importante é que se considerava o plano não interventivo, mas apenas instrumento de gestão. Esta gestão estava consignada a uma organização específica. A organização concretizou-se pela divisão em malhas e setores, cuja gestão tinha como objetivo pleno a *contribuição para o bem comum*.¹⁴⁰ As áreas foram divididas especificamente como forma de uma mais fácil atuação. Um especial enfoque foi conferido às áreas periféricas, cuja transformação, do rural para o urbano se tinha vindo a acelerar ao longo dos anos e, nos anos setenta e oitenta, caminhavam para um posto de complementaridade da malha urbana, mais do que um contraste.

¹³⁸ Cf. Lusitano dos Santos, cit. p. 63

¹³⁹ Cf. Lusitano dos Santos, cit. p. 72.

¹⁴⁰ Cf. Lusitano dos Santos, cit. p. 76

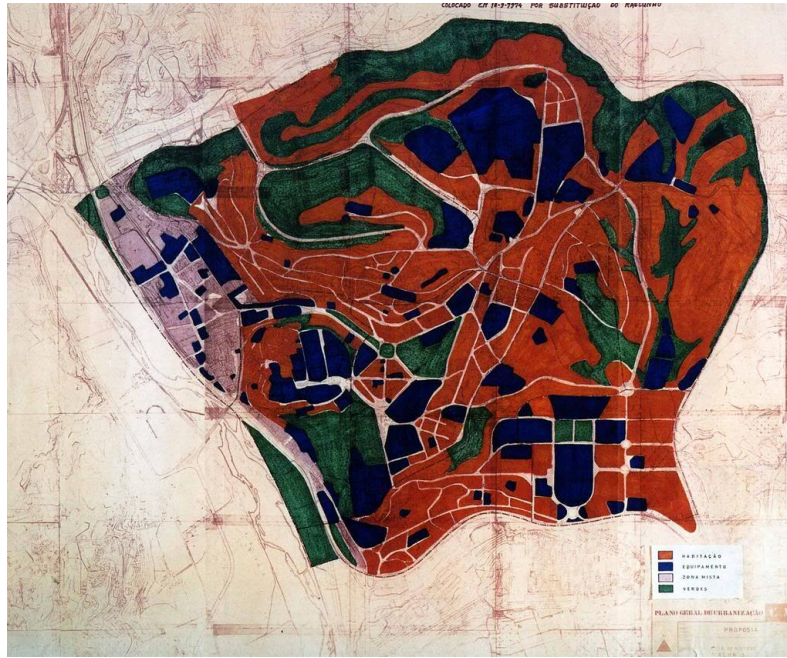


Fig. 11. O Calhabé, mediante divisão por área ou zona, segundo Manuel Costa Lobo.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Como se vê na figura 11, houve, à semelhança de outros urbanistas, uma divisão por zona, porém a mescla de funções e a sua interdependência e complementaridade é impressionante. A vermelho encontramos a zona de habitação, esmagadora na parte do plano em causa, a cor azul está representada a zona de equipamento que corresponde, de uma forma global, às grandes superfícies comerciais, ao estádio e a outros pontos de serviços mais específicos, a verde, as zonas verdes, que proliferam aqui e ali no plano e estão bem patentes nas partes periféricas desta nova centralidade, assim como no centro e, por fim, a branco, encontramos a zona mista, que, como o próprio nome indica, está indicada para os espaços de grande heterogeneidade funcional (vias de comunicação, sobretudo). Sobressai, no nosso entender, a heterogeneidade das funções, a existência das “zonas verdes”, herdeiras da antiga paisagem rural, a proficuidade do aspeto habitacional e a prova do contíguo espaço urbano rural. Depreende-se, por esta parte do plano, que, pouco a pouco, os urbanistas aceitam uma realidade incontornável: a criação de novas centralidades na periferia, mediante os fenómenos de suburbanização (1), periurbanização (2) e rurbanização (3). Ainda a contar como fator intrínseco está o fenómeno de esvaziamento do centro da cidade que, atua com o processo de rurbanização, em que a suceder um antigo êxodo rural começa a verificar-se uma nova “deriva urbana”, especialmente pela saída de pessoas do núcleo central da cidade.

Em 1971, esta forma de atuar especificamente sobre determinadas áreas, cristaliza-se num plano urbano, levado a cabo pelo arquiteto Eduardo Ferreira, para a região do Vale das Flores, a qual estava em constante mutação havia quatro décadas.¹⁴¹ No que toca ao ano de 1970, o urbanista salienta que *a zona densamente construída se localiza na cidade de Coimbra e zona de Santa Clara, havendo uma tendência de crescimento para a zona de Santo António dos Olivais e Tovins.*¹⁴² Segundo o mesmo urbanista há uma tendência de crescimento para Bencanta, Pedrulha e Adémias. As duas primeiras áreas com tradição industrial.

No Plano Geral de Urbanização de 1974, Manuel da Costa Lobo identifica uma tendência de crescimento na margem esquerda do Mondego que, na época em causa, era constituída por população rural, mas que se começava a transformar em população urbana aquando da assimilação pelo núcleo urbano central.¹⁴³ Ao nível da periferia urbana, ele foca os casos de S. José, Santo António dos Olivais, Montes Claros, Pedrulha e Adémia. Acabando o nosso estudo sobre a ação de Manuel Costa Lobo, fica uma pequena reflexão sobre a intervenção periurbana, de autoria do urbanista:

Devemos intervir nas áreas periurbanas,

*(...) pela adopção de atitudes e programas de planeamento urbanístico activo, incluindo formas de gestão e estímulo, e acções de antecipação à expansão urbana, com o fim de salvaguardar valores de património cultural económico, garantir a disponibilidade dos espaços necessários à expansão habitacional, industrial e demais equipamento, zelar pelo equilíbrio de soluções realistas e equitativas.*¹⁴⁴

Apesar do plano ter ficado aquém das expectativas coloca, de uma forma séria e concreta, na ordem da discussão, os tópicos dos valores culturais, do desenvolvimento sustentável, do setor secundário e terciário, da participação e dinamização de projetos levados a cabo por habitantes locais, na recolha de informação assim como a organização da mesma no chamado “Banco de Dados”, etc.

¹⁴¹ Veja-se, a este respeito, no Anexo I, a fig. 18.

¹⁴² Cf. artigo Capítulo 4. Ordenamento da Periferia Urbana em Coimbra no Século XX in http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=Cap.%204%20Ordenamento%20da%20Periferia%20Urbana%20De%20Groer%20pdf&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frepoitrio.iul.iscte.pt%2Fbitstream%2F10071%2F1304%2F11%2F40_Cap4_Orden_PUC_SecXX.pdf&ei=BuTnUdP_KLKS7AaauYC4DQ&usg=AFQjCNHzE21zPSzOIWUZcSFHvlehSmxoRA&bv m=bv.49478099.d.ZGU

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Ibidem.

Não obstante os programas de requalificação e os planos de urbanização¹⁴⁵, desde os anos 80 até ao início do séc. XXI, a paisagem de Coimbra foi densamente alterada, e a criação de um espaço com novas centralidades, proveniente de múltiplos fatores, tem sido o panorama verificado.

5.3. Áreas rurais e urbanas em Coimbra

Neste subcapítulo tentaremos traçar um esboço relativo às principais áreas do Concelho Coimbra, ora pela escala das freguesias, ora incidindo o nosso estudo sobre uma área mais específica (Bairro p.e.). Esse estudo tentará definir as áreas predominantemente urbanas e rurais, admitindo a interpenetração dos dois fenómenos na realidade efetiva.¹⁴⁶ Como forma de caracterizar o urbano e o rural nos diferentes espaços da nossa realidade de estudo, selecionamos determinados critérios. Os critérios escolhidos foram o demográfico/populacional, a(s) funcionalidade(s) da área, a paisagem e morfologia e os aspetos sociológicos, psicológicos e culturais. Como o urbano e o rural não são fenómenos simples, tentamos justificar a sua presença em determinadas áreas escolhidas neste estudo de caso, ora através de literatura científica (especializada e/ou geral) ora através de dados estatísticos.

Em primeiro lugar, passemos a uma análise populacional de referência geral, no que toca ao nosso estudo de caso. Ao longo do século XX até ao desembocar do séc. XXI, Coimbra (concelho) cresceu bastante ao nível populacional, apesar de nem sempre de forma homogénea em termos das suas freguesias. É certo que a imagem de Coimbra no início do século e, provavelmente, até 1930, pressupunha um concelho (e talvez mais real, se pensarmos em termos distritais) rural. O que modificou nestes primeiros anos essa identidade rural e, paulatinamente, a urbanizou foram três fatores já contemplados neste estudo (ou, pelo menos, referidos), os quais são **a**) a tradição universitária, que fazia afluir população dos mais variados lugares do país; **b**) os transportes, em particular o transporte ferroviário inaugurado em 1911; **c**) o “surto industrial” vivenciado nos primeiros trinta anos do século em causa, que ajudou a desenvolver as franjas do concelho e que, associado aos transportes, criou um movimento populacional de algum

¹⁴⁵ Poderíamos focar ainda o Plano Diretor Municipal de Jorge de Carvalho, de 1994, porém parece-nos superficial colocar a sua exploração neste relatório, ficando apenas a indicação deste plano para exploração do leitor.

¹⁴⁶ Sobre a problemática da distinção urbano-rural ver o artigo de António Gama, (1992) “Urbanização Difusa e Territorialidade Local”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34 de Fevereiro de 1992 pp. 161-172.

dinamismo. As transformações na paisagem e os fatores sociais e económicos estudaremos mais à frente, por agora interessa-nos a evolução populacional.

O concelho de Coimbra em 1900 apresenta 54.711 habitantes, dos quais 25.188 viviam nas freguesias da Sé Velha¹⁴⁷, Santa Clara, Santa Cruz, Santo António dos Olivais, S. Bartolomeu e Sé Nova¹⁴⁸, portanto, de uma forma geral, o núcleo central, com exceção de Santo António dos Olivais que por uma posição mais periférica, dará azo ao fenómeno de suburbanização e periurbanização. Entre 25.188 moradores, 57 % eram analfabetos. Este número reduzido de habitantes parece ainda mais díspar se compararmos com o distrito (332. 168) e leva-nos a crer que estamos perante um panorama altamente ruralizado. Entre 1911 e 1920, os dados não têm grande alteração, registando-se no primeiro ano uma população de 62. 423 (um aumento relativamente a 1900) e no segundo ano uma estagnação, dado o valor de 62. 478 de habitantes.¹⁴⁹ O núcleo central (as freguesias expressas acima) sofreu a mesma estagnação, apresentando em 1911 29.115 habitantes e em 1929 o número de 30.010 habitantes. As razões para esta estagnação ou reduzido crescimento¹⁵⁰ prendem-se com fatores exógenos, entre os quais são apontados a mobilização para a guerra 1914-1918 e a pandemia de gripe pneumónica de 1918-1919. A morte e a mobilização, juntando-se aos incipientes desenvolvimentos da medicina transformaria Coimbra num concelho estagnado a nível populacional mas, paradoxalmente, como veremos em aspetos posteriores, vivenciando algum dinamismo industrial. Ainda assim, tudo aponta para um cenário rural. Em 1930 verifica-se uma diferença na contagem, pois a *população de facto* irá dar lugar à *população residente e população presente*, distinguidas nos censos.¹⁵¹ A população residente de 1930 em Coimbra (concelho) era de 77. 439, um aumento significativo de mais de 15.000 habitantes desde 1920, sendo que as freguesias de Sé Nova, Santa Cruz e Santo António dos Olivais registavam os maiores quantitativos, justamente numa extensão do centro para a periferia, respetivamente de 10.927, 8.592 e 8.729.¹⁵²

No ano de 1940, importantes modificações ocorrem especialmente por influência ou contágio. O aumento populacional do núcleo central estende-se à periferia,

¹⁴⁷ Em dados posteriores, esta freguesia será substituída pela Almedina e deixará de aparecer nos estudos.

¹⁴⁸ Cf. Armando Carneiro da Silva, (1967) “Evolução Populacional Coimbrã” in Sep. do Arquivo Coimbrão, Vol. XXIII, Coimbra, p. 91.

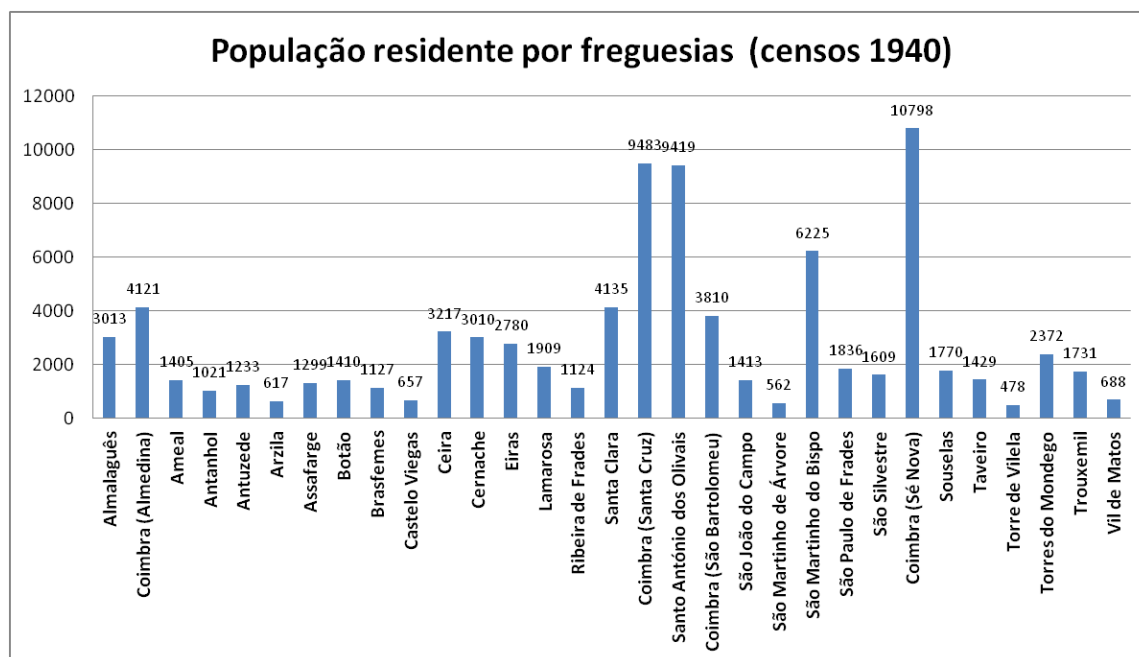
¹⁴⁹ Cf. Idem. pp. 92-93

¹⁵⁰ Tenhamos em conta que o distrito decresce nos anos de 1911 para 1920 de uma população de 359.387 para uma de 353.121.

¹⁵¹ Cf. Armando Carneiro da Silva, (1967) “Evolução Populacional Coimbrã” in Sep. do Arquivo Coimbrão, Vol. XXIII, Coimbra, p. 93

¹⁵² Cf. Idem. p. 93

iniciando um fenómeno de periurbanização nas áreas tipicamente rurais, em particular pela composição de dois bairros na freguesia de Santo António dos Olivais, o Marechal Óscar Carmona (atual Bairro Norton de Matos) e o de Celas. O fenómeno é notório na área do Calhabé, Solum, Vale das Flores e Tovins. A população que afluiu a estes bairros ou que habitou as zonas residenciais construídas não se apresentou, numa primeira fase, homogénea, ou seja, puramente urbana, mas sim com traços de ruralidade vastos e vincados. O mesmo se passou, em traços gerais, em Santa Clara. Considera-se esta população suburbana ou rural, ainda. Eiras, por sua vez, também sofre uma importante remodelação, sendo constituída brevemente como parte da malha urbana. Verifica-se um aumento generalizado em todas as freguesias e o concelho atinge os 85.702 habitantes.¹⁵³ Forma-se uma outra freguesia, Torres do Mondego, que alberga lugares com um cariz rural pertencendo antes a S. António dos Olivais. Talvez seja uma nota importante para compreender sobremaneira a consciencialização da diferenciação do rural e do urbano dentro da freguesia e, paradoxalmente, a multiplicidade dos mesmos conceitos quando pensamos da influência dos elementos urbanos nesse espaço tipicamente rural.



Gráf. 1. População residente por freguesias, segundo os Censos de 1940.

Fonte: Elaboração própria. Obtido a partir do VII Recenseamento Geral da População, Distrito de Coimbra, Vol. VII, de 12 de Dezembro de 1940

¹⁵³ Cf. Ibidem. p. 95

Verificando o Gráf. 1, reparamos que, paradoxalmente, Eiras ainda continua bastante incipiente, ao nível da população residente que apresenta, em comparação com Santo António dos Olivais, porém as duas freguesias representam, em escalas diferentes, um mesmo fenómeno, o de suburbanização/periurbanização, neste estágio do processo. Olhando de novo o gráfico, podemos separar em três grupos, nesta fase, os fenómenos típicos do rural e urbano, tendo em conta apenas o fator população. Um primeiro grupo reporta-se às freguesias urbanas, ou seja, ao núcleo da cidade (Almedina, Santa Cruz, Sé Nova, S. Bartolomeu e partes de Santa Clara e Santo António dos Olivais), num segundo grupo as freguesias que estão a passar pelos processos de suburbanização/periurbanização (Santo António dos Olivais, Santa Clara, Eiras e S. Martinho do Bispo) e, por fim, o terceiro grupo, referente às freguesias tipicamente rurais (pelo menos, ainda, nesta altura), no caso todas as outras, em especial Botão, Vil de Matos, Torre de Vilela e Torres do Mondego.¹⁵⁴ Verifica-se uma interpenetração rural-urbano mais do que a dicotomia campo-cidade. Porém, no ano de 1940, tal só é aplicável aos casos específicos das freguesias mais próximas do centro urbano. As restantes freguesias ainda aparentam uma ruralidade tão profunda que não apresentam grande promiscuidade de elementos urbanos.

Em 1950, o Concelho de Coimbra obteve um aumento para 98.027 da população residente, sendo de salientar um crescimento significativo em Santo António dos Olivais, para 13.199 habitantes, evidenciando um processo de extensão da malha urbana e acusando a afluência aos novos bairros da zona do Calhabé. De salientar ainda Sé Nova com um aumento de quase 3.000 habitantes, com 12.585 no total da população residente. Almedina porém não verifica um aumento substancial nem mesmo Santa Cruz. As freguesias rurais apresentam números parecidos. De um modo geral, as freguesias do núcleo urbano ostentarão um crescimento mais paulatino. Dez anos depois, em 1960, o aumento é exponencial. O fenómeno de suburbanização está a transformar a paisagem, alterando a periferia, urbanizando (periurbanização) e, simultaneamente, forçando à perda de população de certas áreas centrais. Almedina, por exemplo, passa de 4.332 (1950) para 3.705 (1960) e Santa Clara estagna praticamente, de 5.473 (1950) para 5.706 (1960). No entanto, um aumento geral é o cenário real, com o Concelho a apresentar 106.404 habitantes, e a freguesia de Santo António dos Olivais

¹⁵⁴ Não queremos com isto dizer que todas as outras freguesias em 1940 estão desprovidas de áreas com elementos urbanos.

a denotar um aumento explosivo para 18.015.¹⁵⁵ Sé Nova, porém perde cerca de 2.000 habitantes. Estamos perante a desruralização da população e a criação de uma massa populacional mais urbana, influenciada por movimentos centrífugos. Os bairros criados aumentam o fluxo populacional e uma modificação comportamental aflui também nessas novas áreas. Continua-se a densificação das áreas, apresentando Sé Nova 7.103 hab./Km² e Eiras 442.1 hab./km², porém foi S. Bartolomeu com 15686,4 hab/Km²¹⁵⁶ que atingiu um dos patamares mais elevados. Paradoxalmente, a população residente de S. Bartolomeu decresceu de 3.707 para 3.451¹⁵⁷. Devido ao seu reduzido espaço, não é um bom exemplo para uma freguesia indicadora de desenvolvimento, estagnação ou contração, sendo no entanto considerada no nosso estudo tal como a outras.

Avançando no tempo para dados mais recentes¹⁵⁸, em 1981, realçamos que se acelera o processo de dispersão da população para as franjas urbanas próximas e a continuação de um relativo decréscimo populacional nas freguesias centrais. Santo António dos Olivais e Santa Clara são exemplos de freguesias que mais cresceram. A Doutora Maria Lurdes Roxo Mateus apresenta a chamada “extensão e mancha de óleo” que se verifica mais acentuadamente em S. Martinho do Bispo e Eiras¹⁵⁹ S. Bartolomeu continua a perder população e o fenómeno de periurbanização é ostentado com mais veemência em freguesias até aqui que consideramos tipicamente rurais, como S. Paulo de Frades, S. Silvestre, Trouxemil e S. Martinho da Árvore (da margem direita) e ainda Assafarge, Antanhol e Ribeira de Frades (margem esquerda), onde há uma subida da densidade populacional significativa (Gráf. 2).

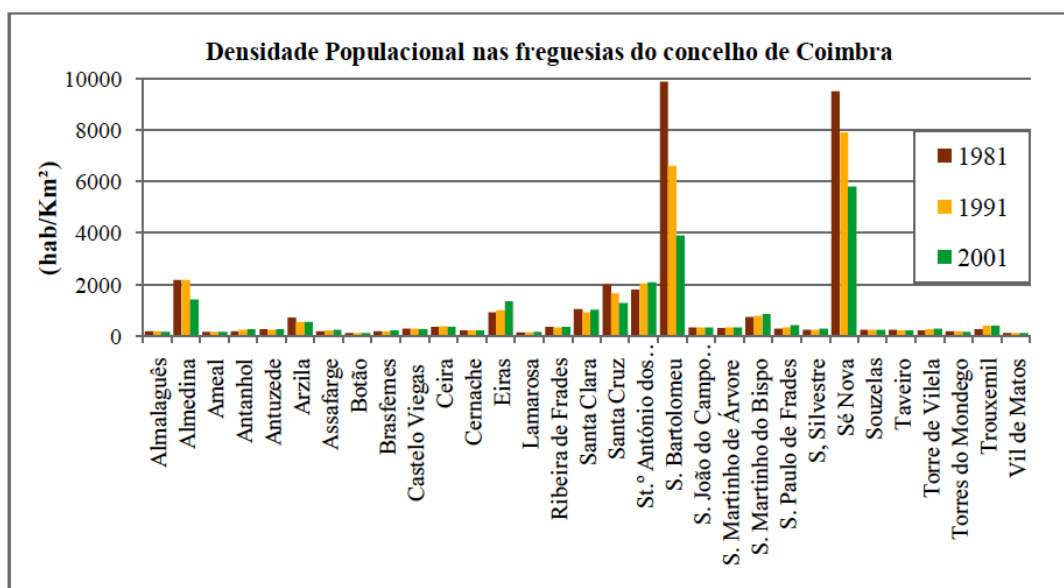
¹⁵⁵ Cf. Armando Carneiro da Silva, (1967) “Evolução Populacional Coimbrã” in Sep. do Arquivo Coimbrão, Vol. XXIII, Coimbra p. 99

¹⁵⁶ Dados retirados de Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, Coimbra, dissertação de doutoramento, p. 217

¹⁵⁷ Cf. Armando Carneiro da Silva, (1967) “Evolução Populacional Coimbrã” in Sep. do Arquivo Coimbrão, Vol. XXIII, Coimbra, p. 99

¹⁵⁸ Infelizmente, por motivos de acesso às fontes, não conseguimos obter os dados de 1970 relativamente à população residente, o que nos obrigou a avançar para os dados de 1981.

¹⁵⁹ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus (2009), cit. pp. 217-219



Gráf. 2. Evolução da densidade populacional em Coimbra, nos anos de 1981, 1991 e 2001.

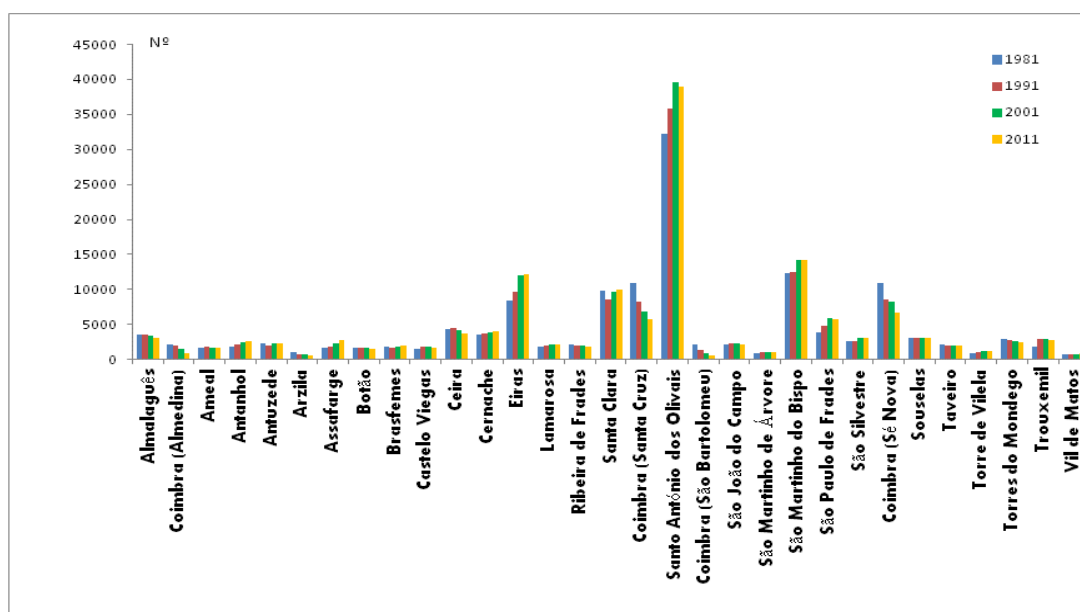
Fonte: MATEUS, Maria Lurdes Roxo, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, p. 219.

Denote-se, principalmente, no gráfico 2, o ano de 1981 e os valores salientes de Eiras e S. Martinho do Bispo, freguesias representativas da extensão periurbana de proximidade.¹⁶⁰ No que toca à evolução da densidade populacional especificamente entre 1991 e 2001 e especialmente no que diz respeito às freguesias do núcleo urbano central, regista-se um declínio, acentuado no caso de S. Bartolomeu e relativo se atentarmos a Almedina e Santa Cruz. Contudo, na ótica dos processos que temos vindo a revelar, Eiras, Santo António dos Olivais, Ribeira de Frades, Santa Clara e São Martinho do Bispo apresentam-se como exemplos do fenómeno de periurbanização. Deve-se referir, igualmente, a extensão espacial da cidade. Tal expressou-se em dois momentos: até à primeira metade do séc. XX mediante uma manutenção dos limites do núcleo central e um tímido processo de suburbanização e da segunda metade do século XX até à atualidade através da extensão das áreas periféricas (periurbanização) e, subsequentemente, esvaziamento de população e atividades do centro urbano. Poucas áreas sobreviveram aos “tempos urbanos”, sendo de apontar que apenas as freguesias

¹⁶⁰ Consideramos uma “extensão periurbana de proximidade” as freguesias rurais que, estando mais próximas do núcleo urbano central, entram num processo de mutação, apresentando traços diversos numa primeira fase e estando quase completamente assimilados numa segunda. Uma “extensão periurbana de afastamento” seria, por exemplo, o caso de Trouxemil, em que estando completamente afastado do núcleo central se verifica uma promiscuidade de elementos rurais e urbanos. Consideramos que a evolução dos transportes e das vias de comunicação permitiu uma acessibilidade maior ao nível das aflúncias de tais elementos urbanos para a esfera rural, Daí que concluímos que o urbano tem uma natureza centrífuga.

mais afastadas conservaram uma atitude rural mais ou menos homogénea, como por exemplo Botão, Vil de Matos e Lamarosa.

Se quisermos atentar à população em dados absolutos para uma realidade mais rigorosa da evolução populacional, sobressai uma das freguesias com maior extensão territorial, Santo António dos Olivais, a qual apresenta uma evolução positiva de 1981 até 2001 e uma quebra pouco acentuada em 2011 (Gráf. 3). Olhando, novamente, para S. Bartolomeu obtemos uma realidade mais crua da sua regressão: uma população escassa em regressão galopante. S. Martinho do Bispo, Eiras, S. Paulo de Frades e Santa Clara apresentam um panorama de evolução, em que vários motivos (explorados posteriormente) estarão na base dessa fixação populacional. A inclusão na malha urbana destas áreas periurbanas é um ponto que merece referência.

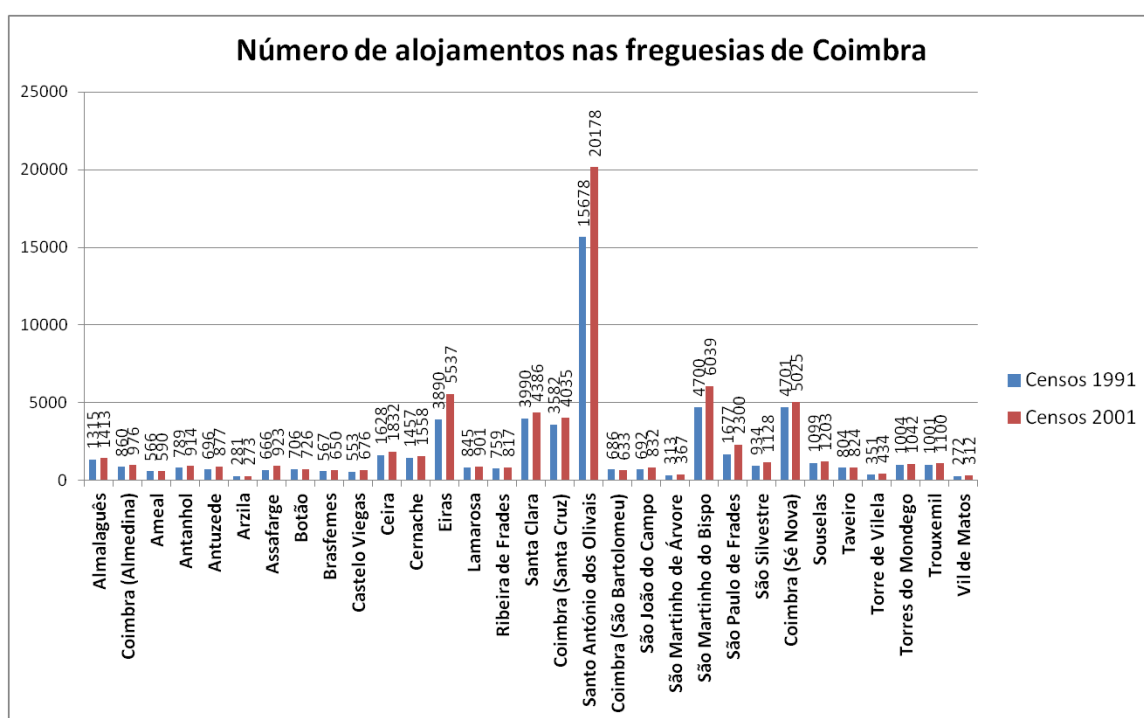


Gráf. 3. Evolução da população residente nas freguesias de Coimbra, segundo os Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

O protagonismo de certas zonas, como os bairros Norton de Matos, S. Romão, S. Sebastião e ainda Celas, Tovim e Adémia, como autênticas “ventosas” da população, pelo seu cariz residencial, estiveram na base do aumento da população residente em freguesias periféricas. A Solum e a área do Calhabé são também casos dos mais representativos da evolução da área residencial. O número de construções deu azo a uma indústria de construção rica ainda nos anos 20/30 nestas áreas que não floresceu, devido ao imenso protagonismo das atividades terciárias. Os alojamentos são um bom indicador dessa mesma faceta residencial (Gráf. 4), porém apenas obtemos dados da

última década do séc. XX. Ainda assim, admitimos que a evolução poderá ter sido exponencial na altura da criação de algumas destas áreas, especialmente em volta do Vale das Flores, Norton de Matos (em 1950, chamado Marechal Óscar Carmona), Solum, Calhabé e zonas envolventes. Entre 1991 e 2001 a evolução na freguesia de Santo António dos Olivais foi bastante notória, de 15.678 alojamentos para 20.178. S. Martinho do Bispo, Santa Clara e Eiras evidenciam um crescimento manifesto igualmente. As mudanças da paisagem, apesar de serem outro ponto a tratar, refletiram-se devido, principalmente, às construções efetuadas (de habitações e de infraestruturas várias).



Gráf. 4. Número de alojamentos nas freguesias de Coimbra, segundo os censos de 1991 e 2001.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

Aproximando-nos agora de outro critério, o critério funcional, aproveitemos o gráfico 4, para demonstrar não só a população que afluíu e permaneceu, mas também a importância da função residencial de determinadas áreas. Por si o fenómeno não explica o dinamismo socio-económico, no entanto permanece como alicerce de outras características económicas afetas ao local. Dentro das freguesias não podemos admitir uma homogeneidade ao nível da sua função residencial, o que sugerimos é uma tendência. Desta forma, Santo António dos Olivais, até pelo fator populacional, tem uma tradição ao nível residencial, a qual foi adotada por Eiras e S. Martinho do Bispo.

Apesar dos números continuarem a subir nas freguesias do núcleo central, será que isso expressa um novo dinamismo residencial?

De facto, não devemos deixar de considerar outros fatores ao nível da funcionalidade das áreas e, sem nos desviarmos do cerne da questão, como estas áreas se caracterizam. A tendência para a urbanização deste total espacial que é o nosso estudo de caso tem sido a nossa descoberta. O fator residencial acompanha no critério das funcionalidades outros fatores, como a presença do setor primário, em particular da atividade agrícola, da função transformadora e do setor do comércio e serviços.¹⁶¹ A maior parte das áreas periféricas relativas ao núcleo central, isto é, aquelas que estavam posicionadas para o processo de suburbanização e subseqüentemente periurbanização, no início do século XX, apresentavam-se altamente ruralizadas. Além das fontes pictóricas, a toponímia também subscreve o cariz rural das freguesias, por exemplo Santo António dos Olivais apresenta áreas como Pinhal de Marrocos, Vale de Canas e Vale das Flores, que aludem a motivos rurais. S. João do Campo, Eiras, Ribeira de Frades, S. Martinho da Árvore expressam tanto um cariz rural centrado como ribeirinho. A presença dos motivos arbóreos (pinhal, olivais p.e.) sugere as características rurais de base. O núcleo central diferencia-se nos primeiros anos do séc. XX como urbano essencialmente por dois motivos: **1)** as atividades comerciais centrais, em particular o comércio alimentar mas também o comércio não alimentar; **2)** o surgimento dos transportes em 1911 no centro urbano que permitiu a chegada de informação e mão-de-obra da periferia, no caso os transportes rodoviário e ferroviário (Fig. 12 e 13).

¹⁶¹ Tenha-se em conta que os dois setores de atividade (secundário e terciário) foram explicitamente explicados nos pontos 4.2. e 4.3. do presente trabalho, neste ponto estamos a tratar da dinâmica rural e urbana mais concretamente e não da história económica segundo setor de atividade. Compreenda-se que a atividade é apenas um dos critérios para a formação do espaço urbano ou rural. A nossa análise depreende dados relativos às décadas mais recentes.



Fig. 12. Colocação dos Carris em 1910 no Largo da Portagem.

Fonte: GONÇALVES, Guida Manuela Ramalho, (2010) *Coimbra por entre linhas: o transporte colectivo sobre carris e a evolução do espaço urbano*, p.49;



Fig. 13. Largo da Portagem, 1954.

Fonte: IBMC

Observando as duas fotografias acima compreendemos como as vias rodoviárias e ferroviárias (no canto inferior direito da Fig. 13) proliferaram a paisagem urbana do centro e a moldaram. Portanto, os serviços relativos aos transportes são viscerais na construção da paisagem urbana e uma função importante no seu delinear, fator que foi determinante no processo de periurbanização.

Porém, também a indústria teve protagonismo na montagem do cenário urbano.¹⁶² Numa primeira fase prolifera a indústria fabril ou pré-fabril incipiente entre a periferia e o centro urbano, com especial enfoque para a indústria da construção nos espaços que viriam a ser áreas de residência, no caso, especialmente, nas freguesias de Santo António dos Olivais e Sé Nova.¹⁶³ A indústria pesada, porém, fixou-se em pontos que eram altamente ruralizados, ao longo da Estrada Nacional 1, em direção a Coselhas e para o complexo Loreto-Pedrulha, afetando zonas como Relvinhas. Bencanta foi outro importante nó industrial, como partes de Santa Clara, chegando até ao núcleo rijo urbano, com a proliferação de unidades fabris ao longo do Arnado e da área do Mondego (por exemplo a Fábrica Triunfo). A indústria pode ter sido um fator de urbanização de algumas destas áreas mas não foi na esmagadora maioria do território.

A construção do tecido urbano ou dos fenómenos de suburbanização, periurbanização e assimilação urbana dependeu, no caso de Coimbra, altamente, das atividades terciárias, em particular do comércio e dos serviços. Se olharmos para certas zonas da periferia, foram os serviços de consumo, como os educacionais, de lazer, comerciais, de saúde, etc., que levaram à fixação de uma massa populacional, o que por sua vez criou um tecido urbano. Na área do Vale das Flores e do Calhabé, a fixação das escolas (Escola Quinta das Flores e Escola Infanta Dona Maria), dos centros comerciais (*Dolce Vita* e *Coimbrashopping*), dos serviços de lazer (Estádio Municipal de Coimbra e Complexo Municipal de Piscinas) e ainda de Saúde (Centro de Saúde Norton de Matos) foram fatores de fixação da população e da criação de novas centralidades, visto apresentarem os apetrechos necessários para a satisfação das necessidades básicas de um determinado grupo populacional, o qual entrou em mutação de rural para urbano.

Se verificarmos dados mais recentes, o fenómeno de terciarização ultrapassa em larga escala o setor transformador. Compreendemos que a maior parte das freguesias apresentam valores do setor terciário mais elevados que o setor secundário e praticamente inexistentes ao nível do setor primário, o que pressupõe uma dinâmica de urbanização. (Fig. 14)

¹⁶² Para este tópico, leia-se a obra basilar de José Amado Mendes, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra. Para a aproximação da construção da paisagem periurbana relacionado com a indústria, aconselha-se a leitura de António Gama, (1987) “Indústria e Produção de um Espaço Peri-urbano” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 33-54;

¹⁶³ Não podemos deixar de realçar que a indústria pré-fabril e a fabril se fixaram em áreas altamente ruralizadas, por isso quando falamos em periferia estamos a referir-nos a periferia rural. Relembramos, por exemplo, que a área da Pedrulha era um espaço rural antes de ser industrializado.

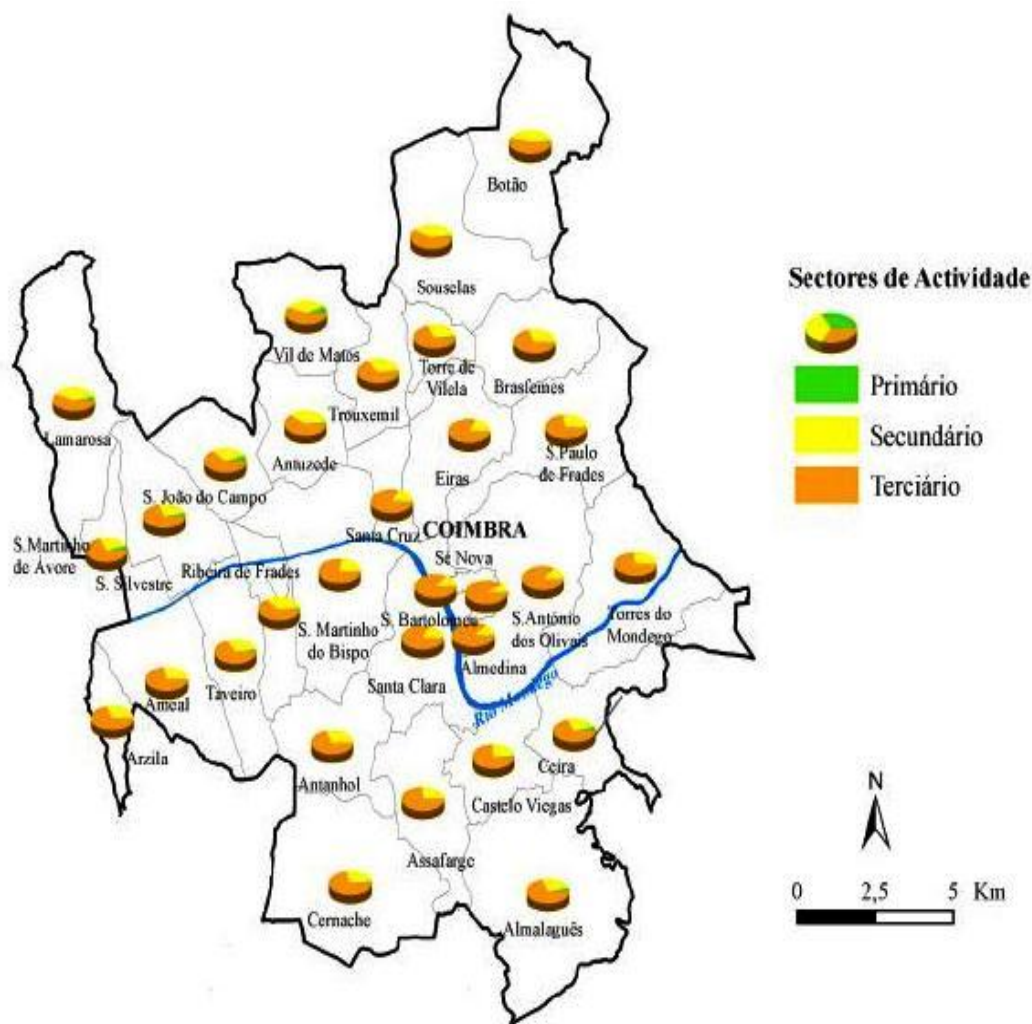


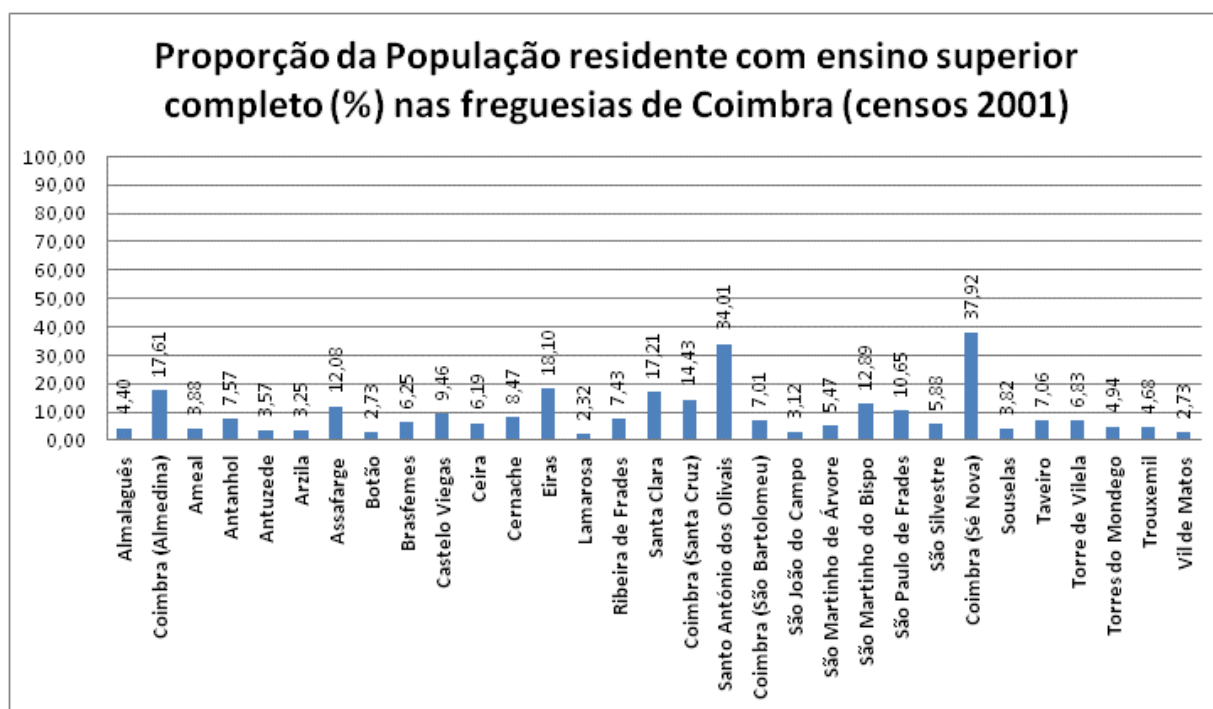
Fig. 14. Mapa das freguesias de Coimbra, por setor de atividade, segundo Censos de 2001.

Fonte: Adaptado e modificado de MATEUS, Maria Lurdes Roxo, (2009), *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, p 253.

Segundo dados do INE, a população das áreas periurbanas afliu e procura as atividades do terceiro setor, tais como aquelas da área da Saúde e Ação Social, Educação, Transportes e Armazenagem e Outras Atividades de Serviços. São especialmente notórios os dados registados, segundo os censos de 2001, de Santo António dos Olivais, Eiras, Santa Cruz e Sé Nova. Das freguesias apontadas, destaca-se Eiras que emergiu como uma área urbana de excelência. Pela tabela analisada¹⁶⁴, o Comércio por Grosso e a Retalho ainda evidencia patentes resultados em S. Martinho do Bispo, Santo António dos Olivais, Eiras e Santa Clara, não deixando de surpreender o resultado diminuto de Santa Cruz (557). Na Indústria Transformadora, os resultados

¹⁶⁴ Veja-se, no Anexo I, a *Tabela I: População empregada por local de residência e atividade económica*, extraído do INE e que não incorporamos no texto devido às dimensões da mesma.

são reduzidos na mesma, mas será correto fazer menção, de novo, a Santo António dos Olivais (1481), S. Martinho do Bispo (890), Eiras (727) e Santa Clara (442). Como se reparará, há uma sobreposição das atividades terciárias, como já mencionado. Ao nível da agricultura são as freguesias de Ceira, Santo António dos Olivais e S. João do Campo que se destacam nos dados relativos a 2001. Santo António dos Olivais prova aqui a amálgama de atividades que formam a paisagem, atingindo números máximos em quase todas as atividades, daí que se defenda que nem toda a freguesia possa se classificada de urbana. Defendemos, enfim, que faz parte da malha urbana, se bem que admitamos que determinados lugares como o Picoto dos Barbados, Vale de Canas (partilhado com Torres do Mondego), Casal do Lobo, Alto de S. João e Pinhal de Marrocos ainda apresentam traços vincados de ruralidade. No entanto, a tendência geral é para a urbanização. O mesmo se passará com S. Martinho do Bispo, que se apresenta urbana com nítidas influências rurais. Castelo Viegas, Trouxemil, Torres do Mondego, Botão, entre outras, são freguesias rurais pela contração da afluência de funcionalidades urbanas, como o comércio, os transportes, as comunicações, os serviços e mesmo a indústria.



Gráf. 5. Proporção da população residente com ensino superior completo (%) nas freguesias de Coimbra, segundo os Censos de 2001.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

Analisando o gráfico 5, depreendemos que talvez a aproximação à zona universitária estabeleça uma maior proporção da população residente com ensino superior completo em determinadas freguesias, como Santo António dos Olivais, Almedina e Sé Nova. Porém Eiras apresenta também uma proporção notória, com 18,10 %. Será que as áreas de dormitório dos estudantes não influenciarão os dados? Onde são estas áreas? Maioritariamente em lugares que acedam ao Polo I e Polo II universitário, assim como às escolas técnicas, ou seja, áreas que se estendem de Santa Cruz, à Almedina até ao centro de Santo António dos Olivais. Seguramente o aspeto dormitório e a proximidade com a universidade garantiram a proporção da Sé Nova (37,92%) e de Santo António dos Olivais (34,01%).

Chegando ao fim da explicitação do critério da funcionalidade, partimos agora com dados suficientes para compreender a paisagem e morfologia das áreas e as caracterizar como urbanas ou rurais, admitindo situações de heterogeneidade e/ou promiscuidade. Visto que não podemos analisar toda a paisagem de Coimbra e os aspetos morfológicos intrínsecos, o que tentaremos fazer é uma abordagem geral. As maiores modificações ocorreram nas freguesias mais próximas do núcleo urbano central, isto é na Sé Nova, Santo António dos Olivais, S. Martinho do Bispo, Santa Clara, Ribeira de Frades, S. Paulo de Frades, Eiras e, até um certo ponto, Ceira. Como alguns distinguirão, ainda se verifica um carácter eminentemente rural em algumas destas freguesias, porém que aspetos da paisagem modificaram? Os traçados agrícolas e elementos vegetais deram lugar aos arruamentos, asfaltamentos e vias rodoviárias e ferroviárias. As florestas e matas dispersas foram substituídas por um gigantesco aglomerado de casas, individuais numa primeira fase, coletivas (prédios) numa segunda. O mercado alimentar com produtos vegetais *in loco* deu também o seu lugar às grandes superfícies comerciais que juntaram serviços especializados de toda a ordem. As escolas começaram a proliferar, lado a lado, com outros serviços que urbanizaram essas áreas. Aos educacionais juntaram-se serviços de saúde e infraestruturas de toda a ordem, sendo provável encontrar, igualmente, os vestígios de alguns complexos fabris, de uma indústria ligada à construção ou talvez a outra atividade especializada. A iluminação expandiu-se por entre os passeios de calçada portuguesa, refletindo a sua luminosidade sobre cafés, farmácias, largos, bancos de passeio, escolas primárias, lojas várias e entradas de prédios, onde uma população cada vez mais diversa almeja terminar os estudos e trabalhar na sua área de residência. O caso da zona do Calhabé é especialmente relevante para compreender esta dinâmica. (Fig. 15 e 16)



Fig. 15. Escola Infanta Dona Maria na zona conhecida como Calhabé, em 1947.

Fonte: IBMC



Fig. 16. Campo de futebol da AAC, no lugar do atual Estádio Municipal de Coimbra, e zona do Calhabé nos anos 40.

Fonte: IBMC

A uma dinâmica em que a ruralidade penetra e o setor terciário urbaniza, ainda a muito esforço, uma população agrícola ou camponesa, juntar-se-á um processo de aceleração, especialmente a partir dos anos 60 e que transformará, até à atualidade,

completamente, a paisagem. (Fig. 17). Compreende-se, desde logo, nas fotografias em causa, um fenómeno muito interessante: a elevação dos edifícios e infraestruturas que, de um ponto de vista geral, advém de uma modificação nas mentalidades mediante a massificação do urbanizado e constante influência dos materiais de construção industrial tornaram os edifícios em altura uma imagem de marca da cidade.

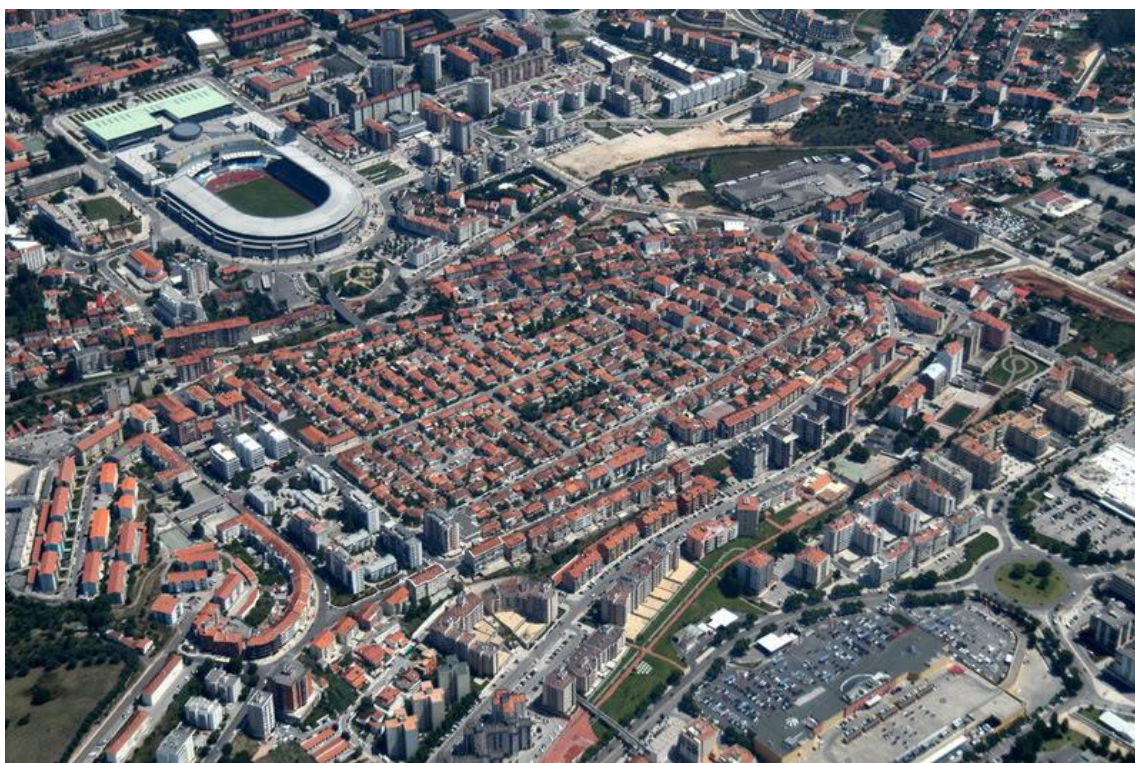


Fig. 17. Vista aérea sobre a zona do Calhabé, Bairro Norton de Matos e Vale das Flores, atualmente.

Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/L3CpIbPkyuw/Tnyk0rtzoYI/AAAAAAAAAHQ/hdI73roIPgY/s1600/Bairro Norton de Matos vista aerea.jpg](http://3.bp.blogspot.com/L3CpIbPkyuw/Tnyk0rtzoYI/AAAAAAAAAHQ/hdI73roIPgY/s1600/Bairro+Norton+de+Matos+vista+aerea.jpg)

Nas freguesias mais próximas do núcleo urbano, como Santa Clara, houve enormes transformações, igualmente, sendo as mais profundas nas zonas perto do Rio Mondego. A grande presença do elemento vegetal natural na paisagem deu lugar, numa primeira fase, ao seu desbravamento e numa segunda à criação de espaços verdes menos naturais mas, ainda assim, importantes para a cidade. Os campos das laranjeiras que rodeavam a via de acesso à atual Ponte da Europa foram desbravados e no seu lugar foi criado o espaço comumente chamado de “Parque Verde” e o complexo de cafés das Docas, uma extensão do Parque Manuel Braga, cuja principal atração durante muitos anos foi o Basófilas. Do outro lado o complexo arbóreo foi desmantelado, dando lugar ao Parque da Canção, onde se realiza anualmente a Queima das Fitas de Coimbra. Em

suma, os serviços (principalmente os serviços lúdicos ou de lazer) tomaram a paisagem de toda a área desde a Ponte de Santa Clara até ao atual Pavilhão de Portugal.

A vista sobre Santa Clara despojou-se desse cariz rural e as vigas da construção civil tomaram o espaço que outrora emanava o verde das árvores e era vislumbrado sobre os campos de cultivo. (Fig. 18).



Fig. 18. Vista de Santa Clara na segunda metade do séc. XX

Fonte: Guida Manuela Ramalho Gonçalves, (2010) *Coimbra por entre linhas: o transporte colectivo sobre carris e a evolução do espaço urbano*, p. 79;

Certos bairros como S. Sebastião, Montarroio, Montes Claros, Santa Cruz e Cruz de Celas e zonas como a Lomba da Arregaça e a Verde Pinho perderam igualmente da dimensão rural, sendo ainda visível na paisagem alguns vestígios. De um ponto de vista geral foi esta paisagem que se construiu associada ao fator populacional e funcional e albergou subúrbios (suburbanização) e, rapidamente, os tornou periferia urbana (periurbanização), contribuindo para a quebra de alguma população urbana do centro da cidade e, subsequentemente, da inserção na malha urbana destas zonas, numa extensão de Santo António dos Olivais até S. Martinho do Bispo.

Finalizando a nossa exposição sobre os critérios que permitem desvendar as dinâmicas rurais e urbanas, apelamos para o tratamento de uma informação que não está

ainda devidamente investigada, isto é, os aspetos sociológicos, psicológicos e culturais. A paisagem rural e a paisagem urbana não são nem apenas paisagens exteriores que dependem ora de aspetos da sua morfologia ora da sua dinâmica socioeconómica, nem apenas aglomerados ou concentrados populacionais. São também paisagens interiores de quem as vive diariamente. Há, evidentemente, todo um jogo de ideias, comportamentos e personalidades que subentende um estilo de vida rural ou citadino. Consideramos que existem agentes de urbanização, que no caso se cristalizam pela figura do Professor, Empresário Industrial, Construtor, etc. Foram importantes figuras que, por intermédio das ideias, urbanizaram o espaço e acabaram por levar à contração de elementos rurais, desde logo o solo que servia para a agricultura e as habitações unifamiliares, entre outros, mas também o surgimento de novos serviços.

Finalizando as ideias que estão por base nas dinâmicas rurais e urbanas em Coimbra, resta-nos apresentar os nossos resultados e conclusões. Compreendemos que **i)** a maioria das freguesias ao aproximarem-se do final do séc. XX apresenta elementos díspares na sua paisagem e segue uma dinâmica de urbanização própria; **ii)** a ruralidade profunda em determinadas freguesias mesmo que se mantendo em alguns aspetos basilares foi-se esbatendo pela proliferação dos transportes e das atividades económicas; **iii)** as freguesias que não se renovaram perderam população, mantendo o seu cariz rural, para outros lugares mais urbanos; **iv)** os fenómenos de suburbanização e periurbanização foram mais intensos em freguesias rurais próximas do que afastadas e levaram à inclusão na malha urbana comum; **v)** o comércio e os serviços no caso de Coimbra que estudamos tiveram um papel muito mais ativo na urbanização do que a indústria; **vi)** num primeiro momento a construção de unidades residenciais, a ação de determinados planos de urbanização e o esvaziamento do núcleo urbano mais antigo foram fatores fundamentais para traçar as bases urbanas de um determinado local.

Desta forma, consideramos num primeiro grupo as freguesias centrais urbanas do ponto de vista histórico, em que o comércio (centenário) tem um papel ativo nesse *continuum* urbano, são os casos de Santa Cruz, Sé Nova, Almedina, S. Bartolomeu e partes de Santa Clara e Santo António dos Olivais. Certas zonas, apesar de ainda terem uma base rural, urbanizaram-se devido à atividade secundária. Distinguímos Loreto, Pedrulha, Relvinha, Bencanta, etc. Alguns bairros, eminentemente rurais, urbanizaram-se exponencialmente devido ao fluxo de população à procura de um novo bem-estar, o caso de Montarroio, Montes Claros, Cruz de Celas, Lomba da Arregaça, Calhabé, Óscar Carmona (atual Norton de Matos), etc. A unidade de construção da Solum foi um

importante elemento na urbanização da área, porém foram os serviços e o comércio que criaram novas centralidades.¹⁶⁵ O Vale das Flores e a área que vai do Areeiro até à Quinta da Nora apresentaram, até recentemente, um aspeto rural em mutação, exacerbando a urbanização na última década do séc. XX. Como se verifica, a maior parte destas áreas pertencem à freguesia urbana de Santo António dos Olivais que detém ainda aspetos de ruralidade, mediante a presença de áreas como o Picoto dos Barbados, Vale de Canas, Casal do Lobo, Pinhal de Marrocos e Alto de S. João.¹⁶⁶ Consideramos então num segundo grupo as áreas que, com origem rural, ao longo do séc. XX, entraram num processo de periurbanização acentuado, são os casos de Santo António dos Olivais, como referido, Santa Clara, Eiras, S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades e S. Paulo de Frades. Num terceiro grupo distinguimos um processo de suburbanização e/ou periurbanização menos acentuada, onde distinguimos S. João do Campo, Ceira, Taveiro, Assafarge e Cernache, das quais freguesias distinguimos Ceira e Taveiro por estarem num processo de urbanização moderadamente acentuado, apesar das suas paisagens ainda não apresentarem condições para as apelidarmos de urbanas, segundo os critérios que exploramos. Num quarto grupo distinguimos as freguesias rurais que começaram um processo de urbanização ainda incipiente, mas sólido, como se verificará em Antanho, Almalaguês, Castelo Viegas, S. Silvestre e S. Martinho da Árvore, sendo que nestas freguesias a diversidade deixa adivinhar uma tendência de urbanização porém menos acelerada. Finalmente, num quinto grupo, salientamos as freguesias rurais por excelência, como sendo Botão, Vil de Matos, Brasfemes, Antuzede, Arzila, Lamarosa, Ameal, Torre de Vilela, Torres do Mondego e Trouxemil. O caso de Souselas é merecedor de uma menção especial, pois situando-se no extremo do território concelhio, é uma área urbana, cuja urbanidade se justifica pelo seu cariz industrial, um caso raro em Coimbra, que ainda assim subsiste na sua especificidade.

Tendo como base um cartograma do Plano Diretor Municipal¹⁶⁷, um dos planos de urbanização mais atuais do concelho de Coimbra, e mediante a sua legenda,

¹⁶⁵ Veja-se, a este respeito, Carolina Ferreira, (2007) *Coimbra aos Pedacos: uma abordagem ao espaço urbano da cidade*, prova final da Licenciatura em Arquitetura, Departamento da FCTUC, Coimbra; A tese em causa retrata como seria de esperar o espaço mediante uma linguagem técnica da arquitetura, porém traça uma boa evolução dos espaços.

¹⁶⁶ Relembramos que a certa altura Santo António dos Olivais separa-se da sua parte rural por excelência, criando assim a freguesia conhecida como Torres do Mondego, segundo o Decreto-Lei ° 23.543, de 1 de Fevereiro de 1934. O Decreto procede à desanexação de Torres do Mondego, Carvalhosas, Casal da Misarela, Misarela, dianteiro e Cova do Ouro, criando assim a freguesia conhecida por Torres do Mondego

¹⁶⁷ Veja-se, a este respeito, no Anexo I, Cartograma I. Devido às dimensões do Cartograma, este foi obrigatoriamente remetido para Anexo, a fim de uma melhor visualização.

tentaremos então traçar o panorama mais atual das zonas rurais e urbanas que o concelho em causa contempla. Em primeiro de tudo, referimos o centro da cidade, delimitado pelas freguesias de Santa Cruz, S. Bartolomeu, Santo António dos Olivais, Sé Nova, Almedina e Santa Clara, áreas que atualmente continuam a ser caracteristicamente urbanas, muito embora se tenha registado um certo esvaziamento de algumas zonas (do núcleo central). À medida que nos distanciamos do centro e aproximamos da primeira área periurbana, consignando áreas da freguesia de Santo António dos Olivais e ainda Eiras, S. Martinho do Bispo, Antanho, Antuzede, Ribeira de Frades, Trouxemil, S. João do Campo, S. Silvestre e S. Paulo de Frades proliferam, segundo o plano, em maior número as zonas agrícolas, florestais e de conservação da natureza. A transmissão da ruralidade, que justifica a diversidade da paisagem e a nossa constatação de um espaço mais heterogéneo, está bem patente em zonas como a Mata Nacional de Vale de Canas, Mata Nacional do Choupal, Pinhal de Marrocos, Paul de Arzila e ainda os campos do Mondego em toda a sua extensão de Taveiro até S. Martinho da Árvore e as zonas verdes específicas que contrastam com zonas residenciais como acontece a norte do Tovim, a norte de Coselhas e, um pouco por todo o lado, em S. João do Campo. Não devemos esquecer que no núcleo central os espaços verdes também existem, de facto mais delimitados mas importantes. Apontamos como exemplo o Jardim Botânico, Parque Verde do Mondego, o Jardim da Sereia, o Penedo da Saudade, o Jardim da Manga, entre outros. São espaços verdes urbanos, e não representam a ruralidade do centro, mas apenas um resquício da importância que a mesma teve.

Consideramos ainda uma outra coroa mais rural do que urbana (a terceira coroa), que apresenta uma transformação para o urbano em menor grau. Esta está representada nas freguesias de Vil de Matos, Botão, Lamarosa, Cernache, Almalaguês, Torres do Mondego, entre outras. Na análise do cartograma, encontramos uma elevada presença da atividade agrícola, o que sugere a ruralidade das áreas. Devemos ter em conta que a determinação das mesmas como rurais não depende tanto dos seus traços florestais ou da presença de matas ou jardins, mas sim da presença da atividade primária, fundamental para presidir à criação da paisagem, tanto a agrícola como a rural.

Por fim, somos obrigados a concluir que as zonas rurais de Coimbra são muito mais notórias aquando do afastamento do centro para a periferia, especialmente a partir da transição da segunda para a terceira coroa. As zonas urbanas, pelo contrário, proliferam por todas as freguesias, mas menos salientes nas freguesias da terceira coroa

e, subseqüentemente, mais presentes na segunda coroa e no núcleo central. Por sua vez, a existência de espaços verdes confinados ou alargados pode ou não conferir um pouco do rural à paisagem.¹⁶⁸ Por exemplo o Parque Verde do Vale das Flores e o Jardim da Manga são exemplos de espaços verdes claramente urbanos, enquanto certas matas e extensões florestais podem ser consideradas zonas rurais, ora pelo património natural ora pela contribuição que dão na construção da paisagem rural, lado a lado, com a paisagem urbana.

5.4. O espaço periurbano de Coimbra – charneira entre o rural e o urbano

O espaço periurbano é um importante fenómeno não só no caso de Coimbra, mas no seu sentido lato. Tão importante que a literatura científica atual tem ainda dificuldade em conceber um conceito que aglomera todas as vertentes do mesmo fenómeno. Pela literatura consultada, relembramos uma importante passagem, *a periurbanização tem um significado essencialmente locativo*¹⁶⁹, e por isto intendemos que a consideração da invasão de um fluxo populacional e de um grupo de atividades depende da distância ou proximidade ao centro, portanto resume-se a um critério de escala. Desta forma, o fenómeno de periurbanização de Coimbra é diferente do fenómeno de periurbanização de Lisboa, Porto, Glasgow, Nova Iorque, Toronto, etc. O que tentamos responder é o que têm em comum os fenómenos de periurbanização. De facto, o que compreendemos e retiramos ao longo do nosso estudo é que usando de um espaço de origem rural a fim de assimilar elementos urbanos, os processos de suburbanização e periurbanização constituem as provas mais importantes para sustentar a tese de que a dicotomia cidade/campo deu lugar ao *continuum* rural/urbano.¹⁷⁰ Este *continuum* territorial de que se fala representa, em suma, a coexistência de formas de vida e a interpenetração de elementos. Ao mudar o modelo de influência em que se defendia que o campo abastece a cidade, muda igualmente a importância dos setores de atividade, ou seja o primário perde lugar para o secundário e terciário e a população

¹⁶⁸ Para um esclarecimento sobre a importância das zonas verdes na paisagem urbana, aconselhamos a leitura de Maria Rita Monteiro Fonseca, (2009) *Coimbra, cidade verde: introdução à análise dos espaços verdes da cidade de Coimbra*, Coimbra, prova final de licenciatura em Arquitetura, Departamento de Arquitetura da FCTUC.

¹⁶⁹ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) cit. p.65

¹⁷⁰ Idem.

agrícola torna-se afeta ao setor transformador ou aos serviços. A estrutura das lojas comerciais mudam de um comércio alimentar para o não-alimentar.

Aplicando ao caso de Coimbra, o que concluímos é que o fenómeno de periurbanização é um fenómeno todo ele imbuído de ditames económicos, desde já pelo facto da criação destas áreas se tenha iniciada mediante a difusão dos transportes, seguido da locação de atividades industriais, transformação do tipo de comércio, afluência de população para novos locais de residência e proliferação de serviços especializados (escolas, centros de saúde, etc.). O surgimento dos agentes de urbanização modificou o que restava sociologicamente dessas áreas, uma mentalidade camponesa e uma cultura agrícola. A diferença material para com as atividades secundária/terciária e primária, assim como a exigência cultural, levou à criação de novas figuras no retrato urbano, como o operário e o empreendedor. Num primeiro momento a agricultura tentou adaptar-se, passando de subsistência para fins de mercado, porém não foi bem-sucedido este esquema no caso de Coimbra, possivelmente pela aceleração dos processos e talvez por motivações políticas e constrangimentos socio-económicos.¹⁷¹ Em Coimbra, a evolução económica levou a uma multiplicidade de funções efetuadas pelo camponês (oficinas de reparação p.e.), mais ligadas ao setor secundário. A crescente industrialização e, mais importante, terciarização alterou substancialmente os movimentos populacionais, tornando a cidade um polo mais atrativo. Os campos periurbanos sofrem, simultaneamente, um êxodo agrícola e um êxodo rural.

O espaço periurbano caracteriza-se, essencialmente, por um aumento demográfico, diferenciação de funcionalidades, diversidade paisagística, variedade do modelo habitacional, proliferação de serviços de consumo, existência de mobilidades pendulares e espaços verdes extensos. Modificam-se também aspetos sociológicos, psicológicos e culturais das populações. A heterogeneidade é a palavra de ordem neste espaço. S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades, Taveiro e Cernache tornaram-se áreas periurbanas, fornecedoras de produtos agrícolas ao mercado urbano,¹⁷² porém foi ao longo da Estrada Nacional 1 e especialmente nas freguesias de Santo António dos Olivais, Eiras, S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades e Santa Clara que se verificaram espaços dignos de aplicação concetual. Os Bairros da Conchada, Montarroio, Montes

¹⁷¹ Os Campos de Coimbra constituem uma exceção neste aspeto, visto que continuam a ser parte integrante de uma paisagem agrícola, mais ou menos, estável.

¹⁷² Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009), p. 67 e p. 75.

Claros, Celas, Cruz de Celas, Calhabé e Norton de Matos¹⁷³ são exemplos típicos deste processo de periurbanização. Igualmente o subúrbio de Santa Clara, Vale das Flores e Calhabé, assim como as áreas da Adémia e Tovim estão profundamente ligadas aos critérios enunciados sobre o periurbano. Os campos do Mondego e de um modo geral a cintura rural da cidade foram também modificados de tal maneira que se pode considerar parte do fenómeno periurbano. A extensão de Coselhas, Relvinhas, Pedrulha e Loreto apresentam zonas com aspetos de periurbanização, devido à sua função industrial, o mesmo podemos aplicar ao caso de Souselas (freguesia).

Em jeito conclusivo, resta-nos dizer que, relativamente à dinâmica de suburbanização, esta levou também a uma subseqüentemente desurbanização do centro urbano e o desenvolvimento das áreas periféricas, conhecido como periurbanização. A dispersão urbana dará lugar a um outro processo chamado rurbanização, concordando com a perspetiva da Doutora Maria Lurdes Roxo Mateus¹⁷⁴, mas acrescentando que os fenómenos se regem por uma multiplicidade de dinamismos económicos e proliferação de uma internacionalização da ideia urbana.

5.5. A importância da imagem na análise da transformação do espaço

À semelhança da reflexão que elaboramos para o ponto 4. do presente relatório, elaboraremos igualmente uma reflexão sobre a imagem e a sua especial importância em Geografia. Ao longo do presente trabalho, foi de veras significativo e extensivo o uso da imagem/fotografia para explicar a evolução ou simples mutação de vários fatores verificáveis na paisagem. No caso da Geografia, analisando as fotografias que obtivemos de várias fontes, de particular referência a IBMC¹⁷⁵, reparamos como é importante para a nossa análise monográfica, juntamente com o elemento estatístico, o pictórico. Em Coimbra, a imagem, no seu âmbito geral analisada, expressa uma expansão urbana, dado a proliferação de elementos desta natureza, subseqüentemente uma contração rural e, por fim, a criação de uma nova paisagem, heterogénea e volátil.

¹⁷³ Veja-se, a este respeito, o artigo “Capítulo 4. Ordenamento da Periferia Urbana em Coimbra no Século XX in http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=Cap.%204%20Ordenamento%20da%20Periferia%20Urbana%20De%20Groer%20pdf&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fdeposito-riul.iscte.pt%2Fbitstream%2F10071%2F1304%2F11%2F40_Cap4_Orden_PUC_Sec-XX.pdf&ei=BuTnUdP_KLKS7AaauYC4DQ&usg=AFQjCNHzE21zPSzOIWUZcSFHvlehSmxoRA&bv_m=bv.49478099.d.ZGU

¹⁷⁴ Cf. Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) cit. pp. 216-217

¹⁷⁵ *Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.*

A recolha de informação pictórica foi um importante processo e aspeto deste trabalho, porque foi o início, o embrião, do projeto didático aliado à sua parte teórica, ou seja, houve consciencialização da pergunta “Que efeitos teve este ou aquele fenómeno sobre a paisagem, a realidade visível?”, e por este meio a necessidade de responder, aplicando novos saberes, contestando antigas teses, consultando outras fontes, redefinindo os conceitos e construindo novos conhecimentos para, no fim, os levar à sala de aula e, numa linguagem diferente mas nem por isso truncada do conhecimento científico, os ensinar e fazer os alunos construí-los para os redefinir, segundo o seu próprio olhar e pensamento.

Ao criar o cidadão geograficamente competente focamo-nos essencialmente na competência da interpretação do espaço, ou seja, do olhar, do ver, mas também do saber olhar, para assim saber interpretar o espaço envolvente. A ferramenta que utilizamos para a monografia, consubstanciada com a estatística, a literatura científica e as fontes impressas, é também o cerne da nossa aplicação didática, ou seja, não se limita à fundamentada teoria mas, pelo menos, propões como treinar esse olhar em contexto de aprendizagem. O aprendiz e o mestre, o aluno e o professor encontram-se ao olhar para a mesma paisagem e modificar a sua interpretação e o saber que há sobre ela consoante um novo ponto de vista, isto é, um novo olhar.

6. Conclusões relativas ao estudo de caso de Coimbra: reflexões histórico-geográficas;

Numa pequena nota intermédia é nossa obrigação esclarecer alguns pontos relativos às conclusões que retiramos da interação da parte monográfica histórica com a geográfica. De facto, sem esta conclusão, pareceria que as nossas pesquisas foram apenas um enchimento para a parte da aplicação didática e não houve um colhimento efetivo de dados conclusivos para a nossa parte científica. Depois deste estudo aprofundado, retirámos os seguintes aspetos: **i)** A paisagem de Coimbra evoluiu mediante uma dinâmica urbana e contração rural a par e passo com o critério de funcionalidade, dividido mediante a função residencial, função industrial e o processo de terciarização; **ii)** A função residencial de determinadas áreas em Coimbra foi complementada pela visceralidade da extensão dos serviços, em particular os serviços de consumo, que criou novas centralidades urbanas; **iii)** a função industrial de Coimbra não causou tanto impacto na urbanização do centro para a periferia como o setor terciário, porém foi importante na construção de determinados nós de vitalidade económica do concelho, como Loreto-Pedrulha, Bencanta, Coselhas e Santa Clara; **iv)** o centro urbano sobreviveu por uma tradição secular do setor terciário, não subsistindo a indústria; **v)** o centro histórico e a cidade universitária sobreviveram devido a aspeto endógenos, como a população afluyente devido aos serviços conferidos. O interesse turístico foi uma condição notória para o desenvolvimento e persistência da vitalidade das áreas centrais; **vi)** por sua vez, a indústria do núcleo rijo não sobreviveu; **vii)** a periferia foi transformada numa extensão considerável devido aos serviços e ao comércio, criando assim dinâmica de suburbanização e periurbanização, que se estenderam avidamente na freguesia de Santo António dos Olivais e S. Martinho do Bispo, mas igualmente em Eiras, Santa Clara, S. Paulo de Frades, Ribeira de Frades e, menos acentuadamente, noutras freguesias; **viii)** a miscelânea de funções criou a diversidade paisagística e a heterogeneidade populacional, tendo como azimute as dinâmicas de urbanização; **ix)** a contração rural deveu-se a fatores de duas ordens: a falta de solo para exploração agrícola e a utilização do solo para construção de residências e serviços; **x)** o comércio histórico mediante o mercado alimentar urbanizou o centro mas mantinha a periferia rural e, por sua vez, o comércio não alimentar e a proliferação de grandes superfícies na periferia, fez perder população no centro e criar uma dinâmica de periurbanização.

Mediante o exposto resta-nos apenas rematar que a paisagem de Coimbra tende para uma dinâmica de urbanização, estendo o espaço periurbano a freguesias mais distantes, exacerbando a heterogeneidade e contraindo o rural. Esta paisagem

deparará, numa perspectiva tradicionalista, do setor terciário, apesar de apelarmos para a importância da industrialização efetiva do concelho, que não foi homogénea temporalmente e se verificou muito localizada espacialmente.

7. Aplicação didática

7.1. Proposta Didática

Este capítulo serve para esclarecer por que razão não foi transposta na prática esta aplicação didática, ficando-se por uma proposta pedagógica. No caso da aplicação didática, não houve realização porque a orientadora de Geografia, no final do primeiro semestre, deixou de lecionar à turma do 11º ano. Esta justificação parece-nos plausível, na medida em que, sem os alunos não poderia haver cruzamento da parte geográfica com a parte histórica e, por sua vez, uma grande parte do projeto ficaria por concretizar. Uma aplicação didática é, como o próprio nome indica, a aplicabilidade, mediante determinada atividade de um determinado conteúdo consignado no programa. Porém, sem condições pedagógicas, não poderíamos proceder à aplicação e, visto que os trabalhos e projetos são dirigidos fundamentalmente para a aprendizagem dos alunos inseridos em comunidade educativa e na realidade envolvente, sem alunos resta-nos pensar na atividade como uma proposta.

Traçamos uma reflexão sobre o elo de ligação entre a ciência, a pedagogia e a didática. Defendemos uma posição clara: a pedagogia só pode ser devidamente praticada se a aplicação didática estiver imbuída de um espírito científico claro e esclarecido, ou seja, sem um grande trabalho ao nível da pesquisa não temos uma perspetiva clara dos elementos a lecionar. Apesar de não ter sido possível a aplicação efetiva, deixamos uma fundamentação do nosso projeto didático, ao qual juntamos materiais que poderão ser utilizados futuramente, como as planificações, os guiões, texto de reflexão e a ficha de avaliação do trabalho de grupo.

7.2. **Explicitação e Metodologia**

O presente subcapítulo serve o propósito de explicitar a aplicação didática ou a proposta pedagógica (o que realmente se propõe realizar) e a metodologia de base inerente a este processo (como se realizará). Assente num estudo de caso, de ordem qualitativa, descritiva e reflexiva¹⁷⁶, Coimbra foi o palco da nossa monografia. Será,

¹⁷⁶ A respeito do conceito de “estudo de caso”, Clara Coutinho salienta o seguinte: “A característica que melhor identifica e distingue esta abordagem metodológica, é o facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: “o caso”. E o que é um caso? Quase tudo pode ser um caso: um indivíduo, uma personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação!” in Clara Coutinho, (2011). “Capítulo 14: Planos Qualitativos”. In *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humana: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., pp. 287-307. A definição que transcrevemos, consideramos que explica bastante bem o nosso intuito, dado que o que estudamos é um concelho, o caso de Coimbra, tentando responder, a vários dimensões e níveis, ao porquê e como dos fenómenos estudados e/ou considerados.

igualmente, o universo da nossa aplicação didática, tentando afunilar os conhecimentos de ordem científica para o mesmo estudo. Já vimos que em Portugal se passou de uma agricultura bastante arreigada para um setor terciário num expoente de sucesso e expansão, sem uma industrialização efetiva (em que as tentativas da mesma foram contidas ou tímidas) e concluímos que Coimbra assenta nesta imagem – uma cidade que nos anos 30 e 40 apresentava uma indústria bastante dispersa, com um setor populacional operário fraco e a economia da cidade canalizada para o comércio. Mais. Reparámos que as zonas industriais e rurais sofreram um processo de terciarização, nomeadamente as periferias que se urbanizaram, criando, assim, zonas periurbanas e franjas marginais que subsistiam da agricultura, que acabaram por estar intimamente relacionadas com os serviços e as zonas residenciais. Associado à terciarização das zonas rurais, ainda estudamos um caso de terciarização de uma zona industrial, a Zona Loreto-Pedrulha. Para rematar, resta-nos concluir que o núcleo urbano (a Baixa, A Rua da Sofia, Visconde da Luz, Arnado, etc.) contou sempre com uma industrialização ou eixo industrial incipiente ou com características pré-industriais, sendo muito arreigado de atividades que serviram os mercados. Não obstante, a indústria teve a sua importância e, mesmo que não o queiramos admitir, foi importante descrevê-la para o nosso estudo.

A fim de aglomerar todos os saberes supracitados e concretizá-los numa aplicação didática, o Professor deve, em primeiro lugar, lecionar uma aula em cada uma das turmas (9º e 11º ano). Para o 9º ano em História, à luz dos programas para dirigir ou enquadrar as matérias específicas que quer trabalhar, importam os seguintes temas: 8.2. *Os Países de Difícil Industrialização: O Caso Português (O atraso na agricultura, as tentativas de modernização, alterações das estruturas sociais)* e ainda os pontos 9.3 (*Portugal: Da 1ª República à Ditadura*) e 10.2. (*Entre a Ditadura e a Democracia*).¹⁷⁷ Numa aula de 45 minutos¹⁷⁸, seria introduzido, numa das suas partes, o processo de industrialização preconizada pelo regime (o Estado Novo): neste ponto, o Professor apelaria aos conhecimentos prévios dos alunos relativos à industrialização portuguesa do século XIX, os quais deveriam enunciar como esta se processou de uma forma muito difícil e acabou relativamente malograda, referindo ainda a dívida externa de Portugal, a sua dependência em relação à Europa e o atraso face às potências industrializadas,

¹⁷⁷ Vê. *Organização Curricular e Programas, Vol.1 do Ensino Básico – 3º Ciclo, História do Ministério da Educação, pág. 137*

¹⁷⁸ Ver, no Anexo II, Doc. 1, Plano de Aula Modelo de História, 9º Ano, Turma E.

acabando com a grande presença dos elementos rurais do país.¹⁷⁹ Posteriormente, e mediante tabelas (relativas aos planos de fomento industrial e dos números apresentados por cada setor de atividades), e através do diálogo vertical/horizontal, os alunos seriam levados a compreender como alguns dos pontos anteriormente mencionados não se tinham modificado (pois o país continuava a apresentar um grande índice de atividade agrícola). O Professor explicaria, através do método expositivo, como o Estado Novo adotou uma política de condicionamento industrial, o que, associado, ao seu fechamento diplomático e económico contribuiu para uma contração das atividades industriais. Levar-se-iam os alunos a constatar e compreender como o setor terciário “ganhou terreno” ao setor transformador. No final desta aula (mais ou menos nos 10/15 minutos finais), o Professor anunciaria um projeto, com vista a uma exposição, no qual os alunos teriam que caracterizar economicamente uma área no Concelho de Coimbra, sendo que seria pedido aos mesmos alunos para se juntarem em grupos, de um mínimo de 5 alunos. O Professor já teria preparado anteriormente os materiais para distribuir, no caso seriam cinco guiões¹⁸⁰, um para cada grupo, nos quais estarão descritos os passos para concretizar uma comparação económica de uma determinada área (p.e. Loreto-Pedrulha, Arnado, Casa do Sal). Cada guião tem o objetivo definido, assim como algumas perguntas orientadoras para o trabalho. Estas perguntas têm como base uma fotografia da área de estudo em causa. No mesmo guião será proposto aos alunos para efetuarem trabalho de interpretação, através da fotografia e um trabalho de campo. Neste último ponto, os alunos deverão sair da esfera escolar e tirar algumas fotografias da área que estão a estudar para efetuarem, de facto, a comparação entre as atividades económicas presentes nessa área e as atividades económicas presentes na foto fornecida pelo Professor. Para ajudar os alunos, será entregue um texto para reflexão¹⁸¹ sobre uma área que esteja a ser estudada pelos alunos (ao nível dos aspetos económicos, contextualizando-os historicamente e ainda das mudanças da paisagem envolvente – as quais ressaltam imediatamente), a fim que estes compreendam o que se pretende que escrevam. Pretende-se que criem uma montagem comparativa das duas fotografias – os elementos textuais e pictóricos supramencionados deverão ser colocados numa cartolina para exposição¹⁸². Todos estes pontos deverão ser efetuados mediante o trabalho de grupo, dividindo tarefas, trocando impressões e discutindo as conclusões. O professor

¹⁷⁹ Para uma informação mais detalhada aconselhamos uma leitura atenta da planificação.

¹⁸⁰ Ver, no Anexo II, Doc. 2, Guiões Modelo do Trabalho de Grupo, 9º Ano, Turma E.

¹⁸¹ Ver, no Anexo II, o Doc. 3, Texto de Reflexão Modelo, 9º Ano, Turma E.

¹⁸² Ver, no Anexo II, o Doc. 4, Cartolina/Cartaz Modelo, 9º Ano, Turma E.

orientará a elaboração da cartolina de uma forma intercalar (corrigindo primeiramente o texto) e, posteriormente, quando esta estiver na sua forma finalizada, emitindo um último parecer. Para manter um sentido democrático do trabalho desenvolvido, especialmente tratando-se de alunos do 9º ano, será passado, num estágio posterior da elaboração do projeto, uma ficha de autoavaliação.¹⁸³ A montagem da exposição coincidirá com a elaborada pelos alunos do 11º ano, para que os temas tenham lógica (nessa mesma exposição) e a explicação esteja interligada, apesar dos alunos serem de níveis de escolaridade diferentes, e as matérias e dinâmicas de trabalho distintas. Os elementos que servem para criar terreno comum entre as matérias (do 9º e 11º) serão o Professor, que tem a função de orientar os discentes para a realização de uma exposição tendo em vista as dinâmicas rurais e urbanas e as atividades económicas, e o tema, a cidade de Coimbra. Se a orientação dos temas fosse diversa, então estes não podiam encaixar, daí que os guiões têm que ser constituídos a pensar neste ponto: enquanto os alunos do 9º ano vão estudar uma área a partir da sua atividade, os alunos do 11º ano vão estudar a área a partir da sua paisagem, pelo que têm que considerar a atividade e outros elementos da paisagem que a tornam rural (campos agrícolas, socalcos, matas, florestas, terreno virgem) ou urbano (arruamentos, transportes elétricos, residências, fábricas, calçadas, etc.).

Para o 11º ano, os objetivos a considerar devem ser, obrigatoriamente, mais exigentes, dado que os alunos em causa têm que ter presentes pré-requisitos e conceitos operatórios mais vastos, por isso, em termos da linguagem e do protagonismo da geografia, não nos basta concretizar um trabalho com uma breve contextualização e uma concretização do objeto de estudo como um fim em si mesmo, muito embora a exposição seja feita com o 9º ano de escolaridade e, claro, o desfazamento, entre o aprofundamento efetivo do material produzido pelos alunos, não pode ser, de maneira nenhuma, substancial. Assim, e neste aspeto, a geografia ajuda: os aspetos a tratar na disciplina são facilmente cruzados com os elementos trabalhados em História. Consideremos o programa: 3. *Os Espaços Organizados pela População*; 3.2 *As áreas urbanas: dinâmicas internas*; 3.2.1 *A organização das áreas urbanas*; 3.2.2 *A expansão urbana*; 3.2.3 *Problemas urbanos* e 3.3 *A rede urbana e as novas relações cidade-*

¹⁸³ Ver, no Anexo II, o Doc. 5, Ficha de Avaliação Modelo, 9º Ano, Turma E.

campo.¹⁸⁴ Destes pontos, interessa-nos fundamentalmente o ponto 3.2.1., pois este tópico, por si só, está relacionado com o surgimento da noção de urbanismo e este com a expansão das atividades económicas, o que, por sua vez, permite criar uma ponte sólida ao nível dos conteúdos didatizado: por um lado a História Económica e Social e por outro a Geografia das Atividades Económicas entrelaçada fortemente com a Geografia Urbana e Geografia Rural, o Homem como criador da paisagem, transformador da paisagem e “vítima” das dinâmicas sociais e económicas que ele criou para essa área e que definiu para essa paisagem. Como a Geografia se baseia essencialmente em conceitos rigorosos que tentam explicar a realidade envolvente, das relações do Homem com o Espaço (e mais do que isso), é necessário conferir através de um conjunto de aulas de Geografia os referidos conceitos aos alunos, por isso se preparou uma planificação a médio prazo.¹⁸⁵ Numa das aulas, num bloco de 90 minutos, serão introduzidos os conceitos mais importantes da matéria a estudar e dos saberes a adquirir: o urbano, a morfologia urbana, a dinâmica urbana, a relação urbano-rural, a suburbanização e o fenómeno de periurbanização, sendo que a finalidade educativa será demonstrar aos alunos a importância do urbano e do rural e como um não se sobrepõe ao outro. Mais. Sem uma não se explica o outro. Deste modo, num primeiro momento da aula o Professor explicará as redes urbanas (os tipos de rede, mediante imagens e plantas de cidades), os conceitos subjacentes à formação destas redes, a própria diferença entre cidade e morfologia urbana (mediante um pequeno texto) e outros conceitos com interesse manifestamente importante para a explicitação dos fenómenos de urbanidade (como é o caso da periurbanização, difusão urbana, etc.). Num segundo momento da aula será explorado um estudo de caso, no qual será focado o estudo da área de Coimbra (Concelho), mediante a análise de fotografias, de várias áreas da cidade, dos anos 40-50 comparando as mesmas áreas na atualidade. Os alunos terão oportunidade de aplicar os conceitos lecionados na primeira parte da aula. Mediante o apelo a conhecimentos prévios, devem ser capazes de justificar o avanço do “urbano” sobre o “rural”. Pretende-se que os alunos refiram as atividades económicas como uma das justificações plausíveis, sendo que devem enunciar a expansão da indústria e, mais importante, do setor terciário (comércio e serviços) nas áreas envolventes de Coimbra, como um dos fatores-chave para essa mesma urbanização. Um exemplo muito claro

¹⁸⁴ Veja-se *Geografia – orientações curriculares: 3º ciclo*, Ministério de Educação, dos autores Ana Cristina Câmara, Conceição Coelho Ferreira, Luísa Ucha Silva, Maria Luísa Alves e Maria Manuela Braz, p. 40

¹⁸⁵ Ver, no Anexo II, o Doc. 6, Plano de Aula Modelo de Geografia, 11º ano, Turma J.

(que servirá até como estratégia de motivação) é a área da Solum-Calhabé, que contém o Estádio Municipal e o Liceu Dona Maria, dois elementos estruturalmente urbanos atualmente nestas zonas de periferia que, nos anos 40, permaneciam envoltos em ruralidade. Os alunos terão ferramentas para enquadrar, explicar, justificar e compreender esta transformação aplicando os tais conceitos de índole geográfica, mencionados há pouco. Desta forma, num último momento da aula (à semelhança do que foi descrito acima, no caso da turma do 9º ano), será pedido aos alunos para colaborarem num projeto que se delineará pelas seguintes linhas mestras: os alunos, em grupos, serão solicitados a construírem, com base numa série de guiões¹⁸⁶ preparados previamente pelo Professor, uma exposição¹⁸⁷ cujo tema seria a cidade Coimbra, a evolução e a construção da paisagem urbana. Os alunos formariam grupos, de não mais de 5 alunos, e cada grupo trabalharia um guião, referente a uma área de Coimbra, em duas fases de trabalho: o trabalho de campo, na obtenção de fotografias atuais da área consignada e o trabalho de grupo, na troca de informações e debate mediante a interpretação da imagem. O objetivo seria a concretização de uma exposição, mediante a elaboração de cartolinas, com vista a explicar cinco áreas distintas de Coimbra (por exemplo a área da Solum, o Bairro Norton de Matos, o Vale das Flores, a Casa do Sal, o Arnado etc.). Seria entregue um texto de reflexão-modelo¹⁸⁸ aos alunos para terem uma ideia do tipo de texto que se pretende remeter no cartaz/cartolina final. No final do trabalho os alunos deveriam entregar uma ficha de avaliação¹⁸⁹, a fim de o Professor também obter um maior *insight* sobre o percurso dos alunos no referido projeto. Num relatório escrito à parte, elaborado igualmente pelos alunos, deverão constar dois importantes elementos, o que aprenderam e a importância dada ao que aprenderam, ou seja, de que lhes serve, na realidade e na perspetiva deles, os conhecimentos que obtiveram.

As atividades descritas têm por centro os alunos e as aprendizagens desenvolvidas por estes, mas como não nos situamos, de maneira nenhuma, numa posição reducionista do papel docente, temos que focar a importância deste elemento: para já, deve-se referir o trabalho a montante na preparação dos materiais, sem os quais seria verdadeiramente impossível concretizar os projetos. O Professor tem que ter uma

¹⁸⁶ Ver, no Anexo II, os Doc. 7, Guiões Modelo do Trabalho de Grupo, 11º Ano, Turma J.

¹⁸⁷ Ver, no Anexo II, o Doc. 8, Cartolina/Cartaz Modelo, 11º ano, Turma J.

¹⁸⁸ Ver, no Anexo II, o Doc. 9, Texto para Reflexão Modelo, 11º ano, Turma J.

¹⁸⁹ Ver, no Anexo III, de novo, o Doc. 5. A ficha de avaliação modelo para o 9º ano, funciona igualmente para o 11º ano.

formação teórica ou um estudo aprofundado das matérias que leciona, daí que a informação que detém deve ser manifestamente maior e mais refinada que a que os alunos acedem. Isto leva-nos a outro problema (ou problemática): como é que os alunos tratam a informação que os rodeia? Esta competência deve ser treinada e, para isso, o treino deve começar por ser singelo. Uma simples fotografia, na verdade, é um exemplo prático na concretização dos esforços daquilo que chamamos de aplicação didática. O tratamento de informação e o treino efetivo para o tratamento desta informação, baseia-se em dois pontos: **i)** na utilização correta do guião (que deve conter direções para a execução da tarefa, como sugestões, materiais, perguntas-chave, etc.), e segundo, no trabalho, em contexto de sala de aula, de conceitos operatórios rigorosos, para que os alunos consigam ver que os conceitos, as palavras, as definições, têm, de facto, uma transposição para a realidade que nos envolve e que os envolve.¹⁹⁰ Não é por acaso que escolhemos o tema tratado na presente monografia: o mesmo apela à aplicação conceptual da explicitação real, ora por parte do historiador (quando tenta enquadrar em mecanismos universais, europeus, nacionais ou locais, os ritmos económicos de uma cidade), ora por parte do geógrafo (quando tenta explicitar, por meio dos conceitos, os fenómenos da paisagem urbana e da morfologia urbana, portanto da paisagem construída pelo Homem). O Professor, nestes dois pontos e em contexto de sala de aula, deve descortinar os conceitos, aplicando-os ao real e alertar para as teorias que tentam explicar esse real, numa base geográfica ou historiográfica. Transpõe os saberes para uma fotografia, a captação do real efetivo num dado tempo e num dado espaço. Pese o papel do professor na leção destes conceitos é também importante alertar, repreender, elogiar e afinar o sentido intelectual do aluno na aplicação que este último faz dos saberes apreendidos, ou seja, o docente tentará perceber porque o aluno tomou esta e não outra direção na interpretação da fotografia. Desta forma sim, poderemos dizer, que se não tem apenas um papel ativo mas um papel contínuo no processo Ensino/Aprendizagem.

7.3. Objetivos e Fundamentação

¹⁹⁰ Porém, alertamos que os conceitos não explicam todos os fenómenos. De facto, a ciência evolui ao redefinir conceitos ou, simplesmente, a anulá-los. Um conceito pode ser, contudo, manifestamente pouco para explicar uma realidade.

Em primeiro lugar, antes de iniciar o subcapítulo, precisamos de compreender o que é que se depreende por “objetivos” e “fundamentação”. Depreendemos por fundamentação a finalidade educativa ou didática de um determinado projeto, englobado ou enquadrado num programa, o qual está implicitamente conetado com um mecanismo de ordem científico obrigatoriamente mais complexo, profundo e completo que os traços gerais do programa, ainda que seja coevo ao mesmo. Os objetivos estão interligados com a fundamentação na medida em que são os fins últimos atingidos, ou seja, não tanto a finalidade do projeto, mas as competências adquiridas, efetivamente, pelos alunos no decorrer do processo ensino/aprendizagem. Daí que este processo não se possa basear somente numa ideia pobre de que o mesmo acontece na aula (e apenas na aula), num panorama fechado, sem interligação com a realidade efetiva e que o projeto desenvolvido não é mais do que um “trabalho de casa”, registado para avaliação. Não tem sentido pensar desta maneira. Só o Professor demasiado focado nos “elementos da avaliação” e nem tanto nas competências adquiridas (o falar, escrever, debater, criticar, expor, compreender, argumentar, identificar, etc.) é que o transforma numa soma de elementos de avaliação, sem treino de competências nem efetiva melhoria. A compreensão dos mecanismos científicos/pedagógicos é imenso e tem que estar patente, transversalmente, em toda a mecânica das aulas, caso contrário o ensinar e o aprender tornam-se pobres e simplistas, sem problemáticas nem complexificação dos objetos e dos saberes estudados. Portanto num único projeto desta dimensão, que envolverá seguramente muitas semanas, englobamos múltiplas finalidades educativas e diversos objetivos, primários e secundários. Para já, vamos explicitar a finalidade educativa.

No Programa do 9º ano será de extrema importância justificativa para a nossa fundamentação (ou finalidade educativa), o ponto 8.2. *Os Países de Difícil Industrialização: O Caso Português*, o ponto 9.3. *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar e o ponto 10.2. Entre a Ditadura e a Democracia.*¹⁹¹ Ainda assim, estes tópicos não nos dizem muito. De onde provém a justificação para o projeto? Provém, sobretudo, na forma como os tratamos em contexto de sala de aula. Desta forma, mais importante para a consignação do projeto que explicitamos em subcapítulo anterior, o cariz económico e social conferido à forma como ensinamos a História, vai determinar uma aprendizagem dos conceitos operantes como forma de aplicação. Um aluno ao apreender o conceito de “condicionamento industrial” saberá justificar que, mediante

¹⁹¹ Vê. *Organização Curricular e Programas, Vol.1 do Ensino Básico – 3º Ciclo, História do Ministério da Educação*, pág. 137

uma fotografia de Coimbra nos anos 50/60, a paisagem apresente uma ruralidade visceral e a uma indústria incipiente ou cheia de deficiências estruturais.¹⁹² Saberá ainda relacionar com o contexto nacional.

No programa do 11º ano, foquemos em particular com o Ponto 3. *Os espaços organizados pela população*, sendo que tem especial destaque os pontos 3.1. *As áreas rurais em mudança*; 3.2. *As áreas urbanas: dinâmicas internas* (e neste os subtópicos 3.2.1. *A organização das áreas urbanas*; 3.2.2. *A expansão urbana* e 3.2.3. *Problemas urbanas*) e ainda o 3.3. *A rede urbana e as novas relações cidade-campo*.¹⁹³ O ponto 3.1. está presente porque, ao nível monográfico e da aplicação didática, serão trabalhadas as dinâmicas rurais em consonância com a expansão urbana no que toca ao estudo de caso de Coimbra. Como se verifica uma regressão da ruralidade, é mais pertinente estudar os fenómenos causais da expansão urbana. Isto levou-nos à integração do ponto 3.2., no qual são estudados os principais conceitos ao nível geográfico (o urbano, a expansão urbana, a difusão urbana, a periurbanização, a malha urbana, a morfologia urbana, a cidade, etc.). Por fim, temos a necessidade de relacionar os dois grandes elementos, o que nos leva à consideração do ponto 3.3., pois alerta os alunos para o novo papel do rural, obrigando-os a concluir como conclusão que “o rural desapareceu”. Este ponto remata para a finalidade educativa, na qual os alunos, tal como o Professor, devem concluir a importância crescente da expansão urbana, sem retirar protagonismo ao papel fundamental do rural ou do campo nessa relação paisagística, económica, social, etc. A influência do aspeto relativo às atividades económicas leva-nos ao elo de ligação com o programa de História do 9º ano e, enfim, a outra parte da nossa aplicação didática.

Resta-nos fundamentar (justificar) os nossos recursos (o que pretendemos utilizar) para a consignação do projeto e os métodos para a efetivação do mesmo: a planificação, o trabalho de grupo, o trabalho de campo, o guião, a utilização do elemento pictórico, a exposição e a apresentação oral.

Quanto à planificação esta é necessária na medida em que a aula deve ser pensada para que os conteúdos não apareçam sem uma sequência lógica, que não tirem lugar aos saberes fundamentais, que não e apresentem como divagações aleatórias e que

¹⁹² Mesmo que não seja expressamente o conceito de condicionamento industrial aplicado, saberá enquadrá-lo no tempo e identificar as consequências que advieram do mesmo.

¹⁹³ Veja-se *Geografia – orientações curriculares: 3º ciclo*, Ministério de Educação, dos autores Ana Cristina Câmara, Conceição Coelho Ferreira, Luísa Ucha Silva, Maria Luísa Alves e Maria Manuela Braz, p. 40

não sejam apenas curiosidades. Devem ser justificados cientificamente, os conteúdos, antes de executados pedagogicamente. Neste aspeto a planificação toma relevância. A planificação serve para criar uma linha orientadora e concetual ou um esquema de aula exequível para que a transposição ao nível da prática pedagógica (a execução) possa ser feita com o máximo rigor. Porém, por vezes, a planificação acaba por ser um instrumento redutor do processo de ensino ou de transposição dos saberes, porque determina que, num relativo curto espaço de tempo, o Professor seja obrigado a seleccionar o essencial que, mais tarde, na formação do aluno, se revelará bastante parco. Aquando da planificação de História tentamos compreender uma simultaneidade de ações para que os alunos entrem num processo de Ensino/Aprendizagem verdadeiramente dinâmico, útil e interessante. Por sua vez, pareceu-nos justo introduzir, na economia do Estado Novo, os resultados e as razões dos números, de uma forma mais ou menos específica, mediante a leitura de gráficos, retirados de correntes historiográficas atualizadas, e “*didatizando*” estes mesmos, segundo o nível de escolaridade. Deste modo, foram introduzidos, como forma de aprofundamento de saberes e conteúdos, gráficos, textos, imagens e outros elementos para interpretação e exploração mediante o diálogo vertical/horizontal. Esta competência, hoje em dia cada vez mais, parece ser condição *sine qua non* para sobreviver num mundo de informação. A planificação orientou-nos e foi-nos fundamental em três pontos: **i)** No cálculo do momento ideal para aproximar conhecimentos de aprofundamento a noções e saberes de base ou operatórios; **ii)** Na relacionação do saber científico à linguagem própria da pedagogia e **iii)** No treino de competências extrínsecas à leitura da História e da Geografia.

Relativamente ao trabalho de grupo, este deve ser executado com a máxima prudência possível, sendo que o Professor deverá ser um coordenador no processo da criação dos grupos, não limitando a autonomia que os alunos tenham no processo de decisão sobre com quem querem trabalhar, assim como na gestão da dinâmica de cada grupo. Os grupos devem ter determinadas características, como não apresentarem mais de 8 elementos e menos de 5 elementos, com um ideal considerado de 4/5 elementos¹⁹⁴, estarem previamente informados dos prazos e apresentarem transparência, honestidade e responsabilidade na execução do trabalho. Assim sendo deve-se considerar à partida objetivos gerais (cuja avaliação *a posteriori* será de extrema importância), como por

¹⁹⁴ Ver a este respeito Ana Maria Pessoa, (1991) *Como organizar um trabalho de grupo?* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, p. 8;

exemplo desenvolver a autoexpressão, a autoconfiança, o espírito-crítico e autocrítico¹⁹⁵ e ainda a determinação autónoma e a responsabilização pelo trabalho próprio e do outro. Em suma, deverão compreender que as tarefas não dependem apenas do indivíduo mas do coletivo. Não deixamos de admitir que o fator maturidade poderá estar mais desenvolvido numa turma de secundário do que numa turma de básico e por essa razão é nos permitido constatar que a dinâmica do trabalho será diferente. O que é semelhante são as ferramentas com que os alunos, do 9º e 11º, vão trabalhar, apesar das diferenças ao nível de exigência dos conteúdos e da produção “científica”. Na elaboração do trabalho de grupo, na aula introdutória especificamente, o professor deve apresentar os temas com o máximo clareza possível, distribuindo o mais rapidamente possível tarefas, sendo que deve contar com três importantes aspetos: o programa da disciplina, a leitura do programa (feita pela figura docente mais do que pelo manual) e os interesses expressos pelos alunos. Segundo literatura científica abrangendo este aspeto, constata-se que não se *pode utilizar este método para todos os tópicos do programa*.¹⁹⁶ Quanto aos aspetos específicos do trabalho de grupo, este deve preservar sempre a boa comunicação entre elementos, promover a democracia (visões e opiniões diferentes sobre um mesmo objeto de estudo) e permitir uma dinâmica coletiva, isto é se o grupo for constituído por 4 elementos deve ter 5 personalidades: as dos 4 elementos mais a personalidade do grupo. Alguns fatores dificultam este processo, como, por exemplo, a falta de comunicação, a subdivisão dos grupos (tendência intimamente individualista de determinados elementos), a isolação de indivíduos e até toda a esfera socio-emotiva própria de determinadas idades e que torna toda a concretização da interdependência laboral muito volátil. Consideram-se três os procedimentos do grupo: **i)** Autoritário (escolha de um chefe ou porta-voz para um grupo), **ii)** *Laissez-faire* (divisão de tarefas em que cada elemento pode ou não dar satisfações ao resto do grupo) e **iii)** Democrático (concretização de uma discussão preliminar, divisão de tarefas e responsabilização das partes pelo todo).¹⁹⁷ O professor terá a tarefa de monitorizar cada grupo, da concretização específica do trabalho até às relações sociais e dinâmica própria, para que possa, no fim, caracterizar melhor a turma com que trabalha. Consideramos, por bem, que o professor deva interferir no trabalho em momentos exatos e delineados previamente, ou seja, numa fase intermédia e imediatamente antes da concretização

¹⁹⁵ Idem;

¹⁹⁶ Cf. Ana Maria Pessoa (1991), *Como organizar um trabalho de grupo?* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, p. 9.

¹⁹⁷ Idem. A autora teve por base a classificação de Lippit e White.

final, sendo que a apresentação oral em grupo deve ser treinada na sala da aula antes de ser posta em prática na biblioteca da escola ou no local de exposição escolhido ou concedido. Justificaremos a importância da exposição oral como ferramenta pedagógica mais adiante. Nessas interferências intermédias, o professor deve tentar orientar o grupo para o trabalho final, com o máximo de rigor possível, para que este último sofra o mínimo de alterações no segundo momento de atuação. Numa folha de avaliação, distribuída no final do trabalho, deve constar uma grelha de avaliação com vários tópicos (em que se privilegiará a auto e hetero avaliação) e um espaço para a avaliação qualitativa. Aconselha-se ao grupo a utilização de uma espécie de “diário do trabalho de grupo”, mediante o qual os alunos escrevam o que, diariamente, fizeram e ainda os problemas derivados da dinâmica.

Justificamos a inclusão do trabalho de campo neste projeto pedagógico, tendo especial em conta as tarefas de geografia: é de extrema importância que os alunos treinem o olhar do geógrafo, considerado nos objetivos mais específicos, mas em termos gerais que eles compreendam que todo o objeto de estudo escrito e descrito nas aulas, nos livros, nos manuais e nos guiões, tem um fundo real, uma transposição para a realidade efetiva e que esta se pode observar cuidadosamente em mudança e nós, seres humanos, pertencemos a essa transformação.¹⁹⁸ Isto é válido tanto para História como para Geografia. Todos os elementos de cada grupo devem estar envolvidos no trabalho de campo e não devem fazer deste uma mera saída do ambiente escolar para fotografar um simples espaço. Para concretizar o trabalho de campo o docente deverá fornecer o itinerário mais simples para chegar ao local em que os alunos podem concretizar a captação do elemento pictórico, assim como o meio de transporte para efetivar esse caminho (preservando-se a utilização dos transportes públicos).¹⁹⁹ Ainda mais, deve-se sempre ativar o seguro escolar para estas situações e, no caso dos alunos do 9º ano, pelo menos, um professor poderá acompanhar a pequena saída do ambiente escolar, muito embora retire um pouco da autonomia do que é explorar uma parte da cidade numa perspetiva de enriquecimento dos saberes. Alguns outros elementos tomados em conta, aquando da concretização do trabalho de campo, devem ser a procura de informação mediante as fontes orais (autóctones e moradores dessas zonas), a procura de outras fotos e informações em locais destinados a esse fim e ainda a interação com o espaço,

¹⁹⁸ O cariz interdisciplinar do contacto com a realidade efetiva está manifestamente expresso no trabalho de campo.

¹⁹⁹ P.e. para a captação de uma fotografia no Amado, no local onde foi a Fábrica de Gás, o aluno, em Coimbra, deve dirigir-se para o autocarro 24T e sair na paragem do Amado-Palácio da Justiça.

compreendendo-o nas suas múltiplas facetas e repetindo o processo de caracterização do mesmo no presente, em comparação com o de outrora. Os alunos devem estar munidos de um bloco de notas para além da máquina fotográfica, a fim de registarem todos os dados que considerem pertinentes.²⁰⁰

Quanto à utilização do guião, convém, em primeiro lugar, referir a falta de literatura especializada da pedagogia e das ciências da educação relativamente ao uso do elemento supramencionado, em contexto de trabalho de grupo. Não obstante, considerou-se: sem guião tornar-se-ia impossível a concretização de um trabalho de grupo a médio e longo prazo, pois não existiriam diretrizes ou linhas racionais de trabalho com as quais os alunos pudessem desenvolver o projeto. Ainda assim, apresentamos um modelo de guião, que não poderá ser mais do que um modelo, o qual serve em toda a extensão os objetivos científicos dos projetos expostos e propostos no 9º ano e 11º ano. Num primeiro ponto, o título é deveras importante de definir, pois este determina o trabalho a ser elaborado, e o título (tema no guião) deve ser claro e sucinto (Ex: Arnado-Fábrica do Gás). Devemos entender ainda que este título é um subtítulo do trabalho geral, pois o título da exposição deve ser definido em contexto de sala de aula (Ex: Coimbra: dinâmica urbana e rural/agricultura, indústria, comércio e serviços do séc. XX ao XXI).²⁰¹ De seguida o guião deve apresentar dois tipos de indicações, as gerais e as específicas. Quanto às indicações gerais, estas devem fazer referência ao tipo de trabalho desenvolvido (se é em cartolina, que elementos pode conter, que dados dos alunos deve apresentar, etc.) e devem ser indicações objetivas, para evitar as questões posteriores dos alunos relativamente aos aspetos logísticos do trabalho. Relativamente às indicações específicas, estas concretizam-se num pequeno texto criado pelo aluno incidindo sobre o tema em particular. Por exemplo, se o tema for o Arnado-Fábrica do Gás em Coimbra, para o 9º ano, baseando-se em análise fotográfica, deve constar uma comparação da paisagem (ainda que sucinta) e, especialmente, das atividades económicas (apelando aos conteúdos lecionados sobre o fomento industrial, o condicionamento industrial, a excessiva ruralização do país, a terciarização dos centros urbanos, etc.). O guião ainda deve apresentar um conjunto de questões-chave, que podem figurar no trabalho final, como tópicos das várias cartolinas, se bem que modificadas do modo interrogativo para o assertivo (por exemplo de “como caracterizas o dinamismo económico do Arnado nos anos 40/50 do séc. XX?” para “O dinamismo

²⁰⁰ Muito embora, admitamos o cariz arrojado disto, não poderemos deixar de o expressar no trabalho.

²⁰¹ Incluímos aqui o título modelo, o qual está conjugado no projeto de história e de geografia.

económico do Arnado nos anos 40/50 do séc. XX...”). Figurará igualmente no guião a bibliografia e a imagem. Relativamente à bibliografia, o Professor deverá certificar-se que esta se encontra disponível na biblioteca da escola para consulta dos alunos e ainda deverá verificar o tipo de linguagem presente na mesma obra, para que não seja demasiado difícil para o aluno. Caso não seja acessível, o Professor deverá explicar o significado de palavras difíceis e os termos técnicos, para que o aluno possa enriquecer o seu conhecimento, mas também aprender a ler aquilo que lê. Quanto à imagem, esta está presente no guião, pois é o ponto de partida para a análise comparativa. Na imagem ou fotografia deve constar a fonte e a legenda, sendo que este último dado é importante para a concretização efetiva do trabalho, visto que sem uma referência espacial e temporal os alunos nunca poderiam efetuar a comparação efetiva dos materiais (os fornecidos e os criados em contexto de trabalho de campo).

Na atualidade, a utilização de material audiovisual na sala de aula é prática comum (a boa utilização ou a utilização correta é outra problema), contudo parece-nos que a interpretação da imagem estática é um ponto bastante subvalorizado. Defendemos que os alunos têm dificuldade em interpretar corretamente um recurso audiovisual, pois o filme ou vídeo exposto nem todo ele é aproveitado, isto é, a parte que nos interessa desse vídeo/filme corresponde a uma pequena parte do total visualizado e, infelizmente, por vezes, os alunos focam-se mais rapidamente no “ruído” do que propriamente na parte do vídeo que interessa. É certo que também funciona como uma estratégia de motivação e bastante literatura científica-pedagógica nos remete para o valor da sua utilização²⁰², mas acontece que há uma clara falta de literatura específica na utilização da imagem em contexto pedagógico. Defendemos que, se os alunos têm dificuldade em selecionar o útil do acessório, aquando da utilização de recursos audiovisuais ou de imagem em movimento deve ser, primeiramente, treinada a interpretação de uma imagem estática. A imagem é de muito mais fácil seleção que o vídeo, e as perguntas orientadoras mais diretas, sendo que a aplicabilidade dos conceitos passa a ser mais rigorosa (dependerá muito também da forma como o Professor conduz o diálogo interrogativo). Outra vantagem na utilização da imagem é a sua disponibilidade e a forma como se apresenta organizada em instituições, espólios pessoais e na *internet*. É, igualmente, menos custoso obter os direitos de uma imagem do que obter os direitos de um filme e mais prático fornecer uma imagem a um aluno para a elaboração de um

²⁰² Ver, a este respeito, Genevière Jacquinot-Delaunay (2006), *Imagem e Pedagogia*, Universidade de França, França.

projeto do que um filme ou vídeo. Em contexto de sala de aula, um simples mapa ou uma caricatura podem explicar mais rigorosamente conceitos históricos e/ou geográficos, do que um demorado filme/vídeo que servirá muitos propósitos, mas que se afasta, por vezes, do objetivos fundamental. Além disso, a fotografia capta ou captou uma parte do real, portanto ao aplicar o método interrogativo estaremos a debruçar-nos sobre a fonte do tema.

Quanto à exposição na escola, como etapa final do trabalho, esta também deve seguir determinados princípios: desde já, reafirmamos que a exposição do trabalho será, porventura, a única parte do ano letivo em que verdadeiramente se confirma e se demonstra o trabalho elaborado, portanto pode ser um pouco injusto se os trabalhos ficarem aquém das expectativas, daí a responsabilidade em concretizar os trabalhos de uma forma rigorosa e com qualidade. Para já, e especificamente falando da exposição sobre as temáticas em causa, esta pode ser feita seguindo duas dinâmicas: a primeira passa por uma dinâmica de orientação a todos os níveis, ou seja, efetivamente, o professor interferirá várias vezes no trabalho dos alunos mas, simultaneamente, retirando autonomia ao grupo, portanto tornando os alunos copilotos da tarefa; a segunda dinâmica passa por uma total responsabilização dos alunos no processo de pesquisa e apresentação de dados, sendo que serão desenvolvidas competências no âmbito da responsabilização e autonomia dos alunos, sob pena dos trabalhos terem menos qualidade (mais erros gramaticais, científicos, etc.). Nesta última hipótese, o Professor é o copiloto do aluno, apenas interferindo numa última fase do processo em que já não emendará a totalidade da cartolina, mas apenas uma parte superficial. Na primeira opção, sendo os alunos guiados na íntegra pelo Professor, haverá duas operações: num primeiro momento os alunos entregarão em papel o que pretendem colocar na cartolina e num segundo entregarão a cartolina. Não se passará o mesmo na segunda hipótese, como já esclarecido. Tomar-se-á esta última opção para avaliar a autonomia dos alunos de uma forma mais objetiva, mas também para determinar que outros sujeitos educativos interferem no processo de elaboração dos trabalhos dos discentes (os pais, a biblioteca, outros professores, o explicador, a comunidade, etc.). Este tipo de interferências ou ajudas não é necessariamente negativa. De facto será benéfico constatar que um certo número de indivíduos se interessa pelo trabalho dos alunos, além do professor. Em termos mais específicos, convém afirmar que a elaboração da exposição deve resultar de várias etapas, sendo que, num aspeto geral, os alunos devem organizar-se mediante pequenas “comissões” e “subcomissões”

encarregados de vários momentos e partes do trabalho²⁰³, pedindo autorização, em primeiro lugar, à Direção. Os alunos devem estar cientes (assim como o Professor e a Direção) dos vários dados da exposição (Nome, Objetivos, Datas-limite, Turmas implicadas, Recursos vários). O Professor deve saber “Quem faz”, “O que faz”, “Durante quanto tempo” e o “Material Necessário”²⁰⁴, sendo que a elaboração de um relatório e de uma ficha de avaliação é proveitoso para compreender melhor o trabalho dos alunos.²⁰⁵ Sugerimos, para a exposição, uma conferência inicial, a fazer pelo professor organizador, e depois as apresentações dos temas pelos alunos ou por um porta-voz de cada grupo. Relativo às cartolinas, estas devem ser apelativas e informativas, fáceis de analisar, com pequenos textos elaborados pelos alunos para explicação do tema que encerra a cartolina. Previamente será decidido quem ficará com os cartazes ou cartolinas e quem desmontará a exposição, sendo do agrado do professor orientador que a mesma reverta para o espólio da escola, a fim de ser utilizada posteriormente com o mesmo ou outro objetivo, visto que a transmissão de saberes a outras turmas de futuras gerações deve estar sempre presente no espírito dos veículos promotores deste tipo de atividades.²⁰⁶ Relativamente às questões monetárias e de segurança, dado que as fotografias foram retiradas fora do contexto de sala de aula, impressas ou revelada pelos alunos e as cartolinas compradas pelos mesmos, dois elementos deverão ser ativados: o seguro escolar, por causa da deslocação dos alunos para a concretização de uma tarefa pedagógica fora da escola e uma lista comum das despesas a ser apresentada à Direção, para que, possivelmente, os alunos sejam reembolsados ou a despesa geral seja, pelo menos, atenuada. Estes e outros dados, de natureza exógena ao projeto, devem estar presentes e devem chegar aos alunos e pais/encarregados de educação dos alunos antes da concretização do mesmo.

Um último ponto prende-se com a apresentação oral e como e quando esta deve ser efetuada. A apresentação oral do trabalho em causa deve ser feita em dois momentos e dois lugares distintos: na sala de aula numa avaliação intermédia das tarefas, para que o Professor corrija o aluno de eventuais erros no seu discurso, obrigando-o a pensar e reformular o mesmo para quando o apresentar posteriormente. Treina-se desta forma

²⁰³ Cf. Ana Maria Pessoa, (1991), *Como organizar uma exposição na escola*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Estes pontos estão também intrínsecos à realização do trabalho de campo e do trabalho de grupo, dado que interessa ao Professor saber quem efetuou, quem participou e quem não colaborou, apesar das dificuldades existentes, normalmente, em averiguar estes dados.

²⁰⁶ E ainda, presente nesta atitude, o aproveitamento de trabalhos para outras exposições.

duas competências: o registo oral em particular nas especificidades da língua portuguesa – gramática, riqueza vocabular e construção frásica – e o registo oral aquando do seu aspeto formal, ou seja a entoação, a presença, a circulação, a segurança. A comunicação (saber falar) é vital para o sucesso dos nossos alunos no decorrer da sua vida (em qualquer situação, dentro ou fora da esfera profissional). Cabe-nos agora responder o como fazer a apresentação oral. Em primeiro lugar, os alunos devem ter o cuidado de elaborar um pequeno guião ou um resumo dos principais pontos do trabalho, para não o apresentarem na íntegra, ou seja, referirem ao público apenas o essencial. Lembramos que na *maior parte dos casos, [...] um óptimo trabalho escrito é pessimamente apresentado a nível oral*²⁰⁷ e, para evitar isto, os alunos devem ter em consideração os seguintes fatores: quem é o público-alvo, que estratégias vão utilizar os alunos, que recursos, quanto tempo precisarão e que distribuição nos subtemas²⁰⁸. Ajudará neste ponto a preparação prévia. É necessário ainda considerar outros fatores, como o tipo de público, os elementos que vão falar e quais as estratégias que seguem para tornar mais apelativa a comunicação. Uma sugestão para tornar a exposição mais apelativa é, depois da apresentação, iniciar um debate²⁰⁹, levantando perguntas ora com o público-alvo ora com os grupos da outra turma. Seria interessante de observar um debate entre dois temas que se completam, mas que ainda deixam mais perguntas que respostas. Treinar-se-ia, deste modo a competência argumentativa e a posição crítica. Caso se optasse pelo debate, o mesmo seria moderado pelo docente, dado a posição neutral e assumidamente consciente relativamente ao trabalho dos vários grupos das duas turmas.

7.4. Possíveis Conclusões

Como referimos anteriormente, o presente trabalho não teve recolha e interpretação de dados e por isso não podemos retirar nenhuma conclusão real sobre a aplicabilidade, visto que não verificamos se o nosso projeto funciona ou não e o que podemos avaliar, modificar, retirar ou melhorar na mesma proposta. Porém, nem por isso devemos deixar de tecer algumas considerações conclusivas sobre a proposta pedagógica. De facto, mediante a elaboração dos materiais e o pensamento delineado sobre as tarefas passamos a compreender melhor todos os processos e dinâmicas que estão por detrás da transposição dos conhecimentos em sala de aula. Desde já

²⁰⁷ Ana Maria Pessoa, *Como fazer a apresentação oral de um trabalho escrito*, (1991) Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Ibidem.

apontamos **i)** o conhecimento sistemático e organizado dos saberes maximiza as potencialidades dos mesmos na transposição pedagógica; **ii)** a criação de materiais de fácil interpretação e uso de fontes científicas adotados com propósitos pedagógicos é um processo natural do mecanismo Ensino/Aprendizagem que, bem adotado, solidifica as bases dos saberes dos alunos e expande os conhecimentos científicos do docente, atualizando-os; **iii)** quando há uma maior aproximação às dinâmicas da turma a adoção de táticas pedagógicas é mais fácil em função das características da turma e, deste modo, a margem de erro do projeto é mínima; **iv)** a execução das planificações deve ser feita à luz dos conhecimentos científicos e não dos termos e saberes do manual que se aplica em repetições sem problematização efetiva. Relativamente ao último ponto não estamos a afirmar com isto que a repetição não é um instrumento pedagógico, porém apenas estamos a constatar que a leitura do manual sem a reflexão dos saberes dentro e fora do manual (mera leitura do programa) é um passo para a não compreensão do que se lê. Desta forma defendemos uma leitura proativa do programa, com base em recursos científicos verificados e bibliografia atualizada.

Por fim, resta-nos dizer que compreendemos a importância do conhecimento científico na transposição pedagógica, em particular a presença de fontes na construção dos saberes e apenas lamentamos que não se tenha verificado uma verificação na aplicação destas mesmas teses.

Considerações Finais

Depois da elaboração do relatório, as suas partes científica e pedagógica e tendo presente o trabalhoso ano de estágio que experienciei estou apto para tecer algumas considerações. Em primeiro lugar considero bastante difícil a realização de um relatório de estágio com equivalência a uma dissertação de mestrado mediante as condições que foram facultadas, pelo menos a realização em qualidade. Considere-se esta constatação para suportar apenas o desejo que tive, desde início, em conferir qualidade às duas macro partes deste relatório: **i)** aquela que se prendia com toda a dinâmica do mundo pedagógico, a contextualização da escola, a caracterização do meio e das turmas, a reflexão sobre a atividade letiva supervisionada, o elencar das atividades e a reflexão geral das mesmas, mas sobretudo a aplicação didática ou proposta pedagógica, como assim a entendemos na sua explicitação, fundamentação e justificação metodológica **ii)** toda a parte científica que serve de fundamento monográfico à aplicação didática e que, supostamente, foi colocada em prática no meio escolar. Não se verificando condições, foi remetida como proposta. O que essencialmente retirei do presente ano e relatório é que o segundo não é um produto direto do primeiro e que houve necessidade de tomar decisões. De facto, o que decidi foi apostar ao máximo numa justificação teórica para tornar a aplicação didática mais robusta, visto que não a apliquei, porém com limitações ao nível do tempo, caracteres, páginas, etc. senti que o meu trabalho poderia perder alguma qualidade. Contudo, penso, não foi o caso. Descobri que Coimbra necessita, a par e passo, de uma história económica e social detalhada e que cubra os múltiplos aspetos das suas dinâmicas internas, de um estudo de aproximação geográfica ao seu território com a ajuda valiosa das pesquisas efetuadas em Arquitetura e, neste aspeto, da inventariação de novos conceitos para novas realidades. O espaço evolui como a ciência avança, e esta última deve saber acompanhar o primeiro. O tempo passou e o que dizia respeito a uma vitalidade económica há trinta anos, pode ser visto e revisto em perspetiva agora. Em suma, o trabalho em História e Geografia, em termos interdisciplinares ou mesmo isolados, pode ser efetuado e deve mesmo ser concretizado, para compreender melhor os desígnios desta cidade, em duas esferas científicas tão afastadas e tão próximas. Acabei o relatório igualmente consciencializado que o trabalho pedagógico é uma realidade concretizável se a nossa imaginação e a nossa força de trabalho reiterar o que explicitamos na fundamentação teórica, o que por sua

vez representa um aspeto fundamental na correta didatização dos saberes. A didática e a pedagogia são os instrumentos de orientação de um Professor de História e de um Professor de Geografia que não podem abdicar de se tornar, simultaneamente, historiadores e geógrafos, mantendo-se constantemente atualizados ao nível dos saberes científicos.

Bibliografia

Obras de âmbito científico

ALBURQUERQUE, Paulo José Arnaldo (2007), *Terciarização e regeneração urbana*, Coimbra, tese de mestrado em Engenharia Civil, especialização em Engenharia Urbana, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

BAUD, Pascal, BOUGEAUT, Serge e BRAS, Catherine, *Dicionário de Geografia*, Plátano Editora;

BRITO, José Maria Brandão de Brito, (1989) *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965) – O condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote;

CAETANO, Lucília de Jesus, (1987), “A Terciarização das zonas industriais: o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra, 1986 – Actas pp. 481-490;

COUCH, Chris, (2003) “Urban Regeneration in Europe”, Oxford;

CULLEN, Gordon (2008), *A Paisagem Urbana*, Lisboa, Edições Setenta;

DERRUAU, Max, (1973), *Geografia Humana II*, Montijo, Editorial Presença;

EDWARD, Relph, (1987), “*A Paisagem Urbana Moderna*”, Lisboa;

FERREIRA, Bruna Caleiro, (2012) *Arquitetura Industrial em Coimbra: A Zona Industrial na Pedrulha*, prova de dissertação de mestrado integrado em arquitetura, Coimbra, Departamento de Arquitetura FCTUC;

FERREIRA, Carolina, (2007) *Coimbra aos Pedços: Uma abordagem ao espaço urbano da cidade*, Prova final de Licenciatura em Arquitetura pelo Departamento FCT da Universidade de Coimbra, Coimbra;

FONSECA, Maria Rita Monteiro (2009) *Coimbra, cidade verde: introdução à análise dos espaços verdes da cidade de Coimbra*, Coimbra, prova final de licenciatura em Arquitetura, Departamento de Arquitetura da FCTUC.

GAMA, António, (1987) “Indústria e Produção de um Espaço Peri-urbano” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 33-54;

GAMA, António, (1992) “Urbanização Difusa e Territorialidade Local” in *Revista Crítica e Ciências Sociais*, nº 34, pp. 161-172;

GARRIDO, Dulce e COSTA, Rui, (2006) *Dicionário Breve de Geografia*, Lisboa, Editorial Presença;

GONÇALVES, Guida Manuela Ramalho, (2010) *Coimbra por entre linhas: o transporte colectivo sobre carris e a evolução do espaço urbano*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura do FCTUC, Universidade de Coimbra;

HOGAN, Michael J. (1995) *The Marshall plan: American, Britain, and the reconstruction of Western Europe*, Universidade de Cambridge;

LACOSTE, Yves, (2005) *Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Editorial Teorema;

LAÍNS, Pedro, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” (1994) in *Análise Social*, vol. XXIX (128), (4ª), 923-958

LAÍNS, Pedro (1995) *A economia portuguesa no séc. XIX, Crescimento Económico e Comércio Externo. 185-1913.*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda;

MADUREIRA, Nuno Luís (coord. vol. I e org. vol. II e III), AMORIM, Inês (coord. vol. II), MARTIN, Conceição Andrade (coord. vol. III) e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord. vol. III), (2001) *História do Trabalho e das Ocupações, Vol.I – A Indústria Têxtil, Vol. II – Setor das Pescas e Vol.III – Agricultura*, Lisboa;

MARQUES, A. H. de Oliveira, MACEDO, António Borges de e C., de A. , entradas “Indústria – Na idade Média”; “Indústria - Na Idade Moderna” e “Indústria - Na Idade Contemporânea” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 301 -314

MATEUS, Maria de Lurdes Roxo, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, dissertação de doutoramento na área de Geografia, Coimbra, apresentado à Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras;

MENDES, José Amado (1985) “Coimbra no primeiro quartel do século XX: aspetos económicos e sociais”, Sep. in *Biblos*, 60, Coimbra, pp. 385-395;

MENDES, José Amado, (1984) *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra;

MENDES, José Amado (1983) *Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra*, Coimbra, Publicações do Museu Nacional de Machado de Castro;

NUNES, João Paulo Avelãs, (2010) *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947): atividade mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, tese de doutoramento em História (História Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra;

NUNES, João Paulo Avelãs, “A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço de caracterização” in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002);

OLIVEIRA, José Manuel Pereira, CAETANO, Lucília de Jesus, CRAVIDÃO, Fernanda Delgado e MATEUS, Manuel Amado (Orgs.) (1991), *II Jornadas de Geografia Humana: Terciarização e Desenvolvimento – Actas*, Coimbra, Universidade de Coimbra;

PAIS, Armando da Silva, (1965) *O Barreiro Contemporâneo I*, Barreiro, edição da C. M do Barreiro;

PAIS, Armando da Silva, (1968) *O Barreiro Contemporâneo II*, Barreiro, edição da C. M. do Barreiro;

PAIS, Armando da Silva, (1971), *O Barreiro Contemporâneo III e Miscelânea*, Barreiro, edição da C. M. do Barreiro;

PEREIRA, Márcia Andreia Guedes (2010), *Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa;

RELPH, Edward, (2002), *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70;

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Maria Amado (1999) *História da Indústria portuguesa: da idade média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América;

ROLO, Maria Fernanda (2004), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Instituto Diplomático, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

ROSAS, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José, (org.) *História de Portugal (VII Vol.)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento;

SANTOS, Lusitano dos, (1983) *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra: 1- O Plano De Gröer, Anos 40; 2- O Plano Regulador, Anos 50; 3- O Plano Costa Lobo, Anos 50*, Museu Nacional Machado de Castro, Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, Coimbra, Universidade de Coimbra;

Seminário Internacional *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional* de Coimbra, 1989 (1990), Coimbra, Comissão da Coordenação da Região Centro (org.);

SILVA, Armando Carneiro da, (1967) “Evolução Populacional Coimbrã” in Separata do «Arquivo Coimbrão», Vol. XXIII, Coimbra, Coimbra Editora Lda;

SILVA, Susana Margarida Valente da, (2009) *Deambulando pela Baixa de Coimbra: O Comércio Tradicional em Contexto Urbano*, Coimbra, relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdade Sociais e Sindicalismo, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra;

SOBRAI, Francisco, (1987) “O gradiente urbano rural no crescimento estatual da população portuguesa entre 1930 e 1980” in Sep. Garcia da Orta, Sér. Antropobiol. 5 (1-2), 1987/88, pp. 27-34.

TIAGO, Daniel José Pinto, (2010) *Requalificação Urbana da Baixa de Coimbra* Dissertação de Mestrado em Cidade e Culturas Urbanas apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra;

Obras de âmbito didático / Manuais Escolares

AZEVEDO, Rui (2011) *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação: guião de apoio*, Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação;

COUTINHO, Clara (2011) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humana: teoria e prática*, Coimbra, Edições Almedina;

FERRONHA, António Luís (2001) *Linguagem audiovisual: pedagogia com a imagem – pedagogia da imagem*, Mafra, Edições Elo;

JACQUINOT-DELAUNAY, Genevière, (2006), *Imagem e Pedagogia*, Universidade de França, França;

MATOS, António, SANTOS, Fernando e LOPES, Francisco, (2008) *Espaço Português, Manual de Geografia A, do Ensino Secundário, 11º Ano*, Lisboa, Edições ASA II;

MENDES, José Amado, CRISANTO, Natércia e SIMÕES, Isabel, (2003), *Novo História 9*, Porto, Porto Editora; (Manual Escolar)

NEVES, Pedro Almiro (coord.), AMARAL, Cláudia, CASTRO, Júlia e ALVES, Bárbara, (2010), 1ª ed., *Descobrir a História 9*, Porto, Porto Editora; (Manual Escolar)

PESSOA, Ana Maria, (1991) *Como fazer um trabalho escolar: da pesquisa à apresentação de dados*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

PESSOA, Ana Maria, (1991) *Como apresentar uma bibliografia?*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

PESSOA, Ana Maria, (1991) *Como apresentar um trabalho escolar?: aspeto formal*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

PESSOA, Ana Maria, (1991) *Como fazer a apresentação oral de um trabalho?*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

PESSOA, Ana Maria (1991), *Como Organizar uma Exposição na Escola*”, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

PESSOA, Ana Maria (1991), *Como Organizar um Trabalho de Grupo?* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal;

QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUD, LucVan, (2005), 4ªed., *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva;

FONTES

Imagens

Na Capa:

Fonte: <http://www.redbubble.com/people/scottbarker/works/5881000-city-scape-architect-drawing>

Presentes no Anexo:

Fig. 4. A Fábrica do Gás, panorâmica poente da zona do Arnado, concedida pela Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra;

Fig. 5. A Fábrica dos Curtumes, Casa do Sal, 1949, concedida pela Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra;

Fig. 6. A Fábrica Triunfo, nos anos 40-50, concedida pela Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra;

Fig. 9. O Liceu Dona Maria, 1947, concedida pela Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra;

Fig. 10. O Estádio Municipal de Coimbra e a zona do Calhabé, concedida pela Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra;

Fig. 11. A Vista aérea do Bairro Marechal Óscar Carmona (atual Bairro Norton de Matos), provavelmente nos anos 40, retirada de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013);

Fig. 12. A Vista aérea do Bairro Norton de Matos, atualmente, retirado de www.encontrogeracoesbnm.blogspot.com (acedido a 23 de fevereiro de 2013).

Fig. 13. Avenida de Santa Cruz, segundo De Gröer, retirada de Lusitano dos Santos (1983) *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*, Coimbra, p. 13

Fig. 14. Estradas e caminhos-de-ferro a desenvolver, segundo De Gröer, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Fig. 15. Planta com as zonas e áreas satélites a desenvolver, segundo plano de De Gröer, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Fig. 16. Zonas a desenvolver e polos/centralidades existentes, segundo De Gröer, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Fig. 17. Cartograma do Plano Regulador de Coimbra do engenheiro Almeida Garrett, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Fig. 18. O Plano de Urbanização do Vale das Flores, em 1971, segundo o arquiteto E. Ferreira, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Presentes no corpo de texto:

Fig. 1. A população urbana distrital e o contributo para a urbanização, retirada de Teresa Barata Salgueiro (1999) *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, p. 62;

Fig. 2. População ativa por distritos, 1981, retirada de J. M. Pereira Oliveira e Mário Antunes de Matos (org.), (1991) “Terciarização e Desenvolvimento” in *Jornadas de geografia humana - terciarização e desenvolvimento*, Actas, Coimbra, p. 35;

Fig. 3. Diagrama da Cidade-Jardim, extraído de Edward Relph, (2002), *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70, p. 58;

Fig. 4. Diagrama da Cidade-Jardim (2), extraído de Edward Relph, (2002), *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70, p. 58;

Fig. 5. Vista aérea sobre as áreas dos Bairros de Santa Cruz, Celas, Olivais e o Penedo da Saudade, nos anos 40, retirado de

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013);

Fig. 6. Plano Regulador do anos 50, segundo o princípio do zonamento, pelo engenheiro Almeida Garrett, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013);

Fig.7. U.R. do Calhabé, segundo Almeida Garrett, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013)

Fig. 8. Zonamento segundo classe e espaços habitacional, mediante o plano de Almeida Garrett, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013)

Fig. 9. Avenida Emídio Navarro, anos 50, concedido pela IBMC (Imagoteca, da Biblioteca Municipal de Coimbra);

Fig. 10. Vista aérea sobre o Bairro Norton de Matos, em 1959, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013)

Fig. 11. O Calhabé, mediante divisão por área ou zona, segundo Manuel Costa Lobo, retirado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> (acedido a 19 de maio de 2013)

Fig. 12. Colocação dos Carris em 1910 no Largo da Portagem, retirado de Guida Manuela Ramalho Gonçalves, (2010) *Coimbra por entre linhas: o transporte colectivo sobre carris e a evolução do espaço urbano*, p. 49;

Fig. 13. Largo da Portagem, 1954, concedido pela IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra);

Fig. 14. Mapa das Freguesias de Coimbra por Setor de Atividade, segundo Censos de 2001, retirado com adaptação e modificação de Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Os campos de Coimbra: do rural ao urbano*, Coimbra, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, p. 253

Fig. 15. Escola Infanta Dona Maria na zona conhecida como Calhabé, em 1947, concedido pela IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra)

Fig. 16. Campo de futebol da AAC, no lugar do atual Estádio Municipal de Coimbra, e zona do Calhabé nos anos 40, concedida pela IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra)

Fig. 17. Vista aérea sobre a zona do Calhabé, Bairro Norton de Matos e Vale das Flores, atualmente, retirado de http://3.bp.blogspot.com/L3CpIbPkyuw/Tnyk0rtzoYI/AAAAAAAAAHHQ/hdI73ro1PgY/s1600/Bairro_Norton_de_Matos_vista_aerea.jpg (acedido a 23 de fevereiro de 2013)

Fig. 18. Vista de Santa Clara na segunda metade do séc. XX, retirado de Guida Manuela Ramalho Gonçalves, (2010) *Coimbra por entre linhas: o transporte colectivo sobre carris e a evolução do espaço urbano*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura da FCTUC, p. 79;

Nota:

As imagens presentes nos instrumentos elaborados para a parte didática têm a fonte indicada nos mesmos.

Legislação

Base 5ª do Decreto nº 12 051, de 31 de Julho de 1926 – primeiro importante decreto do condicionamento industrial (atividade industrial de moagem);

Decreto-Lei nº 13 133, de 4 de Fevereiro de 1927 – segundo importante decreto com vista o condicionamento industrial (indústria resinosa);

Decreto-Lei nº 14 495, de 28 de Agosto de 1927 – condicionamento industrial (indústria resinosa);

Decreto nº 19 409, de 4 de Março de 1931, que aprova o regulamento sobre o condicionamento industrial;

Decreto nº 19 354, de 14 de Fevereiro de 1931, que institui, oficialmente, o condicionamento industrial;

Lei nº 1956, de 17 de Maio de 1937, lei do condicionamento industrial;

Lei nº 2005, de 14 de Março de 1945, do Fomento e Reorganização Industrial;

Decreto nº 36 443, de 30 de Julho de 1947, que elenca as indústrias abrangidas pelo condicionamento;

Lei nº 2002, de 26 de Dezembro de 1944, que inicia, legalmente, o processo de eletrificação do país;

Lei nº 2005, de 14 de Março de 1945, do fomento e reorganização industrial;

Lei nº 2052 de 11 de Março de 1952, do condicionamento das indústrias;

Lei nº 1914, de 24 de Maio de 1935, relativa à reconstituição económica;

Decreto-Lei nº 36 501, de 9 de Setembro de 1947, que cria o Fundo de Fomento Industrial;

Decreto-Lei nº 37 538, de 2 de Setembro de 1949, que cria o Fundo de Fomento de Exportação;

Lei nº 2058, de 29 de Dezembro de 1952, responsável pela criação do I Plano de Fomento (1953-1958)

Lei nº 2094, de 25 de Novembro de 1958, responsável pela criação do II Plano de Fomento (1959-1964)

Lei nº 2123, de 14 de Dezembro de 1964, responsável pela criação do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)

Lei nº 2133, de 20 de Dezembro de 1967, responsável pela criação do III Plano de Fomento (1968-1973);

Gráficos, Quadros e Tabelas

Presentes no Anexo:

Quadro: Planos de Fomento e setores de atividade, retirado de Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in Análise Social (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro I da p. 928;

Quadro: Crescimento da economia portuguesa/PIB, Agricultura, Indústria, Serviços e População, retirado de Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in Análise Social (1994), vol. XXIX (128), (4ª), o Quadro II da p. 936

Quadro: Fontes de Crescimento do Produto Industrial, retirado de Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in Análise Social (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro nº 8, p. 946

*Quadro: Formação de Sociedades de Panificação entre 1910 e 1927, retirado de José Amado Mendes (1984), *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Quadro IV, p. 65*

*Quadro: Evolução da população ativa por setores de atividade (1950-2001), retirado de Maria de Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, Coimbra, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Figura 2.16, p. 185*

Gráfico: Crescimento económico por setores de atividade e do PIB (1947-1992), retirado de Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in Análise Social (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Gráfico nº 1, p. 938

Tabela 1: População empregada por local de residência e atividade económica, extraída do INE;

Cartograma nº 1 do Plano Diretor Municipal de Setembro de 1993, de PMD da Câmara Municipal de Coimbra.

Presentes no corpo de texto:

Quadro 1 - Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes (%) por Local de residência (NUTS – 2001), extraído do INE;

Gráf. 1. População residente por freguesias, segundo os Censos de 1940, de elaboração própria, partir do VII Recenseamento Geral da População, Distrito de Coimbra, Vol. VII, de 12 de Dezembro de 1940;

Gráf. 2. Evolução da densidade populacional em Coimbra, nos anos de 1981, 1991 e 2001, retirado de Maria Lurdes Roxo Mateus, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, Coimbra, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra p. 219.

Gráf. 3. Evolução da população residente nas freguesias de Coimbra, segundo os Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011, de elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

Gráf. 4. Número de alojamentos nas freguesias de Coimbra, segundo os censos de 1991 e 2001, de elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

Gráf. 5. Proporção da população residente com ensino superior completo (%) nas freguesias de Coimbra, segundo os Censos de 2001, de elaboração própria, com base em dados retirados do INE.

Outras

I Plano de Fomento, vol. I (1953-1958), (1959), Lisboa, Imprensa Nacional;

II Plano de Fomento, vol. I (1959-1964), (1964), Lisboa, Imprensa Nacional;

Plano Intercalar de Fomento, (1965-1967), (1965), Lisboa, Imprensa Nacional;

III Plano de Fomento, vol. I (1968-1973), (1972), Lisboa, Imprensa Nacional;

Organização Curricular e Programas, Vol.1 do Ensino Básico – 3º Ciclo, História do Ministério da Educação;

Geografia – orientações curriculares: 3º ciclo, Ministério de Educação, dos autores Ana Cristina Câmara, Conceição Coelho Ferreira, Luísa Ucha Silva, Maria Luísa Alves e Maria Manuela Braz;

VII Recenseamento Geral da População, Distrito de Coimbra, Vol. VII, de 12 de Dezembro de 1940;

Suporte Digital

Para obras completas ou artigos

MADUREIRA, Nuno Luís (coord. vol. I e org. vol. II e III), AMORIM, Inês (coord. vol. II), MARTIN, Conceição Andrade (coord. vol. III) e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord. vol. III), (2001) *História do Trabalho e das Ocupações, Vol.I – A Indústria Têxtil, Vol. II – Setor das Pescas e Vol.III – A Agricultura, Lisboa*;

- Vol. I – A Indústria Têxtil

http://www.fileden.com/files/2012/7/19/3327588/Historia%20Trabalho%20e%20Ocupacoes_Textil_Vol1.pdf (acedido a 4 de março de 2013)

- Vol. II – Setor das Pescas

http://www.fileden.com/files/2012/7/19/3327588/Historia%20Trabalho%20e%20Ocupacoes_Pescas_Vol2.pdf (acedido a 4 de março de 2013)

- Vol. III – A Agricultura

http://www.fileden.com/files/2012/7/19/3327588/Historia%20Trabalho%20e%20Ocupacoes_Agricultura_Vol3.pdf (acedido a 4 de março de 2013)

SILVA, Susana Margarida Valente da (2009) *Deambulando pela Baixa de Coimbra: O Comércio Tradicional em Contexto Urbano*, Coimbra, relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdade Sociais e Sindicalismo, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra;

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12292/1/Deambulando%20pela%20Baixa%20de%20Coimbra%20-%20O%20Com%C3%A9rcio%20Tradicional%20em%20Contexto%20Urbano.pdf>

(acedido a 20 de dezembro de 2013)

LAÍNS, Pedro, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” (1994) in *Análise Social*, vol. XXIX (128), (4ª), 923-958

http://pedrolains.typepad.com/pedrolains/files/lains_1994.pdf (acedido a 25 de fevereiro de 2013)

MATEUS, Maria de Lurdes Roxo, (2009) *Campos de Coimbra: do rural ao urbano*, dissertação de doutoramento na área de Geografia, Coimbra, apresentado à Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras;

<https://estudogeral.sib.uc.pt/.../Tese%20Campos%20de%20Coimbra.pdf>

(acedido a 28 de fevereiro de 2013)

GAMA, António, (1992) “Urbanização Difusa e Territorialidade Local” in Revista Crítica e Ciências Sociais, nº 34, pp. 161-172;

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11609/1/Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20Difusa%20e%20Territorialidade%20Local.pdf> (acedido a 20 de maio de 2013)

GAMA, António, (1987) “Indústria e Produção de um Espaço Peri-urbano” in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, pp. 33-54;

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11688/1/Ind%C3%BAstria%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20Espa%C3%A7o.pdf> (acedido a 20 de maio de 2013)

Capítulo 4. Ordenamento da Periferia Urbana em Coimbra no Século XX;

http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=Cap.%204%20Ordenamento%20da%20Periferia%20Urbana%20De%20Groer%20pdf&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frepositorioiul.iscte.pt%2Fbitstream%2F10071%2F1304%2F11%2F40_Cap4_Orden_PUC_SecXX.pdf&ei=BuTnUdP_KLKS7AauYC4DQ&usg=AFQjCNHzE21zPSzOIWUZcSFHvlehSmxoRA&bvm=bv.49478099,d.ZGU (acedido a 23 de fevereiro de 2013)

Para Imagens, Fotografias e/ou outros elementos pitóricos presentes neste trabalho, referenciamos especialmente este *website*:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17> *

(acedido a 19 de maio de 2013)

Para fontes estatísticas:

www.ine.pt

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=72914160&att_display=n&att_download=y

ANEXO I

[QUADRO N.º 1]

	Planos de fomento					
	LRE	I	II	Intercalar	III	PDR (d)
	1935-1950	1953-1958	1959-1964	1965-1967	1968-1973	1994-1999
Aplicações (em percentagem)						
Sector produtivo	32,0	29,3	44,8	55,5	48,4	48,4
Agricultura	30,7	17,4	17,3	8,2	(b) 13,5	(b) 16,0
Indústria	(a) 1,3	11,9	27,5	43,1	25,2	(e) 24,0
Turismo e serviços	—	—	—	4,2	9,7	8,4
Infra-estruturas	68,0	70,3	55,2	43,9	51,5	51,6
Energia	1,5	35,3	21,4	17,0	14,6	0,4
Transportes e comunicações	36,4	32,8	30,8	18,0	(e) 23,8	24,6
Habitação e urbanismo	30,1	—	—	5,4	6,6	2,3
Educação e saúde	—	2,2	3,0	3,5	6,5	(f) 24,3
Total (milhões de contos a preços correntes)	4,4	8	21	35	122	6580
Em percentagem da FBCF	—	14,2%	20,4%	42,9%	39,1%	—
Em percentagem do PIB	< 2%	2,4%	4,3%	9,6%	10,1%	(g) (9%)
Financiamentos (em percentagem)						
Sector público administrativo	100,0	51,0	23,0	30,0	29,7	12,5
Capital estrangeiro	—	10,0	23,0	n. d.	13,1	(h) 53,2
Empresas públicas e privadas	—	39,0	54,0	n. d.	57,1	34,3

LRE = Lei de Reconstituição Económica; PDR = Plano de Desenvolvimento Regional.

- (a) Minas.
 (b) Inclui pescas.
 (c) Inclui «melhoramentos rurais».
 (d) Por motivos de comparação, tomou-se a composição por sectores da alínea «Fortalecer a base económica regional», não explicitada na fonte, igual à da média nacional.
 (e) Inclui o programa específico para os têxteis RETEX.
 (f) Inclui formação profissional e ambiente.
 (g) Projecção da fonte, sendo o PIB para 1994-1999 estimado com base numa taxa de crescimento média anual de 3% para 1993-1999.
 (h) «Subvenções comunitárias».

Fontes: Nunes e Valério (1983, pp, 342 e 353), Nunes e Brito (1992), MPAT (1993) e Neves (1994, pp, 210-211).

Fig. 1. Quadro: Planos de Fomento/Setores de Atividade

Fonte: Pedro Laíns, "O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990" in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro I da p. 928

Fontes de crescimento do produto industrial
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8]

	Procura final			Exportações			Substituição de importações		
	1959-1964	1964-1970	1970-1974	1959-1964	1964-1970	1970-1974	1959-1964	1964-1970	1970-1974
Alimentação, bebidas e tabaco	90	68	117	-3	21	16	4	-1	-25
Têxteis	70	-18	52	46	75	81	-5	6	-19
Vestuário e calçado	6	78	44	29	24	80	4	-3	-17
Madeiras, cortiças e mobiliário	80	72	57	39	55	65	1	-8	-5
Papel, tipografia e editoriais	34	20	48	38	69	64	23	-6	-2
Produtos químicos	67	65	103	37	34	59	-3	8	-46
Petróleo e carvão	107	42	55	-8	55	17	18	-3	19
Minerais não metálicos	99	46	101	17	26	11	8	18	-1
Metalurgia de base	63	62	140	20	38	54	33	2	-92
Produtos metálicos	68	64	98	11	24	18	39	-12	-7
Construção e reparação naval	746	41	40	-66	71	93	-204	-8	-9
Diversos	259	57	84	41	27	16	-39	1	0
Indústria	85	71	94	17	21	23	1	1	-11

Nota. — A diferença para 100% da soma em linha corresponde às alterações nos coeficientes técnicos de produção, de importância reduzida em termos gerais, com excepção dos efeitos negativos na reparação e construção naval.

Fonte: Cravinho (1982, pp. 275, 278 e 281); v. também Rocha (1981, p. 299).

Fig. 2. Fontes de Crescimento do Produto Industrial

Fonte: Pedro Laíns, "O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990" in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Quadro n.º 8, p. 946

QUADRO IV
SOCIEDADES DE PANIFICAÇÃO (1910-1927)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE				
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA	N.º DE SÓCIOS	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	DATA DE CONSTITUIÇÃO	FONTE
Coimbra	Coimbra	Cortinhas & Ferreira	2	1	16.6.1910	(1)
"	"	Maia Simões & C.º	4	2	8.6.1911	(2)
"	"	Joaquim de Sousa Neves Júnior & C.º	2	2	26.5.1915	(3)
"	"	Santos Almeida Filho & Cunha	2	2	30.1.1920	(4)
"	"	Tavares, Duarte & Simões	3	1,2	27.2.1920	(5)
"	"	Panificação de Coimbra, Ld.º	8	40	4.3.1920	(6)
"	"	Ribeiro Magalhães & C.º, Ld.º	3	20	2.2.1921	(7)
"	"	Faria & Maia	2	5,1	25.7.1921	(8)
"	"	Brízido & Irmão	2	7	8.1.1923	(9)
"	"	Ribeiro e Ferreira, Ld.º	2	30	17.1.1923	(10)
"	"	Coelho da Silva, Ld.º	2	20	25.9.1924	(11)
"	"	Silva e Santos	2	18	24.4.1926	(12)
"	"	Nunes & Ferreira	2	5	26.5.1926	(13)
"	"	Simões e Sousa	2	28	2.9.1926	(14)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Oliveira, Duarte & Marques	3	1,8	9.10.1920	(15)
"	Buarcos	Alves & Mendes	2	0,6	24.11.1920	(16)
"	Gala	Marques & C.º	2	0,9	3.12.1920	(17)
"	Buarcos	M. Ferreira, Irmão & Alves	3	1,6	28.2.1921	(18)
"	Figueira da Foz	Nunes & Irmão	2	5,5	7.3.1921	(19)
Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Nunes & Ventura	2	10	20.9.1920	(20)
Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Brízido & Irmão	2	12	3.10.1927	(21)
Total						
Média		21	54	213,7		
			2,6	10,176		

Fig. 3. Formação de Sociedades de Panificação entre 1910 e 1927

Fonte: José Amado Mendes (1984), *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial 1867 – 1927*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Quadro IV, p. 65

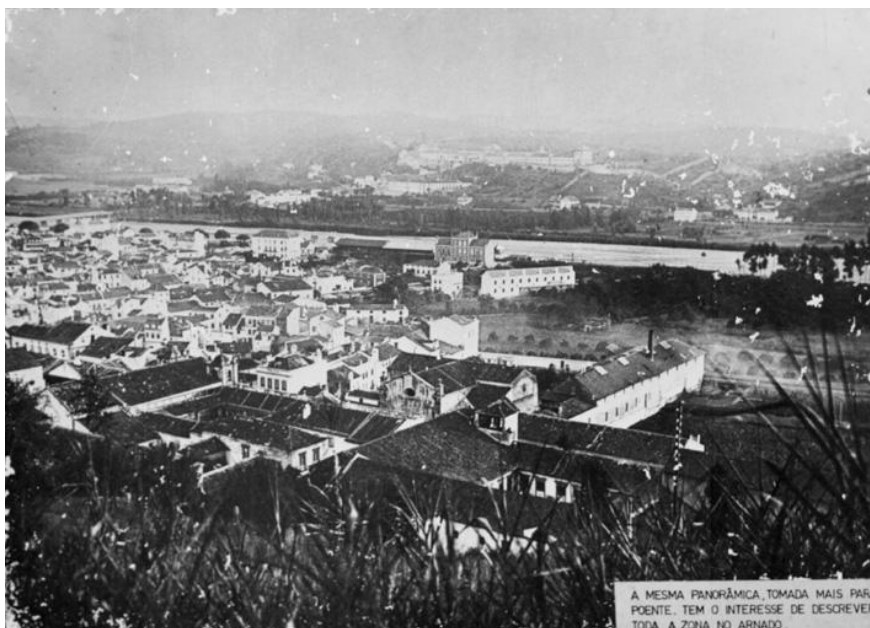


Fig. 4. A Fábrica do Gás, panorâmica poente da zona do Arnado.

Fonte: I BMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra).

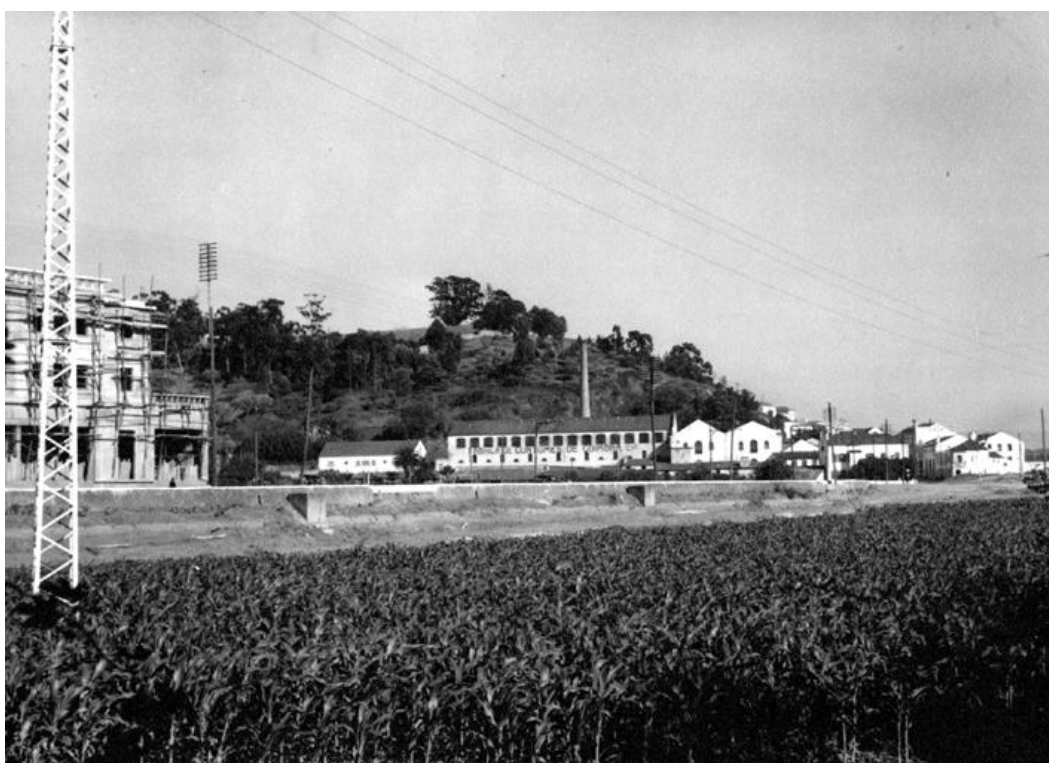


Fig. 5. Fábrica dos Curtumes, Casa do Sal, 1949.

Fonte: IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra).



Fig. 6. Fábrica Triunfo, nos anos 40-50;

Fonte: IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra).

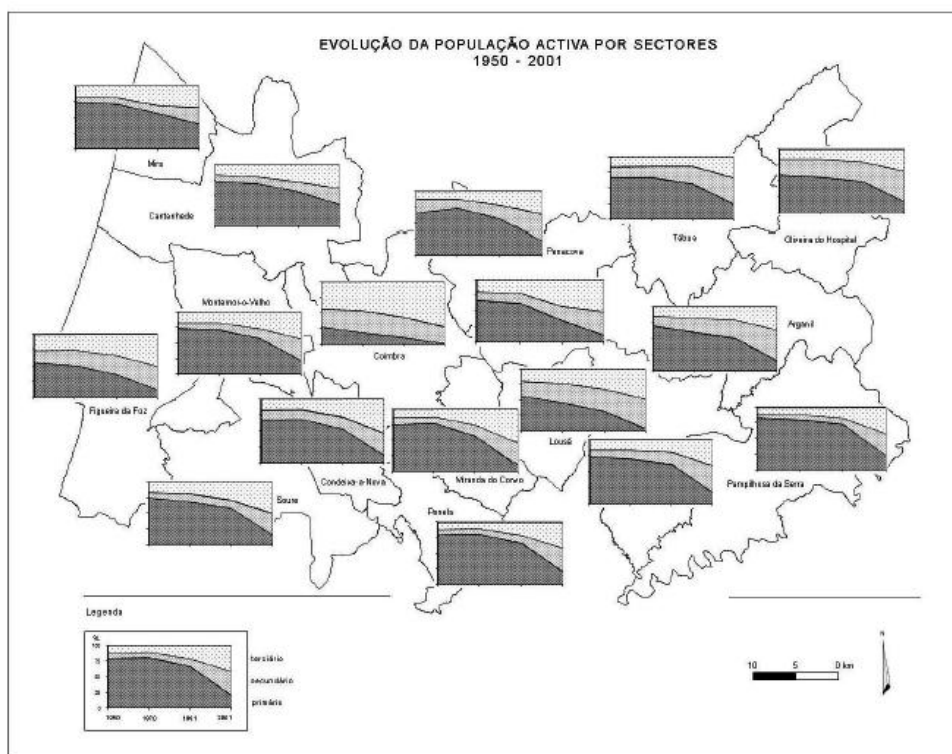


Fig. 7. Evolução da população ativa por setores de atividade (1950-2001)

Fonte: Maria de Lurdes Roxo Mateus, (2006) Campos de Coimbra – Do Rural ao Urbano, Figura 2.16, p. 185

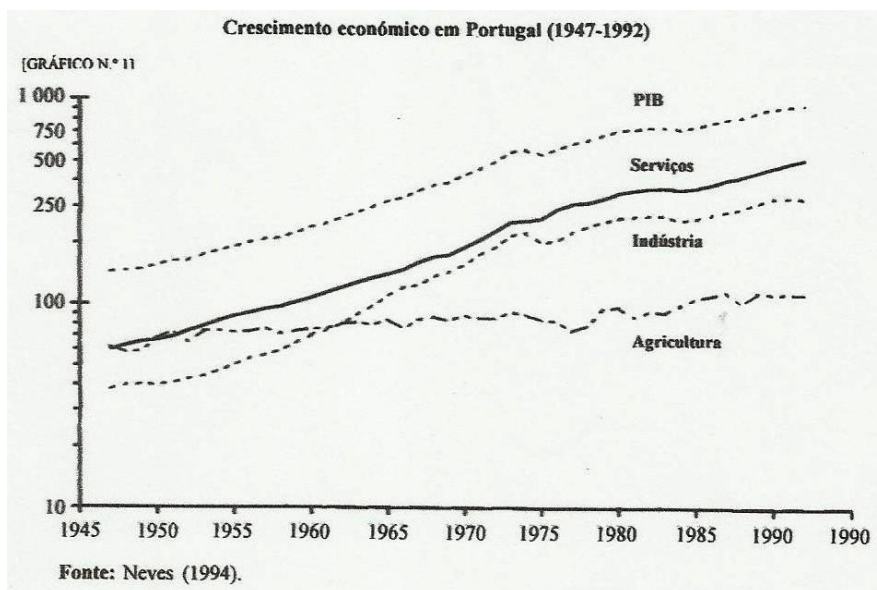


Fig. 8. Crescimento económico por setores de atividade e do PIB (1947-1992)

Fonte: Pedro Laíns, “O Estado e a Industrialização em Portugal, 1945 – 1990” in *Análise Social* (1994), vol. XXIX (128), (4ª), Gráfico n° 1, p. 938



Fig. 9. Liceu Dona Maria, 1947.

Fonte: IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra)



Fig. 10. Estádio Municipal de Coimbra e zona do Calhabé.

Fonte: IBMC (Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra)



Fig. 11. Vista aérea do Bairro Marechal Óscar Carmona (actual Bairro Norton de Matos), provavelmente nos anos 40.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

(Acedido a 19 de maio de 2013)



Fig. 12. Vista aérea do Bairro Norton de Matos, atualmente.

Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/-L3CplbPkyuw/Tnyk0rtzoYI/AAAAAAAAHHQ/hdl73ro1PgY/s1600/Bairro Norton de Matos vista ae rea.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-L3CplbPkyuw/Tnyk0rtzoYI/AAAAAAAAHHQ/hdl73ro1PgY/s1600/Bairro+Norton+de+Matos+vista+ae+rea.jpg) (acedido a 23 de fevereiro de 2013)

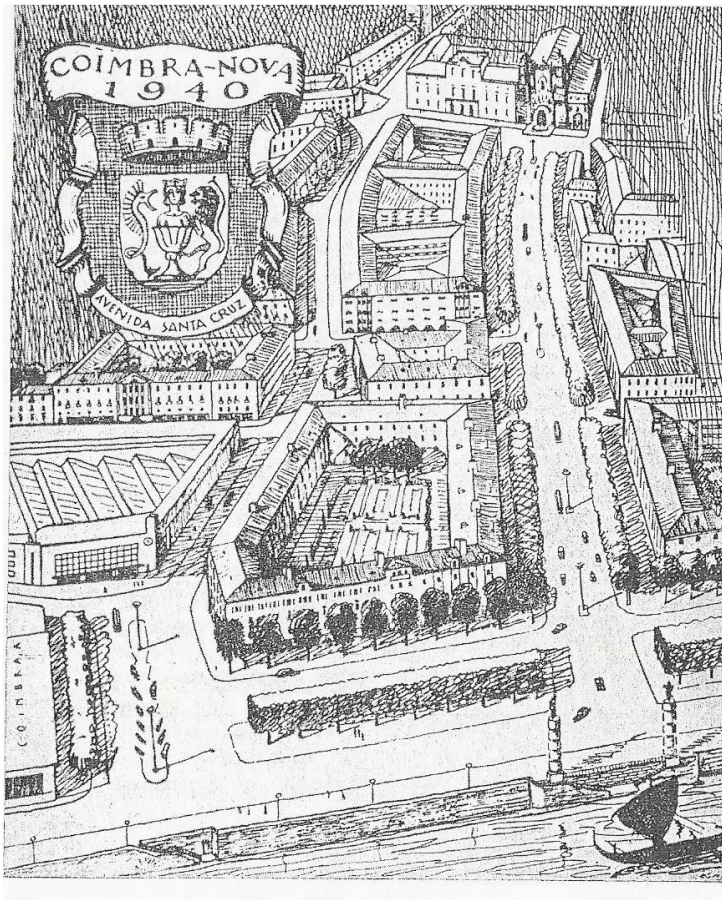


Fig. 13. Avenida de Santa Cruz, segundo De Groer.

Fonte: Lusitano dos Santos, (1983) *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*, Coimbra, p. 13



Fig. 14. Estradas e caminhos-de-ferro a desenvolver, segundo De Gröer

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

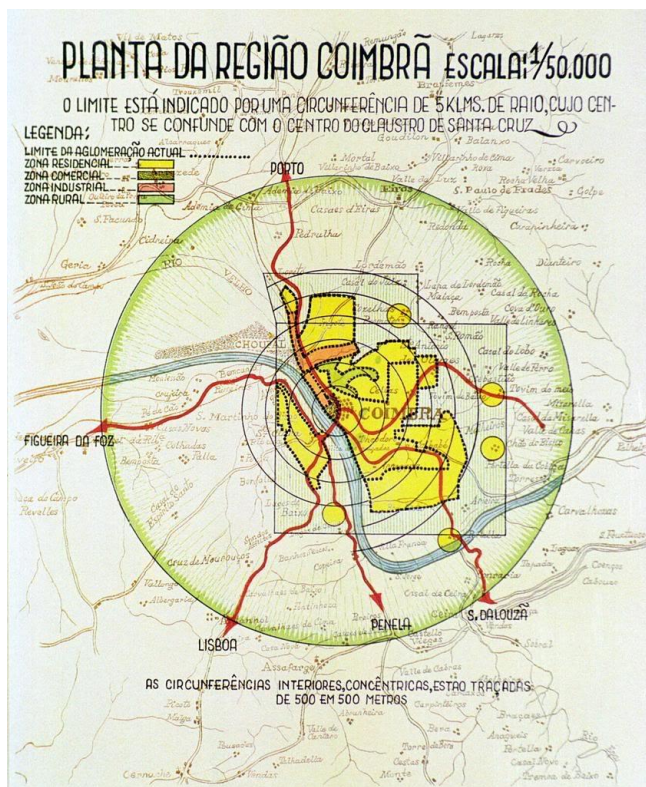


Fig. 15. Planta com as zonas e áreas satélites a desenvolver, segundo plano de De Gröer.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

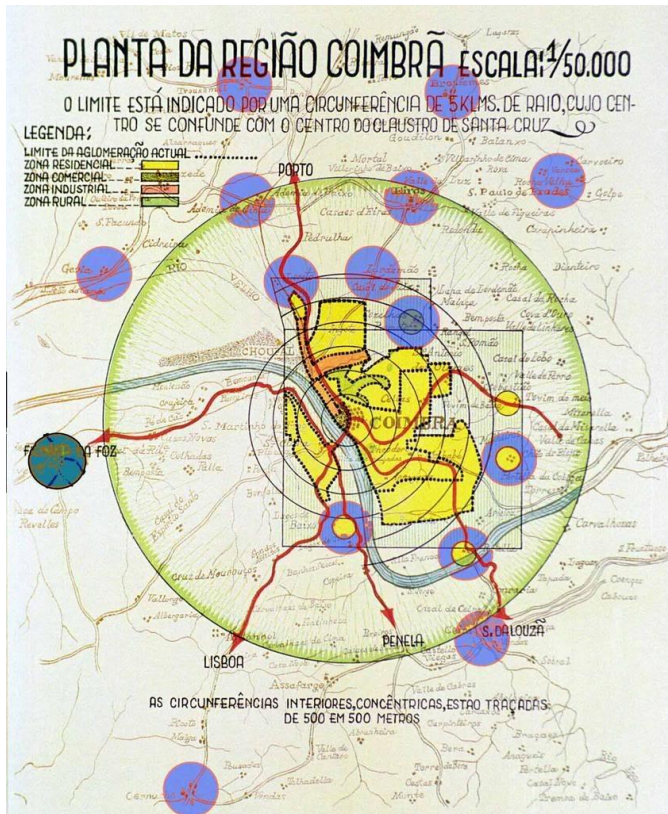


Fig. 16. Zonas a desenvolver e polos/centralidades existentes, segundo De Gröer.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

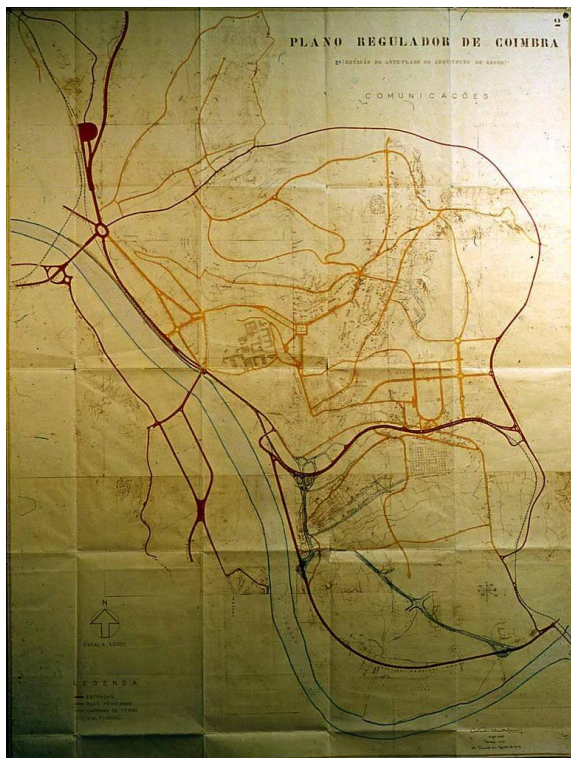


Fig. 17. Cartograma do Plano Regulador de Coimbra do engenheiro Almeida Garrett.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

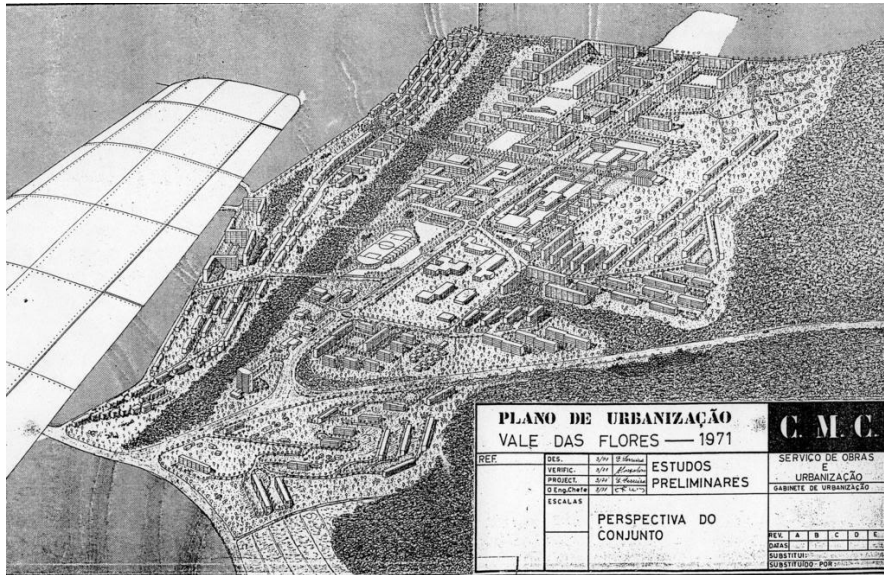


Fig. 18. O Plano de Urbanização do Vale das Flores, em 1971, segundo o arquiteto E. Ferreira.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=17>

Tabela I

***População empregada por local de
residência e atividade econômica***

Local de residência (à data dos Censos 2001)	População empregada (N ^o) por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Actividade económica (CAE Rev. 2.1): Decenal										
	Período de referência dos dados										
	2001										
	Actividade económica (CAE Rev. 2.1)										
	Total N ^o	Agricultura, produção animal, caça e N ^o	Pesca N ^o	Indústrias transformador as N ^o	Produção e distribuição de electricidade, N ^o	Comércio por grosso e a retalho: N ^o	Transportes, armazenagem e N ^o	Educação N ^o	Saúde e acção social N ^o		
Almaguês	1428	47	0	216	24	224	98	90	152		
Coimbra (Alameda)	537	3	0	37	2	82	10	109	82		
Ameal	682	5	0	124	19	101	62	50	89		
Antanhol	1178	5	0	244	7	239	54	96	129		
Antuzede	1026	16	0	225	9	215	30	43	67		
Arzila	335	2	0	62	1	43	36	14	46		
Assafarge	1105	5	0	181	16	253	50	112	139		
Botão	763	15	0	206	4	100	32	28	44		
Brasfemes	885	7	0	187	10	175	36	79	98		
Castelo Viegas	772	9	1	118	13	135	34	72	136		
Ceira	1964	86	0	262	10	350	55	150	292		
Cernache	1740	19	0	306	9	345	111	173	207		
Eiras	5996	17	0	727	45	1033	286	894	997		
Lamarosa	861	29	0	160	8	141	54	28	34		
Ribeira de Frades	984	11	1	263	18	131	55	74	96		
Santa Clara	660316	10	1	442	39	813	194	681	688		
Coimbra (Santa Cruz)	660317	13	1	331	28	557	144	394	385		
Santo António dos Olivais	660318	73	3	1481	128	2302	665	4647	3871		
Coimbra (São Bartolomeu)	660319	323	0	25	2	70	8	30	23		
São João do Campo	660320	1046	55	155	6	156	37	68	114		
São Martinho de Árvore	660321	463	19	57	1	94	34	28	31		
São Martinho do Bispo	660322	6613	44	890	68	1122	331	762	1116		
São Paulo de Frades	660323	2900	23	525	24	555	136	298	371		
São Silvestre	660324	1509	45	193	19	232	99	119	165		
Coimbra (São Nova)	660325	3782	20	201	17	422	93	1001	707		
Souselas	660326	1437	24	399	10	213	94	78	100		
Taveiro	660327	963	17	239	16	187	53	67	85		
Torre de Vilaia	660328	587	8	126	3	142	28	31	44		
Torres do Mondego	660329	1175	10	169	22	210	57	109	154		
Trourenil	660330	1341	15	325	17	290	73	82	94		
Vil de Matos	660331	319	22	71	1	64	22	9	29		

Tabela 1: População empregada por local de residência e atividade económica

Fonte: INE

Cartograma I

